



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ata n.º 365 -----

----- Aos vinte nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pelo Senhor Primeiro Secretário, Arménio de Almeida Cerca, e pela Senhora Segunda Secretária, Anabela Fernandes Monteiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

"Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- **Ponto um:** *Apreciação e votação da Ata n.º 362 e 363, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA); -----*

----- **Ponto dois:** *Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA. - Período da Ordem do Dia: -----*

----- **Ponto um:** *Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA; ---*

----- **Ponto dois:** *Traçado da Linha de Alta Velocidade no Concelho de Anadia. Requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista; -----*

----- **Ponto três:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2022, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto quatro:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a contratação de um empréstimo a médio e longo prazos, de acordo com o estabelecido na alínea f) do n.º 1 e no n.º 4 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto cinco:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 3.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia, para 2022/2026, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto seis:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano 2023, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto sete:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS, para vigorar no ano de 2023, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto oito:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de lançamento de Derrama, referente ao exercício de 2022 e a ser cobrada no ano 2023, de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto nove:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com referência ao ano de 2022 e a liquidar no ano 2023, de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 1.º do art.º 3.º do RAMA; -----*



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Ponto dez:** Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Projeto Final de Regulamento Geral de Ação Social do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----

----- **Ponto onze:** Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de protocolo de geminação do Município de Anadia com a Província de Maysan, da República do Iraque, nos termos da alínea t) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----

----- **Ponto doze:** Apresentação, discussão e votação da Proposta de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana dos aglomerados de Aguiçim, de Ancas, de Fogueira, de Mogofores, de Sangalhos e de Vila Nova de Monsarros, de acordo com o estabelecido n.º 1 do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro; -----

----- **Ponto treze:** Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação do júri de recrutamento dos cargos de direção intermédia, de acordo com o estabelecido no art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, e 29 de agosto; -----

----- **Ponto catorze:** Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Projeto Final de Regulamento de Incentivos e Benefícios Fiscais do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----

----- **Ponto quinze:** Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Projeto Final de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estágios em Empresas, de Bolsas de Emprego Qualificado e de Bolsas de Doutoramento do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido na alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA. -----

Período de Intervenção do Público: -----
Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA.” -----

----- À sessão compareceram as Senhoras e o Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): -----

- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; -----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD; -----
- • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP; -----
- • João José Rodrigues Gaspar – GM do PPD/PSD; -----
- • Fernando Augusto Rodrigues Barbosa – GM do PS; -----
- • Anabela Fernandes Monteiro – GM do MIAP; -----
- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; -----
- • Graciete da Piedade Seco Vaz de Crasto – GM do PPD/PSD; -----
- • Vítor Manuel Santiago Tavares – GM do MIAP; -----
- • Luís Miguel da Silva Ferreira da Fonte – GM do PPD/PSD; -----
- • Marta Susana Taveira Duarte – GM do PS; -----
- • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – GM do MIAP; -----
- • Arménio Almeida Cerca – GM do MIAP; -----
- • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Joaquim Manuel Pereira Almeida – GM do MIAP; -----
- • Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva – GM do PPD/PSD; -----
- • Marcelino Rasga Ferreira – GM do PS; -----
- • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP; -----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do MIAP e -----
- • Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD. -----
- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----
- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – +PNT – PJF de Avelãs de Caminho; -----
- • Manuel Batista Veiga – GM do MIAP – em substituição do PJF de Avelãs de Cima; -----
- • Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves – GM do PPD/PSD – PJF da Moita; -----
- • Artur Domingos Pires Salvador – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos; -----
- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • Nuno Miguel Martins dos Santos – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; ---
- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----
- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Arcos e Mogofores e -----
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Tamengos, Aguium e Óis do Bairro. -----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos: -----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----
- • João José Nogueira de Almeida – PPD/PSD – Vereador; -----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vice-Presidente; -----
- • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; -----
- • Jorge António Tavares de São José – PPD/PSD – Vereador; -----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – PS – Vereador; -----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

-----Agradecia aos Senhores Deputados que se sentassem a fim de podermos fazer a contagem. Boa tarde a todos. Quero, em primeiro lugar, saúdo igualmente o plenário da Assembleia Municipal, a comunicação social representada o público presente e quem nos segue online. -----

----- A Mesa da Assembleia Municipal recebeu os seguintes pedidos de substituição: António Rafael que se fazia substituir por Manuel Marinha, Manuel Marinha que se fazia substituir por Elisabete Garrido e Elisabete Garrido que se fez substituir por Joaquim Almeida. Tinha uma informação que vos queria veicular relativamente ao Senhor Vereador João José Nogueira de Almeida mas que, portanto, não está já, porque chegou a tempo. Ah sim, sim mas pronto que iria sair também pelas dezoito e trinta. Informam-se os Senhores Deputados que se encontra



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disponível para consulta a correspondência emitida e recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, para além da necessidade da assinatura do Livro de Presenças. -----

----- Deu entrada aqui na Mesa três pedidos de votos de pesar, subscrito por Nuno Ricardo da Costa Portovedo, um voto de pesar proposto por Carlos Delfim de Almeida Correia e um voto de pesar subscrito pelo Grupo da bancada do PSD. Passarei a pedir ao Senhor Deputado Nuno Portovedo a leitura desse mesmo voto de pesar. Faz favor, pode utilizar o púlpito. antes, porém, uma pequena adenda por esquecimento, temos também um pediu substituição do Senhor Deputado e Senhor Presidente de Junta José Manuel Carvalho por o Senhor Manuel Batista Veiga. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, começo por apresentar os meus cumprimentos Senhor Presidente, Senhora Presidente de Câmara, estender os mesmos a todos os presentes nesta sala, bem como aqueles que assistem a esta sessão de forma remota. Faleceu no passado dia dezasseis de agosto com cinquenta e nove anos, Luís Manuel da Silva Ferreira. o Luís Ferreira era natural de Amoreira da Gândara e uma pessoa dedicada às causas cívicas e sociais, tendo sido dirigente diversas associações e instituições locais, onde se destacam a Associação Desportiva Amoreirense, a ADASMA, esta no Concelho vizinho de Oliveira do Bairro, Associação de Dadores de Sangue da Mamarrosa e a Casa do Povo de Amoreira da Gândara, nesta última por mais de vinte anos. Era também correspondente desportivo de Jornal da Bairrada, acompanhando e escrevendo neste jornal sobre os diversos clubes da região. Esteve ainda connosco enquanto Deputado Municipal nesta Assembleia, no mandato dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um. Assim e reconhecendo o contributo do Senhor Luís Manuel da Silva Ferreira em prol de Anadia vem o Grupo Municipal do MIAP propor um voto pesar pelo seu falecimento e expressar a sua família as mais sentidas condolências pela perda que sofreu. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, Senhor Deputado. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Delfim de Almeida Correia também para fazer a leitura do seu voto de pesar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e a respetiva Mesa, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara de Anadia e respetivos os Vereadores. Excelentíssimos colegas, Senhores Presidentes de Junta, mais todas as pessoas que nos ouvem online e a comunicação social. -----

----- Também um voto de pesar do seguinte teor: Faleceu no passado dia vinte cinco de agosto com oitenta e nove anos, João Venâncio Marques. o João pirata, como era conhecido, era um Anadiense de coração, um homem apaixonado pela sua terra, um cidadão altruísta e genuíno que viveu em Anadia e para Anadia. Colaborou ativamente em diversas instituições concelhias, tendo nomeadamente sido fundador da Banda de Música de Anadia, Diretor dos Bombeiros Voluntários de Anadia, do Anadia Futebol Clube e mesário da Santa Casa da Misericórdia de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anadia. Esta paixão por Anadia está também patente na sua vasta coleção de recortes de jornais com publicações de interesse de Anadia, com particular incidência na cultura, nas tradições, nos eventos e desporto desta região, iniciada quando tinha apenas onze anos de idade. Todo esse material foi pelo mesmo entregue à Santa Casa da Misericórdia de Anadia, encontrando-se disponível para consulta nessa instituição. Atualmente, no Museu José Luciano de Castro, está patente a exposição "Recortes de Anadia", exatamente com parte deste seu espólio que como o mesmo declarou constituía um amor, uma paixão, um vício que alimentou toda a sua vida. Assim, e reconhecendo o contributo do Senhor João Venâncio Marques em prol de Anadia, vem o Grupo Municipal do MIAP propor um voto de pesar pelo seu falecimento e expressar à sua família as mais sentidas condolências pela perda que sofreu. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, pedia igualmente para também apresentar o voto de pesar o Senhor Deputado Luís Fonte. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Luís Fonte, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Senhor Presidente, Senhora Presidente, restante Executivo e todas as pessoas presentes nesta sala e comunicação social. Voto de pesar do grupo da bancada do PSD na Assembleia Municipal de Anadia, propõe um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Cristina Carvalho de Campos Melo Neves, que faleceu no passado dia sete de agosto de dois mil e vinte e dois. Militante do PSD há mais de duas décadas. A sua ação política foi visível no Concelho de Anadia, onde a nível autárquico ocupou o lugar de vereadora do mandato de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um. Quem com ela teve oportunidade de privar e de trabalhar destaca a sua vertente social e humanitária que merece um profundo respeito e admiração de todos. Cristina Melo é assim reconhecida como uma mulher de causas, uma mulher de bem e uma amiga do seu amigo pelo seu percurso e exemplo de vida. Propõe-se que a Assembleia Municipal delibere aprovar o presente voto de pesar pelo seu falecimento e observar um minuto de silêncio em sua homenagem. Peço desculpa acabo de ser corrigido, que não terá sido vereadora, mas membro da Assembleia Municipal. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, antes de pôr estes votos de pesar à votação, tenho a dizer que foi verificada a identidade e legitimidade dos Deputados, o número de presença trinta num universo de trinta e um e que, portanto, está declarada aberta esta sessão ordinária convocada nos termos do artigo vigésimo sexto do RAMA e cuja organização dos trabalhos cumpre o estipulado nos artigos trinta e cinco, trinta e seis e trinta e sete do referido documento, como devem entender, por lapso, ficou esta pequena observação e que, portanto, também a hora de iniciação da Assembleia foi às catorze horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- Passarei então agora à votação destes votos de pesar, pelo que vão ser e até porque são de pessoas diferentes. Vão ser analisados um a um e, portanto, direi quem vota a favor do voto de pesar pelo falecimento de da nossa ex-colega. Perdão da ex-colega não, do Luís Ferreira, o nosso ex-colega Luís Ferreira e, portanto, quem vota a favor: primeira fila, segunda fila,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

terceira fila, quarta fila, Mesa, portanto, foi votado e aprovado este voto de pesar por unanimidade. -----

----- Passarei agora à votação do voto de pesar ao Senhor voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Venâncio Marques, pelo que primeira fila, quem vota a favor, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa, portanto, foi votado e aprovado este voto de pesar por unanimidade. ----

----- De igual forma, vou fazer o pedido de votação, o voto de pesar à Senhora Maria Cristina Carvalho de Campos Melo que, para além do voto de pesar, pede também um minuto de silêncio. Sem fazer qualquer juízo de valores, quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, portanto, também aprovado por unanimidade. Estes três votos foram aprovados por unanimidade nesta Assembleia. -----

----- Não queria fazer juízos de valor de qualquer das formas para mim estava intrínseco, mas façamos então simbolicamente um minuto de silêncio a todos os que mereceram o voto de pesar desta Assembleia. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Passaremos agora neste período de antes da ordem à apreciação e votação das atas trezentos e sessenta e dois e trezentos e sessenta e três, conforme a alínea a) do número um do artigo trigésimo quinto assim o estipula. Não havendo ninguém inscrito para a sua apreciação passaremos então à votação, quem vota a favor da Ata número trezentos e sessenta e dois, primeira fila, segunda fila, Vai-me desculpar não sei se o Senhor Joaquim Almeida poderia votar, parece que não esteve presente ou esteve, portanto, o Senhor Joaquim Almeida não vota. Terceira fila, quarta fila, Mesa, portanto, foi por unanimidade que foi votada, pese embora haver só vinte e oito votos, dado que há um ausente e outro que não esteve presente. Passarei então à votação da Ata número trezentos e sessenta e três, pelo que não havendo então também ninguém inscrito para a sua apreciação. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Quem se abstém: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, por não estar presente, isso não tem abstenção e não vota. então, portanto, vinte e oito de há bocadinho o Senhor Deputado João Gaspar, penso não ter estado, a Senhora deputada, portanto, Paula, Joaquim Almeida também e Manuel Veiga, vinte cinco está correto, sendo assim, penso que foi também aprovada por unanimidade. -----

----- Passaremos então agora ao **ponto dois**, são **intervenções dos Senhores Deputados municipais** que, desde já, a quem de desde já, dou a palavra, façam favor. Dou então a palavra ao Senhor, à Senhora deputada Sandra Queiroz, faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Sandra Queiroz, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Doutor Manuel Pinho, aos Senhores secretários, à Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, todo o Executivo, aos Excelentíssimos Senhores Deputados, Presidentes de Junta, comunicação social e demais presentes e vem ainda assim a todos aqueles que nos assistem via online. -----

----- Este mês iniciou-se o arranque de mais um ano letivo no Agrupamento de Escolas, a transferência de competências em matéria de educação, como sabemos, assume uma enorme



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relevância e este ano marcou o arranque do início das aulas pela forma diferente relativamente àquela que tinha sucedido em anos anteriores. Este foi o primeiro ano letivo em que o Município assumiu na totalidade a transferência de competências e, portanto, às preocupações habituais, com absoluta certeza, acresceram muitas outras. Neste quadro de plena assunção de competências, gostaria de questionar a Senhora Presidente de Câmara no sentido de vir informar como correu a preparação do ano letivo, no que concerne às refeições escolares e atendendo à atual conjuntura económica, que é hoje particularmente difícil. Assistimos é uma elevada inflação do custo dos bens e, portanto, qual a decisão tomada relativamente ao custo das refeições. Como se processou o plano de transportes escolares, se o mesmo se encontra assegurado e designadamente, desde o início do ano letivo, de modo a garantir uma efetiva igualdade de oportunidade no acesso à educação. Quais foram as maiores prioridades assinaladas nesta matéria de educação e quais os desafios, dificuldades e constrangimentos detetados e sentidos. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigada Senhora deputada, dou agora a palavra à Senhora deputada Marta Duarte.

----- **Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Excelente Senhor Presidente, da Assembleia Municipal, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Presidentes de Câmara, Senhores da comunicação social, de mais pessoas, pessoalmente presentes e online muito boa tarde a todos. -----

----- Viemos aproveitar este período antes da ordem do dia para dar conhecimento da existência na Rua das Escolas, em Vale de Avim, de uma tampa de saneamento, onde consta a identificação CMA que não cobre a totalidade do respetivo buraco e que assim poderá colocar em causa a segurança da população, sobretudo das crianças. Se me for permitido, depois tenho uma foto que posso elucidar a situação. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora deputada, ficou anotado na sua informação. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente cumprimento a sua pessoa, nomeadamente todos os que aqui estão presentes e bem quem nos acompanha via online. Duas questões muito rápidas Senhora Presidente, relativamente ao plano de alojamento do ensino superior que foi anunciado em que prevê um investimento avultado para transformar em alojamento estudantil universitário a custos acessíveis a escola a antiga Escola Secundária de Anadia e que prevê, no fundo, ser encaminhada para o ensino superior de Aveiro e Coimbra, segundo a informação que foi possível aceder. Perguntava-lhe se existe algum estudo técnico, algum parecer fundamentado que permita, no fundo, sustentar esta decisão para ir ao encontro das necessidades que foram referidas. Por fim, relativamente ao Monte Crasto e também para não me alongar muito já noutras sessões aqui falámos sobre a equipa que foi criada para em conjunto com funcionários do Município, alguns arqueólogos, gostaria de lhe perguntar se foi emanado algum relatório



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com o resultado dessa escavações ou e de que forma é que pretende dar a conhecer os resultados. Se publicamente, se poderemos ter necessidade de lhe ter que fazer um requerimento. Obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, não sei se a Senhora Engenheira querera dar alguma satisfação relativamente a estes três a estas três situações? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Se assim o permitir, poderei desde já responder às três intervenções. Desde logo também cumprimentar, já foram feitos muitos cumprimentos, mas obviamente cabe-me a mim também cumprimentar a Mesa, o Executivo e os Senhores Deputados, a comunicação social, todos aqueles que nos seguem e, obviamente, neste dia de hoje, que nesta tarde que vai ser uma verdadeira maratona, face aos pontos que estão, que fazem parte da ordem do dia. Portanto, todos aqueles que nos acompanham não desistam, porque realmente temos uma tarde extensa de trabalho. -----

----- A Senhora deputada Sandra Queirós relativamente ao ano letivo, digamos que com toda a responsabilidade que caiu sobre o Município no que toca ao ensino público, de facto o ano letivo arrancou para todos e, portanto, mais ou menos em simultâneo também para as restantes escolas do Conselho, mas no que toca ao ensino público, eu devo dizer que até foi daqueles anos que começou mais ou menos calmo e sereno, na medida em que nos primeiros dias há sempre alguma agitação, nomeadamente no que se refere aos transportes escolares, à questão das refeições, etc, e portanto digamos que foi foram dias pacíficos e que continuam também a manter-se. Uma ou outra situação de transporte por vezes com atrasos, mas isso faz parte normal, mas mesmo assim acho que correu bem, correu bem na medida em que quando tomámos conhecimento dos horários que iriam ser praticados, portanto, a própria autoridade de transportes teve conhecimento, portanto, foi muito pouco tempo para que, de facto, a transportadora se preparasse, mas o que é certo é que, desde o primeiro dia, portanto, tem estado presente e a garantir, obviamente, a resposta. No que toca às refeições escolares também algo diferente, nomeadamente para e com outra responsabilidade para o Município de Anadia, no que toca ao próprio Agrupamento de Escolas, portanto, ao edifício-sede à escola mãe, à Escola de Vilarinho, ao Centro Escolar de Arcos, uma vez que estas três infraestruturas, portanto, são neste momento enquadradas num procedimento que foi adjudicado a uma empresa e , logicamente, os ajustamentos fizeram-se e, portanto, se calhar aqui a maior dificuldade até tem sido para os pais, para os encarregados de educação, na medida em que tem que se ajustar a uma a plataforma e, portanto, fazer o registo na plataforma e ter, enfim, e poder fazer e a marcação das refeições. A partir do segundo ciclo, portanto, isso já era mais ou menos do conhecimento dos Encarregados de Educação, do pré-escolar até ao primeiro ciclo ainda não estavam habituados, mas pronto, com alguma ainda nos primeiros dias, com alguma lentidão da própria plataforma, mas também demos um prazo mais alargado para que efetivamente os pais pudessem efetivamente fazer a inscrição na plataforma, assim sejam ou



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não enquadrados no escalão A ou no escalão B, portanto, todas as crianças que efetivamente tiverem refeições nos Centros Escolares, portanto, nas diferentes escolas, portanto, tem que fazer essa inscrição. E, portanto, penso que o único, a única dificuldade que tivemos neste período e que também com alguma preocupação, obviamente, por parte dos encarregados de educação, na medida em que é preciso garantir as refeições aos nossos, às nossas crianças, portanto, aos nossos jovens. Também nos transportes especiais, face ao horário que nos chegou, portanto, também a questão de conseguir alguém que efetivamente fizesse esse transporte e acabamos por, no fundo, ter esta resposta, por parte do mesmo operador que já o fazia no ano passado para o Agrupamento de Escolas e, portanto, continua também connosco a dar a resposta em função das solicitações e dos horários que foram estabelecidos para as crianças que estão validadas neste processo e, portanto, para serem abrangidos pelos transportes especiais. Se calhar também a questão dos recursos humanos, há sempre, enfim, os operacionais que passaram também para a Câmara. Nós tivemos oportunidade de nos encontrarmos todos aqueles que puderam, portanto, no dia nove de setembro, pela primeira vez em que estiveram presentes, portanto, os professores e também os operacionais afetos aos diferentes estabelecimentos de ensino. Penso que foi também um momento importante e, enfim, para além do convívio também e a oportunidade da sessão que tiveram também para descontração e também até aprenderem algumas técnicas para gerirem, enfim, alguns momentos com os alunos e dentro da responsabilidade que lhes cabe. Penso que foi um dia realmente importante. Claro que isso não chega para os dias seguintes, quando efetivamente mais uma assistente operacional fica de baixa, mais outra pede a mobilidade e depois faltam recursos humanos, mas nós também não temos bolsa de recrutamento e também não temos acesso aquilo, nem o próprio Agrupamento que no passado tinha eventualmente acesso à contratação dos tais tarefeiros. Hoje essa figura não existe no Agrupamento e também nós não temos acesso a essa a esse processo de contratação, portanto, daí que, num dos pontos que faz parte aqui também da ordem de trabalhos e algo que estamos a gerir em função das necessidades, portanto, a contratação de mais alguns operacionais para fazer face, enfim, a todas as situações que estão, que podem estar em falta, mas num universo de cento e trinta, se calhar, cento e quarenta, temos para aí mais de quinze que estejam de baixa, portanto, isto assim não é possível nós arranjarmos tanta gente para fazer as substituições, portanto, é algo sempre que cria alguma preocupação, na medida em que tem que se ir fazendo o ajustamento com recursos que estão disponíveis entre aqueles que a Câmara já tinha nas escolas e, obviamente, aqueles que também foram integrados e que faziam parte do Agrupamento de Escolas. Portanto, os principais desafios é nós conseguirmos gerir todos estes processos à parte da questão da eletricidade e do gás, que ainda não passou para o Município, portanto, só no final do ano letivo, portanto, é que estes processos de contratação, portanto, passam para o Município. Sobre o valor das refeições, portanto, tivemos empresas, está contratado, há uma ligeira discrepância entre o valor que supostamente o Estado agora garantiu que irá pagar, que são os dois setenta e cinco, já com IVA incluído. Nós temos o valor da adjudicação, portanto,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dois sessenta e dois mais IVA. E pronto, há aqui uma diferença para conseguirmos, pronto, fazer face a esta resposta. Sendo que nos outros Centros Escolares fizemos os processos de contratação. E, portanto, temos ainda as várias IPSS que concorreram e, portanto, que nos prestam esse serviço de refeições e nalgumas situações também o acompanhamento das crianças. portanto, as AAAF ou as CAF, portanto, temos aqui parcerias com as diversas IPSS, sendo que na questão do processo refeições há um pagamento, um pagamento, portanto, que está definido por fatura de prestação de serviços e nos restantes serviços serão subsídios que serão atribuídos às IPSS. Ainda não sabemos qual vai ser a fatura dos transportes e esta distribuição daquele que era o programa de apoio por parte do Governo de financiamento dos programas de transportes, portanto, não sabemos ainda que o vai ser o défice até ao final do ano vamos ver. Nos transportes especiais já percebemos que o dinheiro que vem, o dinheiro da adjudicação que o Agrupamento estava habituado a fazer, este ano estamos a contratar quase pelo dobro, portanto, é uma diferença significativa e, portanto, temos aqui um défice e este será o maior constrangimento. Um défice sobre o valor das refeições e esse já é garantido e ainda falta que o Estado efetivamente venha a pagar a diferença que diz que vai pagar, portanto, os dois setenta e cinco, mas, mesmo assim, há défice para o Município, portanto, nos transportes especiais não há dúvida e depois também nas AECS também o valor da adjudicação das próprias atividades de enriquecimento curricular, o valor da adjudicação é acima daquilo que era contratualizado. Portanto, estamos a falar sempre de valores acima daquilo que eram os valores contratuais, portanto, aquilo que vamos fazendo é através das comissões de acompanhamento, tentar fazer chegar essa informação à DEGEST, à DGAL, neste caso que nos vai pedindo frequentemente informação porque eventualmente o Governo irá avaliar a possibilidade de, enfim, no próximo Orçamento de Estado, dentro de dias, portanto, poder fazer ajustamentos nas transferências de verbas. Isso é o que vamos ver e, portanto, é um desafio e é um constrangimento, obviamente, para o Orçamento Municipal porque efetivamente, pelo menos até ao final do ano de dois mil e vinte e dois teremos que transferir, teremos que pagar e assumir os compromissos que temos com a todas as contratualizações e, portanto, nem sequer sabemos se haverá ou não reforço já a ser pago em dois mil e vinte e dois ou se apenas será transferido para dois mil e vinte e três. -----

----- Quanto à Senhora deputada Marta Duarte relativamente à situação que reportou, muito bem a qualquer momento nos podem fazer chegar essa informação, quer á Câmara Municipal, quer à Junta de Freguesia tomaremos conta dessa situação e não sei se é a tampa de saneamento ou se é de alguma caixa de águas pluviais, mas isso iremos analisar, portanto, o local e fazer a reposição caso assim se venha a constatar. -----

----- Senhor Deputado Rui Bastos, relativamente ao alojamento universitário, pronto, isto foi uma candidatura, foi um desafio também para a Município arriscar, enfim, fazer esta candidatura em pouco tempo, é verdade, uma candidatura um pouco complexa, porque efetivamente teve que se verter informação ajustada. Nessa informação é verdade que também nessa candidatura, portanto, integrámos cartas de conforto, cartas de compromisso das



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

universidades mais próximas, do politécnico também e, portanto, também tendo instalações e, portanto, temos como referência a antiga Escola Secundária, portanto, o nosso propósito foi definir o segundo e terceiros pisos para o alojamento universitário, com apenas com um estudo prévio, com estimativas de custo e pronto e foi elencado na candidatura. De entre as cento e tal candidaturas que foram aprovadas, trinta e tal são de, são de novas construções, das cento e qualquer coisa, cento e duas, cento e quarenta, mas depois ficaram cento e duas se não me engano, para a requalificação, nós ficamos em trigésima terceira posição, o que quer dizer que face à avaliação que tivemos, obviamente que tivemos mérito e, portanto, ficamos satisfeitos por ter, enfim, aceito este desafio e, portanto, a ter mérito para conseguir esse apoio no âmbito do PRR. Portanto, é isto que me se oferece agora, neste momento, de dizer relativamente a esta situação, se houver mais alguma dúvida assim responderei. Relativamente ao estudo do Monte Crasto não temos nada a esconder, portanto, é assim o estudo arqueológico foi feito de acordo com a orientação que nos foi dada pela Direção Regional de Cultura do Centro, portanto, foram cumpridos os paços, foi contratada a empresa para fazer os estudos e foi contratada a empresa para fazer o acompanhamento e fiscalização durante todo o período da obra. Esse estudo que foi feito perfurações ou pelo menos das prospeções que foram feitas faz parte do relatório, portanto, isso está devidamente identificado e foi reportado à Direção Regional de Cultura do Centro. A Direção Regional de Cultura do Centro avaliou e pronto, e deu parecer favorável condicionado. O que é o condicionado? O condicionado é a recomendação de que efetivamente a obra tem que ser acompanhada pelos arqueólogos, portanto, mas isso há um processo de contratação de um gabinete e, portanto, eles estão no terreno e são eles que efetivamente interagem diretamente com a Direção Regional de Cultura do Centro. Deram a informação, eles próprios, portanto, reportaram informação à Direção Regional de Cultura do Centro do início da obra, a Direção Regional de Cultura do Centro veio ao local, já fez também uma avaliação posterior, portanto, está mais que fiscalizada e acompanhada. Dizer que dos vestígios que foram encontrados a identificação está feita e também dizer que eles ficarão no Concelho de Anadia, portanto, não irão para fora e fazemos questão de os guardar. E fazemos, digo eu, em nome da Câmara Municipal e também conversando com a Junta de Freguesia da União de Arcos e Mogofores de prepararmos um espaço no Centro Cultural para arquivo desses mesmos vestígios, de uma sala que ficará devidamente equipada e apetrechada em função das orientações que a Direção Regional de Cultura do Centro já as deu, mas também acompanhará essas mesmas obras para que, enfim, estes vestígios fiquem devidamente guardados, para que, enfim, de aqui a mais uns anos, alguém não fale só de vestígios supostamente, pronto, deixamos o supostamente de lado e agora, enfim, temos pelo menos essas provas daquilo que foi visto, daquilo que foi reportado e aquilo que ficará efetivamente para a memória futura. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, faz favor. --

----- **Senhor Deputado Municipal Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito boa tarde a todos. Cumprimento Vossa Excelência Senhor Presidente da Assembleia,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhora Presidente da Câmara, Senhores vereadores, Deputados, todos Deputados, público, presente, pessoalmente ou via Internet e os representantes da comunicação social presentes. --
----- Tinha preparado efetivamente, portanto, aqui um texto que o assunto foi versado já pela Senhora Presidente há momentos, no entanto, não quero deixar de referir que, relativamente à construção das residências universitárias, sempre que aqui se falou da Escola Secundária eu intervim e terminei sempre pedindo à Senhora Presidente para que a utilização dos edifícios do antigo Colégio Nacional, mais tarde Escola Secundária de Anadia, fosse preservada a sua memória utilizando aquele espaço e aqueles edifícios para qualquer coisa ligada à educação e ao ensino. Claro que a notícia que eu vi incerta no Jornal da Bairrada, na semana passada, trouxe-me a mim alguma satisfação, porque penso que estamos no bom caminho, isto é, vamos preservar efetivamente na área que há oitenta anos começou a ser a formação dos jovens de Anadia e, portanto, acho que estamos, de facto, no bom caminho. A ligação às universidades e aos politécnicos próximos, claro que vão-nos garantir que o futuro será bom para aquele espaço. Estamos certos até que esta obra é somente a ponta do iceberg. A ligação às universidades que já referi, vai ter claro futuro e abrirá outros projetos que enriquecerão o nosso Município, no que diz respeito a infraestruturas básicas, como vias, transportes e outros. Tive conhecimento que esta obra desde logo suscitou reações adversas, alguns tentando atribuir o valor a outros, desvalorizando o trabalho, a atenção e a capacidade inovadora do Executivo camarário, que contra o centralismo vai conseguindo puxar alguns investimentos para Anadia. Esse centralismo está evidente se virmos as percentagens das verbas do PRR, que basicamente ficam pelos gabinetes e amigos próximos dos gabinetes de Lisboa. Para outros detratores que proliferam pelas redes sociais, onde são expert em todas as áreas e tem o dom de tudo serem capazes de resolver, mesmo melhor que os técnicos, termino com uma citação: diz Luís Vaz de Camões "Ó Glória de mandar ó vã cobiça desta vaidade a quem chamamos fama, chamam-te de fama e glória soberana, nomes com quem o povo néscio engana." Isto é aquele célebre episódio do Velho do Restelo no canto quarto dos Lusíadas. Tal como nos séculos quinto e sexto, não foram estes detratores que impediram a epopeia lusitana, também não serão os detratores eletrónicos do século vinte e um que irão, estou certo, impedir o Executivo camarário que Vossa Excelência superiormente lidera de prosseguir o bom trabalho que vão realizar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou agora a palavra ao Senhor Deputado Carlos Correia.

----- **Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, já cumprimentei Vossa Excelência e renovo os meus cumprimentos a todos os presentes na sua pessoa. -----

----- Eu queria chamar à atenção para a iniciativa que o Município de Anadia, em parceria com a FNWAY Consulting, teve em criar as conferências de Outono, que se irão realizar no Cineteatro Anadia amanhã, em vinte e oito de outubro e dezoito de novembro. Estarão em debate temáticas atuais e de extraordinária relevância, ao ponto de estas conferências de Outono terem sido referenciadas e muito elogiadas pelo Senhor Doutor Marques Mendes na crónica que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deu no passado domingo no Jornal da Noite da SIC. O tema de amanhã será energia, Europa e guerra da Ucrânia, em vinte e oito de outubro será o crescimento económico e produtividade e em dezoito de Novembro, será economia circular e descarbonização. Serão oradores os Excelentíssimos Ministros ex-ministro Mira Amaral e Carlos Borrego, os ex-secretários de Estado Miguel Frasquilho, Vítor Santos e Óscar Gaspar, entre outras distintas personalidades ligadas ao mundo empresarial nacional. Estas conferências de Outono serão certamente o evento que muito irá prestigiar o nosso Município. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra à Senhora deputada Marta Duarte, faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhora Presidente esta aqui esta situação que eu vim aqui comunicar é realmente uma situação que me preocupa, por isso, eu gostava de saber qual é o serviço para onde eu passo encaminhar formalmente a situação? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Parece já ter sido respondido que qualquer das formas a Senhora Presidente o dirá. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu não sei se é para responder a tudo, mas pronto, porque ficou por, pronto, face à intervenção do Senhor Deputado Dino Rasga ainda relativamente à questão do alojamento universitário e também complementando também informação que há pouco também dei ao Deputado Rui Bastos, só dizer que há um projeto, há um estudo prévio, há um projeto de execução que está a ser desenvolvido num curto espaço de tempo porque, de facto, o time para avançar com a obra é, de facto, curto e obviamente um procedimento concursal que também exige algum tempo pela frente e haja empreiteiros também para fazer a obra, mas estamos no mesmo barco que os outros e, portanto, assim temos que acelerar e, obviamente, aproveitando esta oportunidade uma vez que o PRR a comparticipa a cem por cento, portanto, ainda com algo a afinar na questão do IVA do valor da empreitada, mas isso até quem está a gerir estes fundos ainda não sabe muito bem como é que há de fazer, mas estamos a falar do investimento de um milhão e seiscentos mil se o IVA for cem mil face àquilo que já investimos naquele edifício, portanto, é muito pouco, porque, na verdade nós é preciso não esquecer o que já pagamos ao Estado para ficar com ele, os tais trezentos e tal mil euros, o investimento que fizemos para a GNR ter instalações, enfim, para a estarem a desenvolver os seus serviços enquanto a obra do edifício da GNR se conclui e, obviamente, o próprio Centro de Saúde, portanto, já fizemos um investimento significativo naquele edifício e, portanto, já não andar muito longe de um milhão de euros. Desde a sua aquisição a todas as intervenções que fizemos, portanto, esta é mais uma oportunidade para além daquilo que foi dito e que é muito importante e é acima de tudo e foi sempre o nosso desejo quando quisemos, enfim, garantir que aquele património ficava na posse do Município de Anadia era que, enfim, ficasse para memória para a história, mas que também tivesse algo relacionado com educação e, portanto,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como disse e bem este é um princípio, obviamente, e de todo um trabalho que efetivamente se vai desenvolvendo e articulando. -----

----- Sobre as conferências de Outono uma oportunidade excelente, um tema, enfim, que é de todo pertinente. E, na verdade, nós sentimos no dia a dia todas estas, todo este escalar de preços e efetivamente, quer na parte da eletricidade e do gás, com grande preocupação, obviamente, para as empresas, sobretudo aquelas que, no seu método de produção dependem efetivamente deste tipo de energias e, nomeadamente, as nossas as empresas locais e, portanto, ainda há dias algumas delas, enfim, deram o seu testemunho nalguns canais televisivos e, portanto, de facto, é com grande apreensão que todos estamos e, logicamente, ficamos agradados, porque isto são as conferências se realizam no Município, mas, obviamente são conferências que terão efetivamente uma repercussão na região e no país e, portanto, desde logo, enfim, tivemos também esta oportunidade e, portanto, elas estão a ser amplamente divulgadas e penso que é acessível a inscrição. Aqueles que não a puderem fazer já para amanhã, mas, pelo menos, há outras oportunidades, porque há mais duas datas que estão agendadas. Se podem aparecer pronto, desde que haja inscrição. -----

----- Senhora deputada aquilo que eu disse é que que registei, não precisa mandar mail para mais nada, podia é que essa questão que é tão preocupante, não precisa de estar à espera de uma assembleia para vir trazer o tema há um mail, um geral, olhe para mandar para o geral, ele dá entrada é registado, portanto, é reencaminhar para os serviços, foi o que eu quis dizer, de resto, eu ouvi, Senhor Presidente da Junta da Moita também ouviu e, portanto, não deixaremos obviamente de procurar e de perceber o que é que está a em causa. Mas se é preocupante é isso que eu quero dizer que não se espere, obviamente, pelas assembleias municipais para vir trazer esses temas, por que, de facto, no dia a dia, este é o nosso trabalho e realmente as respostas têm que ser dadas o mais prontamente possível. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Manuel Veiga. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Manuel Veiga, do Grupo Municipal do MIAP, em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima:** -----

----- Muito boa tarde a todos, em nome do Executivo da Freguesia de Avelãs de Cima, que aqui represento, os meus respeitosos cumprimentos. A pedido do Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Avelãs de Cima, que aqui substituo, José Carvalho, vou passar a ler uma intervenção. Como é do conhecimento da Senhora Presidente da Câmara de Anadia está a terminar mais um programa de vigilância florestal, envolvendo as Freguesias de Vila Nova de Monsarros, Moita e Avelãs de Cima e a colaboração de três associações locais, em articulação com os Serviços de Proteção Civil Municipal de Anadia e CDOS de Aveiro, onde eram comunicadas os inícios de turno, às oito e dezasseis horas, assim como os quilómetros percorridos e final do turno, às dezasseis e vinte e quatro, no trajeto previamente definido entre as entidades envolvidas. O programa começou em dois mil e dezoito, parecem evidentes os resultados que nestes anos se conseguiram. Zero grandes fogos florestais no Concelho, parece-



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nos também não ser por acaso os mesmos, pois, como todos nós assistimos ainda este ano, o flagelo dos fogos atingiu de forma intensa algumas regiões e Concelhos deste País. Recordando os fogos de Pombal, Guarda e Vila Real, por exemplo, tendo ardido pelas estatísticas publicadas mais de cem mil hectares de floresta, só este ano, com milhões de euros de prejuízo. A Freguesia de Avelãs de Cima e presumo, que as outras visadas também sempre viram com bons olhos este programa e o apoio da Câmara Municipal de Anadia, que através da cedência dos veículos, alguma gasolina e suporte em grandes reparações, em muito contribuiu para ele. Congratulamo-nos com o programa, os Municípes agradecem, a floresta mantém-se e a população local sente-se muito mais protegida com a passagem dos vigilantes. Podíamos ficar por aqui, mas não podemos deixar passar aquilo que o Estado central não faz, já que em nada a apoio ao programa, apesar de estarmos todos a contribuir para a proteção da mancha florestal e os custos e os meios que se poupou ao evitar um incêndio e ainda tem os vigilantes de assumir o custo do pagamento do IVA pelos serviços prestados. Há muito tempo que se reivindica uma solução mais humana e ambiental. Oxalá haja a coragem de manter o programa, mas também tem de haver a coragem de proteger e de o defender, o Estado nada faz e ainda recebe. Tenho dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, eu vou levar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, relativamente às questões que lhe coloquei do alojamento e do Monte Crasto, agradecer aqui um esclarecimento adicional. No primeiro caso, tendo noção das dificuldades que estamos a atravessar atualmente, face ao contexto vivido e como a Senhora Presidente teve a amabilidade de transmitir, nomeadamente na questão dos transportes. Não sei se isso foi tido em conta em alguma ponderação, mas perguntava-lhe talvez de outra forma, para não pensar que está-se a construir a casa pelo telhado, está em vista há uma previsão de eventualmente vir algum Polo para Anadia e isso sim viria justificar sem sombra de dúvidas este este investimento? Relativamente ao Monte Crasto a Senhora Presidente disse que foram encontrados vestígios, vestígios esse que, no fundo, ajudou a definir um pouco a história da ocupação do Monte Crasto, mas disse, referiu que ponderava, no fundo, criar um espaço de arquivo para a sua arrecadação. A pergunta se calhar é um bocadinho inocente, mas é saber se, de futuro, pondera dar a conhecer em alguma exposição esses mesmos vestígios, acompanhado de um projeto talvez de relato da história do Concelho. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado a Senhora Presidente quer comentar estas duas últimas intervenções? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim. Senhor Deputado Manuel Veiga agradeço a sua intervenção e, obviamente, dizer que efetivamente todo o trabalho que temos feito com a vigilância florestal, que tem um custo,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obviamente, para o Município de Anadia, mas que, ao mesmo tempo, é um investimento e o retorno que nós temos de esse investimento, na verdade é termos passado já estes dois, três meses, sem enfim, termos focos de incêndio. Existiram alguns mas que foram rapidamente e prontamente, pronto, eliminados, mas na verdade, conseguimos passar com sossego, pelo menos no nosso Concelho, nestes meses e as nossas equipas de bombeiros tiveram inclusivamente que se deslocar para combater fora do nosso Concelho e, na verdade, cada vez mais se vai estendendo esta passa palavra de todo o trabalho que tem sido feito e do investimento por parte do Município de Anadia. E tenho dito quer pelos comandos regionais, que às vezes gasta-se e o Governo gasta tantos milhões em determinados equipamentos, no fundo, para, enfim, quando há incêndios temos que atacar os incêndios e falta fazer este grande investimento que é efetivamente na prevenção e não basta só dizer que temos que cortar as faixas de gestão combustível, porque já se percebeu que mesmo em situações em que há a intervenção e limpeza das faixas de gestão combustível, enfim, quando há grandes incêndios, arde, enfim, aquilo que não estava limpo e o resto, enfim, que também as pessoas acabaram por investir, para, enfim, ter o terreno e cumprir, obviamente, com a lei, acabam também por sofrer e portanto, com avultados prejuízos, portanto, há sim que haver um forte investimento na prevenção e na prevenção, obviamente, nesta questão dos meios no terreno, na videovigilância, por exemplo, se não houver recursos humanos, pois também é difícil haver recursos humanos e vocês associações também sentem isso, mas é preciso haver um outro tipo de investimentos para trabalharmos melhor na prevenção e não só andar a fazer grandes investimentos e a alugar equipamentos, enfim e por aí fora, porque quando os incêndios tomam determinadas proporções, enfim, temos que gastar milhões, basicamente e, portanto, podia-se gerir e ter outro tipo de intervenção. Já agora dizer que estamos a terminar a época que terminaria a trinta de setembro. Eu ainda não tive oportunidade de conversar esta situação com os Senhores vereadores do Executivo, mas antecipadamente também já o aqui o informo. Fizemos um balanço já esta semana com a Proteção Civil, portanto, com os nossos Bombeiros e com também com a GNR. E, na verdade, também continuamos um bocadinho preocupados, não vamos baixar ainda os braços, porque, apesar de ter chovido um bocadinho, as próximas semanas são de temperaturas altas e o histórico que temos efetivamente no nosso Concelho é que os quinze dias do próximo mês de outubro, com as temperaturas que supostamente vão fazer sentir, deixa-nos alguma preocupação, porque há sempre alguém que, enfim, pode pensar que já baixamos os braços ou até por algum desleixo por parte das pessoas, que acham o período crítico já acabou e começam a fazer queimadas e, portanto, é preciso realmente manter ainda por mais alguns dias a vigilância e, portanto, já perguntámos às associações se tinham disponibilidade também de ainda se manterem no terreno, num horário mais reduzido do que aquele que estavam a praticar, até porque agora enfim, anoitece mais cedo e também as manhãs estão mais frescas e à noite também, mas durante o dia com esta com estas temperaturas altas que se fazem sentir e, obviamente, com alguma negligência é preciso ter bastante cuidado para que, de facto, daqui a mais algum tempo possamos dizer, olhe, este ano



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

correu bem e nada aconteceu no nosso Concelho e, portanto, continuamos aqui com a nossa floresta intata. E, obviamente, isso levará a temos que fazer uma adenda aos protocolos e, portanto, apoiarmos as associações na medida em que eles terão mais pelo menos quinze dias de trabalho, complementado com a intervenção da GNR e com a intervenção dos bombeiros, portanto, nos horários que não tem essa cobertura por parte das associações. -----

----- Sobre o alojamento universitário, pois ó Senhor Deputado é assim, as coisas não acontecem ao acaso é evidente que são trabalhadas e, portanto, aquilo que eu lhe posso dizer é trabalhámos no passado, trabalhamos no presente e vamos continuar a trabalhar. Pronto, é uma ambição que temos e, portanto, não deixaremos, enfim, de manter os contactos e as relações que possam, enfim, permitir ter outro tipo de ensino no nosso Concelho. Além do ensino regular e público que já temos cá. -----

----- Sobre o Monte Crasto eu sempre e acho que se recordar daquilo que eu disse já noutras sessões, é evidente que o nosso desejo é preservar e sempre disse que aquilo que nós queremos é requalificar e preservar a história do Monte Crasto e que ela efetivamente seja contada, seja testemunhada, com mais algumas evidências, porque, na verdade aquilo que temos até hoje ou até este ano eram relatos, relatos, relatos e, portanto, não passava disso e, portanto, temos algumas evidências que nos permitem efetivamente construir mais algum bocadinho da história do Monte Crasto e, obviamente, há aqui um trabalho que pode continuar para o futuro, se efetivamente houver lugar a isso e se houver também a vontade e a disponibilidade por parte de determinadas entidades também para apoiar este tipo de prospeções, porque, enfim, quando ainda no nestes fundos comunitários, a parte da Cultura só dava apoios, por exemplo, para as candidaturas, portanto, classificadas património da Humanidade e depois vamos a ver e não há assim grandes coisas, portanto, pelo menos neste tipo de situações e há muitas pelo país fora, efetivamente, que haja esta abertura e, portanto, obviamente que iremos mostrar e com muito orgulho, efetivamente, porque se algo foi feito foi agora para a mostrar e demonstrar, enfim, aquilo que temos no Monte Crasto e aquilo que, enfim, os vindouros poderão fazer se assim o entender. Mas não se esqueçam que o Monte Crasto não é só em cima o cemitério, nem a capela, não se esqueçam que o Monte Crasto começa um bocadinho mais abaixo e que se outras gerações lá se foram fazendo ao longo dos anos, portanto, temos que pensar em tudo isso. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado vou dar a palavra ao Senhor Deputado Fernando Fernandes. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arcos e Mogofores Fernando Fernandes, do Grupo Municipal do MIAP:** --

----- Obrigado Senhor Presidente, boa tarde a todos e os meus cumprimentos. -----

----- Era só para dar uma nota a esta assembleia, porque acho que acho que é importante, a quantidade de cidadãos estrangeiros que entraram deste de janeiro até agora na nossa Freguesia novos cidadãos, temos um total de trezentos e sessenta e nove atestados passados, onde o Brasil com cento e setenta e seis lidera, portanto, este número. Temos cidadãos do



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Uzbequistão, Ucrânia, Tazaquistão, Benim, do Cazaquistão, Índia, Nepal, portanto, estes são os mais numerosos. Já tentei alertar as entidades, nomeadamente a GNR para que não haja aproveitamento principalmente nas condições de trabalho e de habitação de algumas destas pessoas e é só dar nota disto para as pessoas estarem atentas, porque acho que é importante a vinda destas pessoas, que nós precisamos de mão de obra, mas também temos que ver as condições e acho que há aí algum, haverá algum exagero nas condições de habitação em que estão alguns. Eu pedia que estivessem atentos e não deixar que isto a deixar que isto descambe, digamos assim. Muito obrigado a todos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente da Junta Fernando Fernandes. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Boa tarde a todos, à Mesa, aos colegas Deputados, à Senhora Presidente, Senhores vereadores e todos a todas as pessoas presentes inclusive a imprensa. Eu gostava de perguntar só relativamente às conferências do Outono, uma vez que o horário nem para todas as pessoas é possível. Está prevista a transmissão via online. Ou então que seja posteriormente facultada a gravação da mesma conferência. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Vou lhe pedir porque estava absorto aqui nalguma conversa aqui com a segunda secretária o favor de repetir a parte final. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Era só perguntar se vai ser transmitido online a conferência ou se eventualmente poderá ser disponibilizada, não sendo transmitida online, posteriormente uma gravação que permita verificar e assistir no fundo, à conferência que se vai realizar, atendendo ao horário que nem para todas as pessoas permite a presença. Não é? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente quer informar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim, elas serão transmitidas em direto através do site do Jornal de Negócios e depois ficaremos com as gravações, portanto, que eventualmente podemos depois vir a usar no futuro.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Não tenho mais inscrições, passaremos, portanto, ao ponto ao **Período da Ordem do Dia**, não sem antes tecer uma informação. E que é que informo desde já o plenário do seguinte, caso não estejam informados. Em âmbito de Comissão Permanente e dada a vastidão da matéria, da matéria em análise nesta assembleia, acrescida pela sugestão de introdução de um novo ponto, ficou acordada a avaliação da necessidade da suspensão dos trabalhos, nos termos do artigo trigésimo do RAMA, bem como a eventual convocatória para o dia dez de outubro pelas catorze e trinta e conforme por analogia com a parte final do artigo trigésimo segundo número quatro. Portanto, isto é uma informação que dá para esclarecer



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deste acordo que foi feito, que foi feito, comungando também horários e disponibilidades, que foi feito em âmbito de Comissão Permanente com a presença de todos e que vamos analisando até uma hora considerada agradável, porque se tivermos poucos pontos em análise continuaremos, se tivermos ainda alguns pontos será suspensa e adiada para o dia dez. Assim sendo, vou dar a palavra à Senhora Presidente para que no **ponto um deste período proceda à apreciação da informação da Senhora Presidente**, faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Senhor Presidente a informação está disponível, como no próprio documento diz, portanto, indicamos ações as mais relevantes, obviamente que a atividade da Câmara não se restringe, enfim, só há informação que está aqui, é muito mais vasta, mas, obviamente, num documento como este não podemos estar aqui, enfim, a dar todos os pormenores, se houver alguma questão que entendam por bem levantar estou também disponível para o devido esclarecimento. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, portanto, faz favor, Senhora deputada Marta Duarte. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, temos aqui uma, uma questão relativa à relação de processos judiciais pendentes, relativamente ao processo indicado no ponto dois, consta aí como estando findo, tendo Município sido condenada abster-se de realizar intervenção na zona industrial de Vilarinho do Bairro. Gostaríamos de saber qual era a intervenção pretendida pelo Município e as consequências desta, sumariamente, para a zona industrial de Vilarinho do Bairro. Também e ainda relativamente à relação de processos judiciais pendentes. Quanto ao processo indicado no ponto quatro da relação e por ter por objeto a resolução a favor da massa insolvente tarefa comum da venda dos lotes vinte e oito a trinta e três da zona industrial do Paraimo, gostaríamos de perceber sumariamente, como é óbvio, qual foi o tipo de acordo estabelecido. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora deputada, faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anadia:** -----

----- Sobre o ponto dois, pronto, são aqueles acórdãos, enfim, que nós não entendemos muito bem, mas a zona industrial de Vilarinho do Bairro está lá, aquilo que estava para ser feito já está feito e, portanto, neste momento, não temos mais nada para fazer além do que, enfim, que foi executado. Executado dentro da área, obviamente, que era possível lotear e que estava fora da REN, portanto, e devidamente, enfim, aprovado, portanto, área desafetada, área aprovada de acordo com o loteamento, fora isso, enfim, nada mais a fazer relativamente a esta zona industrial. Relativamente ao não sei qual é onde é que está. Mas pronto eu sei mais ou menos a que é que se refere o acordo e esta situação surgiu porque houve uma venda de um lote a uma determinada empresa. Depois, entretanto, nós ficamos, nós ficamos com o lote, porque a empresa prescindiu dele e depois houve uma outra venda e havia aqui um diferencial,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que depois vieram reclamar entre aquilo que era o valor inicial da hasta pública, porque foi vendido e depois o valor da venda e pronto, e também a questão dos IMIS todos aqueles anos, que esteve em causa e, portanto, aquilo que quem ficou com o lote acabou por achar, pronto, que era injusto para ele ter que pagar esse de diferença e pronto e andaram ali em tribunal, envolvendo depois o Município de Anadia, porque na verdade, foi o Município de Anadia que vendeu inicialmente, que reaveu o lote e que depois o vendeu e, portanto, o acordo entre as partes foi assumirmos precisamente esse diferencial, portanto, entre aquilo que foi o preço de venda e aquilo que foi o preço de venda inicialmente da hasta pública e depois nesta segunda transação. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Eu começava talvez por alertar aqui um pequeno lapso. Não sei se ou pode ser defeito meu, não encontrei qualquer referência sobre o estado da obra de requalificação do quartel, mas há bocado já tive oportunidade de dar essa informação que ainda decorre, pelo menos a mudança. Relativamente ao Anadia Walking Trails que é um dos projetos que são indicados como em execução, feita uma pesquisa, nós verificamos que foi anunciada a sua candidatura em março de dois mil e vinte ao Programa de Desenvolvimento Rural. Um investimento que, na altura, se cifrava em duzentos mil euros, pressupondo um financiamento de oitenta por cento e a questão que eu lhe colocava era se houve algum constrangimento, no fundo, para que chegássemos a esta altura e tudo indicia que está a haver aqui um pequeno atraso. Da mesma forma lhe perguntava se os circuitos pedestres referidos como estando em fase de operacionalização do processo relativo no turismo, são os mesmos ou se tratam de outros? Por fim, relativamente à informação e a Senhora Presidente disse e muito bem, que a vossa atividade estende-se para além do que provavelmente estará ali indicado. Então só lhe perguntaria se perante a situação que nós tivemos no mês de agosto e inícios de setembro relativamente ao fornecimento de água, se houve alguma iniciativa, alguma ação, que tivesse o cuidado de tentar junto das IPSS e outras instituições, auscultar se havia necessidade de o fornecimento de água para consumo dos seus utentes e se chegou a ser feito? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Quer intervir Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu começo logo por o último, já vem este tema da Assembleia anterior e só dizer que, obviamente, esse contacto é sempre feito através da Rede Social e, portanto, faz a ponte com as IPSS e aquilo que aconteceu é que à semelhança daquilo que aconteceu nas habitações, portanto, enfim, a identificação de situações anómalas foram pontuais e não tivemos nenhuma IPSS que nos tivesse reportado qualquer constrangimento relativamente à questão da água, portanto, nós não temos, não está cá a Senhora vereadora, mas eu de certeza que se houvesse assim nos teria sido reportado. Desde Anadia, a Aguium ou a Tamengos. A Poutena já fica por



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outro sistema de abastecimento, portanto, Paredes também, Sangalhos ou Avelãs de Caminho, portanto, não nos foi reportada qualquer situação, portanto, anómala. -----

----- Relativamente à questão da sinalética e dessa candidatura, ela foi adiada, temos um prazo agora para, enfim, tentar terminar até final de outubro e foi adiada por força também do covid. Não se pode confundir esta candidatura dos seis percursos pedestres, com aquilo que são os percursos que foram definidos pela grande rota, que é um projeto da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, obviamente acompanhada por nós e estes percursos, portanto, foram definidos entre o Município de Anadia, as Freguesias e, obviamente, as associações que estiveram envolvidas. Mais dificuldade tanto entre o projeto e lançar a concurso e temos material para colocar em obra, portanto, eu acho que eles estão neste momento, praticamente, a sinalética está praticamente colocada, faltam ainda os postes de sinalização, enfim, daqueles pontos cruciais e que precisam um bocadinho mais de informação e a respetiva georreferenciação e estamos também com um procedimento que também é participado, que inclui a toda a parte da aplicação que será para os telemóveis, não é? E material gráfico, pronto, todo o material associado à comunicação, portanto, e é nesse sentido que estamos a fazer os últimos procedimentos para depois poder encerrar esta candidatura. -----

----- Sobre a GNR já disse, pois, que está praticamente concluída, portanto, aquilo que sabemos o Ministério da Administração Interna está a tentar equipar para além daquilo que já estava na empreitada, portanto, o quartel da GNR. Jardim cá fora, etcetera, ligações, mas está mais dependente deles do que da nossa parte, no entanto, temos colocado alguma pressão nesta situação, na medida em que está na hora de eles se mudarem e assumirem os encargos que tem de assumir com água, eletricidade, etcetera, porque lá em cima ainda somos nós que estamos aqui também a suportar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra à Senhora Presidente de Junta Lúcia de Jesus. -----

----- **Senhora Deputada Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho Lúcia de Jesus, do +PNT:** -----

----- Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, respetivos vereadores, Deputados caros colegas das Juntas de Freguesia, restante público. -----

----- Ora bem, então ó Senhora Engenheira aqui na parte das obras que decorrem neste momento, chamou-me aqui à atenção para uma das situações, que é a requalificação urbana do Largo da Feira na localidade da Fogueira. Consultado o projeto este incluía um Multibanco. Eu julgo que a obra está praticamente concluída, mas Multibanco não está, não foi, digamos, incorporado no largo, portanto, era só para saber se ainda irá ser, se está suspenso, como é que está? Aqui peço desculpa por estar aqui a insistir, peço desculpa por estar aqui insistir no Parque Claudino Pinto, já falámos ao telefone sobre isso, inclusive também já tive a preocupação mandar um email, contudo e digamos no seguimento da Assembleia de Freguesia de ontem, onde também fui eu questionada sobre esta mesma situação. As pessoas estão um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bocadinho preocupadas com a obra em questão. Não vou dizer que a obra não está a ficar bonita, está sim Senhora, portanto, está muito mais muito bonita do que o que estava anteriormente, mas, digamos, as alterações ao projeto estão a gerar alguma apreensão por parte de quem esteve, entrevi junto do projeto, conhece o projeto e, digamos, o que está realmente feito. Já falei com a Senhora engenheira, a Senhora Engenheira já colocou também algumas questões que poderão vir a ser necessárias. Já falei com o Senhor Eng.º Cosme e ele garantiu-me que a obra em causa não irá dar problemas, se vier a dar alguma coisa, algum problema será durante o primeiro ano, mas depois será retificada, contudo, sabendo realmente o que é que se pretendia fazer com aquele projeto, ele está a fugir à parte, digamos, a vertente mais virada para florestal, para a parte de árvores e da parte verde, digamos assim. Portanto, para quem não conhece o projeto e eu também não vou estar aqui a ler o projeto na íntegra, é verdade, mas este projeto incide sobre um troço do rio da Serra da Cabria e a divergência do rio para a vala de um moinho antigo, que agora há duas num lavadouro da Freguesia. Este projeto pretende a reabilitação de dois espelhos de água, conforme descrição de certos trabalhos: gravação de estacas de prancha, materializadas como tábuas em verde a montante do primeiro espelho de água. Julgo que isto não foi colocado. A ser colocado foi em pouca quantidade que não está visível, com aproximadamente um metro e meio de altura, de forma a vedar a fundação do açude e preenchimento de vazios na lateral, com betão para encabeçar as estacas e ligar lateralmente a fundação do açude existente, este também não foi realizado. Nas margens do Rio da Cabria, recomenda-se a colocação de pedra rachão com aplicação de estacas vivas. A pedra rachão está sim, julgo que mas pronto, isso é com os técnicos que eu não sou técnica, portanto, acho que foi dada pedra rachão de dimensão pequena, mas o tempo assim o dirá. Com a aplicação de estacas vivas de arvoredos ripícolas para fortalecer a estrutura do solo existente e minimizar a erosão. Não sei se isto ainda irá ou não ser colocado. De construção da represa barra açude a jusante ali existente em pedras talhadas e assentes em argamassa, portanto, que ainda não está efetuado. Correção do talude de margem existente de betão através da construção de degraus de pedra selada permitindo o acesso ao leito para descanso. Julgo que ainda irá ser feito. A consolidação das margens através da plantação de amieiros, salgueiros e freixos, entre outras árvores ripícolas vitícolas da beira rio, portanto, que eu acho que esta parte é que está é que irá falhar na digamos a parte da fora, por assim dizer, irá ser inexistente nesta requalificação, mas acho também que ainda estamos a tempo de o fazer, porque a obra ainda vai agora no início, pronto, se nos puder dar mais alguma explicação nesta situação, portanto, ficaria também agradecida. Isto também, digamos, a pedido do promotor do projeto. Deve ser realizada a dita reunião para esclarecer estas possíveis alterações. Também agradecia que o promotor do projeto estivesse Na mesma reunião. Por último questionar se será possível aqui nas obras, digamos que na fase procedimento concursal as seguintes empreitadas na limpeza e beneficiação das margens do Rio Serra, se não será possível também incluir aqui o Rio da Serra da Cabria? Principalmente na zona, na zona que passa no nacional número um IC dois, portanto, que digamos que é aquela que está mais à vista. Isto eu recorde



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que no meu mandato anterior questioneei a Senhora engenheira sobre isto, pediu-me o nome dos proprietários dos terrenos por onde as máquinas eventualmente teriam de passar, os nomes dos proprietários foram transmitidos. Eles deram autorização, mas o que é certo é que de lá para cá também não foi efetuada essa limpeza e realmente aquilo está num estado, nós sabemos perfeitamente que os proprietários dos terrenos são os responsáveis da limpeza até metade do rio de ambas as margens, mas não sendo feito, portanto, se seria possível fazer essa limpeza pelo menos nessa zona? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Senhora Presidente queira esclareceu, se faz favor. ---

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sobre o projeto da reabilitação do largo da Fogueira, na Freguesia de Sangalhos, aquilo que foi feito não contemplava o Multibanco. O desenho contemplava o Multibanco, a empreitada não contemplava Multibanco, portanto, esse Multibanco está tratado com o banco, há de ser feito com o banco. Decidir quem é o banco que vai para lá e, portanto, está tratado e, portanto, há de ser feito numa outra empreitada que, aliás, temos tratado com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos, que vamos dando a informação. -----

----- Parque Claudino Pinto, depois é a questão ó Senhora Presidente, a Senhora sabe que esta intervenção, no âmbito do orçamento participativo até cinquenta mil euros. Sabe o projeto que foi apresentado, já tivemos oportunidade de falar sobre isso. Tudo aquilo que lá foi descrito, descrito, obviamente, que cinquenta mil euros nem três vezes mais para tudo aquilo que lá está e, portanto, é fácil escrever, é fácil dizer que é isto e aquilo, mas há um limite que são cinquenta mil euros. Ok? E, portanto, nós vamos é esse compromisso de gastar o dinheiro para aqueles tais cinquenta mil euros, indo ao encontro daquilo que é. Mas quando se fala do promotor do projeto é de uma ideia, porque depois quem tem que desenvolver somos nós, nós é que somos os promotores da obra e os donos da obra e, portanto, entre aquilo que é a ideia e a vontade e aquilo muito que se escreveu à volta daquilo que se gostaria para o Parque Claudino Pinto, obviamente que não cabe no orçamento do orçamento participativo jovem, portanto, é assim já foi feita uma intervenção, também acompanhada pela APA, como é óbvio. De tudo o que já foi feito, há ainda coisas para fazer e, portanto, eu própria já lhe cheguei a dizer que há situações que não vai dar e, portanto, vamos ter que conversar. Eu converso consigo. Não converso com mais ninguém. Desculpe lá a Senhora é que é a Presidente da Junta e, portanto, conversarei com a Senhora Presidente da Junta sobre este projeto, porque, neste momento, o orçamento participativo já acabou, agora estamos nós a liderar o projeto e a executar a obra e, portanto, é consigo que falarei e tomaremos as opções que tivermos de tomar face ao dinheiro o saldo. Porque depois pode-se continuar a fazer a obra e a Senhora também é livre de gastar o dinheiro da Junta que bem entender e faz as suas próprias opções e, portanto, vai ao encontro do projeto que foi delineado para, enfim, fazer tudo aquilo que lá estava previsto. Agora cinquenta mil euro não dá e também sabe e essa história foi conversada antes que alguém nos esteja a ouvir e faça outro juízo de valor, é que a Câmara é que tem que



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fazer as obras, por concurso, ok? De pessoas que estejam inscritas na plataforma, por empreitada, obedecendo obviamente a critérios, para que fique claro que não é só chamar o Manuel e o Joaquim venha cá de um orçamento e vamos fazer a obra. Só que nós estamos sujeitos à contratação pública, portanto, também é bom que as pessoas saibam que temos estas regras, pronto, tem que ser feito desta maneira e, portanto, e pronto, mesmo que seja ajuste direto, tem que haver consulta prévia, tem que haver consulta prévia igualmente e até pondo na plataforma ou fazendo consulta prévia, contudo na plataforma, enfim, com as modalidades ou os concursos públicos. Mas sobre este processo eu própria lhe liguei e disse temos que conversar sobre isto, ok? Temos que perceber para onde é que vamos, estamos num momento em que, enfim, os preços são o que são e temos aqui que fazer opções. Para tudo não dará, já sabia há não sei quanto tempo não daria, portanto, não é de agora. Essa parte, tudo aquilo que foi descrito, é bonito e é e pode-se ir ao encontro disso. Mas não é com cinquenta mil euros, de forma alguma, pelo menos daquela dotação. -----

----- Sobre a limpeza das margens do Rio da Serra e da Cabria. Neste momento não tenho, não posso dizer que no imediato temos intenções de lá ir, andamos a fazer a limpeza do Rio da Serra, uma parte da parte mais baixa de Monsarros da serra virado ao Rio Cértima, ver se conseguimos, enfim, ter esta parte do rio limpo. Para já não vamos intervir no Rio Cértima porque estamos a aguardar, efetivamente, o tal projeto e apoio que o Ministério do Ambiente, portanto, assim determinou, com protocolo assinado e que envolve o Município de Anadia e o Município da Mealhada, eles são os promotores também do projeto e serão também da obra lançada a concurso, obviamente, articulado connosco e, portanto, vamos vendo se efetivamente conseguimos chegar um bocadinho mais além e se até com esses afluentes que chegam, possamos enquadrar na respetiva intervenção que havemos de fazer também no Rio Cértima, se efetivamente tivermos apoio, porque se trata de investimentos avultados. E terminei por agora Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Dou agora a palavra ao Senhor representante da Freguesia de Avelãs de Cima Senhor Manuel Veiga. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Manuel Veiga, do Grupo Municipal do MIAP, em substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima:** -----

----- Mais uma vez boa tarde a todos. A minha intervenção vai no sentido de falar de um assunto que é o parque de lazer da Freguesia de Avelãs de Cima, que foi construído e que é mais conhecido pela sua piscina. De facto, entre dias seis de julho e dezoito de setembro, o parque esteve aberto, a piscina esteve em funcionamento e apraz-nos registar o sucesso da mesma. Porque foram centenas de pessoas que passaram por ali. Foram centenas de pessoas que passaram ali a sua tarde entre as catorze e as dezanove horas e chegámos a ter umas largas centenas de pessoas que nos visitaram, não só a Freguesia de Avelãs de Cima da parte de todo o Concelho e daí e este agradecimento também à Câmara Municipal, porque sem a ajuda da Câmara Municipal na vigilância porque tivemos efetivamente dois vigilantes na piscina,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque seria importante que isso acontecesse face ao número, ao número de visitantes que ali estiveram e que se serviram daquele parque de lazer. Queria dizer também que o parque está devidamente certificado, foi certificado porque nós Junta de Freguesia, pelo Laboratório Industrial de Qualidade, por isso obedece a uma qualidade sem qualquer tipo de problema para a sua para a sua atividade. Queria, no entanto, de facto agradecer e repetir eu acho que sem a ajuda da Câmara Municipal nesta vigilância. com o professor que está a dar as aulas lá também ajuda e a vigilância. Aproveitar também para agradecer aos Atl's que ali foram e tivemos e isso foi importante porque acabámos por fazer uma atividade tempos livres como os Atl's que tiveram de Avelãs de Caminho, da Curia, da Moita e de Anadia que por ali passaram e que nós muito bem registámos. Fica também um agradecimento aos cidadãos da nossa Freguesia porque isto também é uma parte importante e eles na própria Assembleia de Freguesia referiram isto, é o desenvolvimento que está ali e a forma de visitar Avelãs de Cima. O comércio local teve importância nisto porquê? Porque as pessoas passam, visitam o comércio e há um certo desenvolvimento no local e as pessoas sentem-se agradadas porquê? Porque digamos como sabemos as Freguesias estão de certa forma desertificadas e, de facto, este período entre seis de julho e dezoito de setembro, a Freguesia de Avelãs de Cima teve centenas de pessoas a visitarem na e, portanto, aí a consumirem ali na própria Freguesia. Não tenho mais nada a acrescentar a isto só dizer que, de facto, temos este projeto e que pretendemos dar-lhe continuidade no ano que vem sempre e assim face a isto porque deixou de ser uma obra de Freguesia, como inicialmente teria sido pensado, para ser uma obra mais abrangente e para ser uma obra que satisfaz também alguns anseios da população do Concelho. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito Obrigado Senhor Deputado representante do Senhor Presidente de Junta de Avelãs de Cima e vou dar a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Já em vezes anteriores referi aqui que nalgumas requalificações havia algumas ciclovias que se encontravam em conflito com as pessoas que moravam que ficavam nessas ruas, porque a ciclovia ficava junto à entrada das casas. Contudo nalgumas zonas aqui de Anadia e eu já tive a oportunidade de falar aqui com a Senhora Presidente, ela na altura disse que não tinha nessa requalificação, não tinha ficado isso determinado e que seria a Câmara posteriormente a pintar algumas zonas de passeio e o que eu verifico já há algum tempo e que além de ter havido uma destruição de muitos dos pinos que existiam na Rua dos Olivais. Não se compreende bem porquê? Porque é que as pessoas se dão ao trabalho de estar a estragar aquilo, mas, enfim, se tem alguma alternativa para essa situação e alertar para que as pessoas continuem a estacionar em sítios considerados de passeio, deixando os sítios de estacionamento livres e alguns até fazem o depósito de carros e estão alguns carros há meses parados em cima do passeio, sem serem sequer postos a funcionar e eu até tenho dúvidas que alguns deles até já venham algum dia a funcionar, mas isso acontece com alguma regularidade tanto na Rua dos Olivais como na Rua de Trás como na própria Travessa da rua que vem da Rua dos Olivais paralela à Travessa



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Lagoa. Acontece isso em muitas situações, os carros estão ali durante muito tempo em cima dos passeios, nalguns sítios até em cima da ciclovia e como, pronto, não se vê nenhuma segurança, nenhum polícia, enfim, também um dia teremos que discutir a situação se calhar da Polícia Municipal para realizar essas situações. As pessoas não têm nenhum cuidado e passa-se essa situação, essencialmente no centro de Anadia, onde eu vejo com mais regularidade que isso acontece. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo.

----- Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP: -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente. Analisada a informação da Senhora Presidente nos foi disponibilizada e no ponto respeitante ao desporto, eu gostaria de realçar a realização do nosso Concelho dos Campeonatos da Europa de ciclismo de Juniores e Sub-23. Isto porque, durante três semanas, Anadia foi a Capital Europeia do ciclismo nas vertentes de estrada, pista e crosse country, sendo que mais de mil atletas oriundos de mais de trinta países participaram nesses campeonatos. De referir também que pela primeira vez a União Europeia de Ciclismo decidiu concentrar estas três competições internacionais no mesmo local. Tendo sido Anadia o primeiro local a receber este modelo de competições dos Campeonatos da Europa de estrada, pista e crosse country, como referi, o que obviamente nos deixa bastante orgulhosos. Depois referir que a importância da realização destes eventos no Concelho ultrapassa a prática desportiva propriamente dita, pois estes mais de mil atletas não vêm sozinhos, trazem técnicos, staff, família, aos adeptos das modalidades que se deslocam para assistir às provas e, obviamente, tudo isto tem um impacto bastante positivo e significativo na economia local, portanto, ao nível da hotelaria, restauração, do comércio e do turismo e finalizo dizendo que esta é sem dúvida uma aposta ganha e que deve o Executivo continuar o excelente trabalho que tem feito nesta área. Muito obrigado. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Queira tecer as considerações que aprovar, Senhora Presidente. -----

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Começo logo pela intervenção do Senhor Manuel Veiga, obviamente que fui acompanhando a utilização daquele espaço, efetivamente, como não temos assim um espaço ao ar livre ou melhor temos outro comparado que é em Banhos, Freguesia de Vilarinho do Bairro, mas, de facto, Avelãs Cima foi muito atrativo durante esta época de Verão. Também, enfim, e porque há pouco estávamos a falar nas piscinas e para quem nos ouve e esta questão da água e das piscinas, também é bom que as pessoas saibam que a piscina de Avelãs de Cima fica cheia, fica tapada, fica cuidada, no ano seguinte feito tratamento da água, mas nunca no período, enfim, em que deve haver algum cuidado nesta questão da utilização racional e consciente da água. ---

----- Senhor Deputado João Gaspar, efetivamente já referiu aqui esta questão das vias em conflito. Nós estamos a tentar que efetivamente o empreiteiro que ainda tem, enfim, nós



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fizemos a receção provisória e temos a receção definitiva e que conclui-se enfim, pequeninas coisas e afinar algumas coisitas que ficam sempre pendentes, mas, pronto, realmente é assim um bocadinho desolador quando andamos a fazer algum investimento e, de repente, começamos a ver destruição e a destruição, obviamente, nos primos não só, enfim, retirando os refletores, mas depois também os acidentes e por aí fora que vão acontecendo, que não se explica porque de facto a via até é estreita e é para andar devagar, pronto, e depois vão-se embora os pinos e começa esse tipo também de estacionamento indevido, quer aí mas depois quer do outro lado. E, na verdade, só com uma fiscalização muito mais interveniente ou com muito mais placas, efetivamente, aliás tem que haver mais sinalização e mais a intervenção por parte das forças de segurança e pronto, criar Polícia Municipal implica mais recursos e depois mais autos de contraordenação e nós é que temos que aguentar com isso tudo e essa é uma delegação de competências que nós temos que assumir que ainda não assumimos na totalidade e pronto e se calhar alguns autos de contraordenação que entretanto já aconteceram desde a entrada em vigor da delegação de competências se calhar alguns vão prescrevendo, mas pronto, temos que agarrar essa parte, mas obviamente que o desejo é que as pessoas cumpram as regras de segurança, evitando obviamente que a GNR ande a multar. Sobre o estacionamento dizer que efetivamente não sei se acontece lá, mas há diversos pontos na cidade, na Curia e em todas as Freguesias de carros que estão estacionados há largo tempo e, portanto, temos dado nota disso à GNR, porque nós não podemos chegar lá e retirar os carros, são eles que têm que identificar as viaturas, proprietários, seguros, onde é que estão e por aí fora e pronto e ainda nesta semana falámos precisamente sobre essa situação e dei nota até de alguns que a olhos vistos dá para perceber que lá estão ao já há algum tempo, próximo, efetivamente, dessa intervenção que fizemos. -----

----- Senhor Deputado Nuno Portovedo relativamente aos campeonatos juniores e sub-23. É evidente que foi possível a sua realização, porque de facto o Município de Anadia aceitou também este desafio. Desafio lançado pela Federação de Ciclismo mas também pelo reconhecimento que a UCI faz no Município de Anadia, obviamente, no Centro de Alto Rendimento para termos aqui estes campeonatos e é de facto todo este trabalho que temos feito, da realização destes campeonatos e do sucesso da sua realização, com todos os contratemplos também que existiram e é verdade também existiram alguns problemas e também aprendemos, enfim, com as falhas, mas a própria UCI, de facto, reconhece a nossa capacidade e a qualidade, efetivamente, das infraestruturas e daí a partir de janeiro, portanto, querer fazer o reconhecimento deste Centro de Alto Rendimento, e equiparar àquilo que é o Centro de Alto Rendimento que está na Suíça, ou seja, pô-lo praticamente ao mesmo nível que é a Suíça que é sede, obviamente, da UCI e, portanto, pô-lo ao mesmo nível, de maneira que, enfim, está lá um grupo de atletas, mas que no Verão podem vir para cá e, portanto, ou seja, será praticamente em paralelo que estarão grupos e, obviamente, também identificados e reconhecidos por eles e que não tirem a vez, obviamente, também às seleções que, enfim, que também vêm estagiar para o nosso Centro de Alto Rendimento, se não começamos a não ter



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

capacidade de resposta, porque não temos lugar para acolher já tantas seleções, tantas equipas. Mas pronto, com todos os custos também que estes campeonatos trazem, a verdade é que durante um mês, portanto, tivemos aqui, enfim, a nata do ciclismo é verdade, nestes escalões e efetivamente tivemos o Concelho preenchido e com uma grande dinâmica na parte da hotelaria, da gastronomia, dos supermercados que, enfim, era às carradas que se iam abastecer e, portanto, acho que foi realmente, foi muito importante esta atividade que aconteceu. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Não havendo mais intervenções neste ponto primeiro da ordem do dia, passaremos então ao **Ponto Segundo** que **versa traçado da linha de alta velocidade do Concelho de Anadia, requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista** e a quem eu convido para apresentar, se faz favor ali no púlpito, esse mesmo requerimento. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito boa tarde. Começo por cumprimentar, porque é a minha primeira intervenção hoje, o Senhor Presidente da Mesa e os restantes membros, Senhora Presidente da Câmara e os vereadores, os colegas Deputados municipais, comunicação social e público presente e quem nos segue via online. -----

----- Ora bem eu vou ler então o requerimento que apresentámos na Comissão Permanente no dia dezasseis de setembro para ser colocado na ordem de trabalhos de hoje. Ao abrigo do número um alínea c) do artigo vigésimo primeiro do RAMA, o Grupo Municipal do Partido Socialista vem requerer que seja introduzido no Período da Ordem do Dia da próxima Assembleia Municipal, um ponto autónomo pelas seguintes razões. Após a realização da Assembleia Municipal de Anadia em nove de junho de dois mil e vinte e dois, em que foi aprovada, por maioria, uma moção de rejeição ao traçado da linha de alta velocidade que tinha sido proposto pela Infraestruturas de Portugal, no Concelho de Anadia. Posteriormente foi efetivada uma reunião entre o Executivo Municipal e a as Infraestruturas de Portugal, na qual esta entidade apresentou um traçado alternativo à Câmara Municipal de Anadia, conforme tinha sido até proposto por este Grupo Municipal na última assembleia. Assim requeremos seja fornecido na próxima Assembleia Municipal informação detalhada pelo Executivo Municipal de Anadia sobre o conteúdo dessa reunião efetuada entre a Infraestruturas e a Câmara onde e se foi alterado em consequência disso, a posição do Município sobre a linha de alta velocidade no Concelho, já que não foi dado conhecimento dos resultados da reunião nem aos eleitos autárquicos nem aos Municípios. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra à Senhora Presidente, a fim de tecer os comentários que lhe aprouverem. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu estava à espera de um bocadinho mais, porque na verdade aconteceu uma reunião e eu



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse aqui na última Assembleia Municipal, que se não fosse todas as intervenções que nós tínhamos tido, nomeadamente as da Comunidade Intermunicipal e, pronto, se não fossem estes momentos e estas ações que estávamos a ter, se calhar nós nem sequer iríamos ser mais ouvidos e aquilo que aconteceu é que, efetivamente, depois de uma reunião na Comunidade, segunda na Comunidade Intermunicipal, portanto, foi marcada uma reunião no Município de Anadia. Mas eu estava a dizer que estava à espera de mais, porque vocês querem saber aquilo que nós tratámos. Mas os Senhores também lá foram e eu também não sei nada o que é que vocês trataram nem que vos disseram, vocês se calhar têm mais alguma informaçõzita que eu não sei, mas pronto, eu vou partilhar aquilo que nós temos. No dia vinte e oito de junho em vez de irmos para os gabinetes para Lisboa, nós convidámos as Infraestruturas de Portugal a virem ao terreno e virem precisamente ao local do crime, como se costuma dizer e dizer assim venham cá ver o que é que vocês estão a propor. Discutimos aqui em gabinete é verdade, mas depois fomos ao local e mostrar-lhes efetivamente no local, quais as implicações que isso teria, nomeadamente para a nossa mancha vitivinícola. Dizer-lhe que já nessa reunião ficou alguma ideia que havia um troço, também não sei como devem ter mudado de ideias logo na hora, então e aquele troço ali, por exemplo, a norte Mogofores que liga ali para cima, para norte, ali perto da de Sangalhos. Ah não esse já não é para a fazer. Ok foi única coisa que percebemos nessa reunião é que esse já não era para fazer, que ainda era mais uns hectares que ia ocupar Senhor Presidente da Junta, na sua Freguesia. Diz que já não era para fazer. Pronto, então vamos aos outros e os outros fomos ao local e verificámos, discutimos aqui algumas situações, como é que era possível ir rasgar aquelas colinas todas? Qual era a altura dos taludes? Como é que se explicaria o impacto para a que toda aquela zona, na medida em que, enfim, não sabíamos se ia por terra, se a viadutos, o que é que iam fazer? Algumas explicações foram dadas, já não concordando com a nossa posição de que aquilo iria destruir sessenta e três hectares, justificando que não, porque depois da obra feita aquilo ia ficar a menos. Claro que sim, mas para fazer a obra vai destruir, como é óbvio, não é, e depois é preciso recuperar tudo aquilo que foi destruído e não sei se alguém que vá depois recuperar a vinha toda e tudo aquilo que lá está. Para além, obviamente, dos caminhos de acesso às vinhas, as pessoas depois precisam de ter acesso às vinhas, vão ficar com as vinhas cortadas, ficam com vinha de um lado e vinha do outro e depois como é que chegam às vinhas? Têm que arranjar caminhos para chegar de um lado para chegar do outro, enfim, todos estes transtornos que isto causa. Essa foi uma situação, enfim, ouviram-nos, obviamente, perceberam aquilo que estava em causa, mas obviamente, entre uns mais políticos, uns mais técnicos, um, nomeadamente, aqueles que são mais ambientalistas, perceberam efetivamente a nossa posição. Mas eles estão a trabalhar no projeto, enfim, e alguém que mande e tem que avançar com as soluções, portanto, nessa reunião, depois de expormos as nossas preocupações, de eles estarem no local de perceberem, enfim, aquilo que estava em causa, houve um compromisso da parte deles de nos remeterem desenhos que identificassem melhor que delineassem melhor o traçado e que nos dessem a perceção daquilo que era o impacto, nomeadamente, dos taludes. Pronto, e a história dos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

caminhos também. Houve um compromisso, passado mais quinze dias, sim Senhor, então nós vamos mandar e no final do mês de julho nós vamos reunir outra vez com os Municípios. Remeteram-nos uma primeira informação a dezoito de julho, a dezoito de Julho mandando-nos novamente o traçado, o quatro, o cinco e depois um risco Junto à autoestrada, um risco e no próprio mail que eles nos mandaram dizem eles mesmos, que depois vão mandar os outros desenhos que estão em falta, portanto, ou seja, aquilo que nos mandaram a dezoito foi apenas um bocadinho confirmar aquilo que já tinham mandado, com mais esse risco junto à autoestrada que ninguém percebeu exatamente o que é essa solução, mas ficamos a aguardar que eles nos mandassem efetivamente todos os outros desenhos e reunir no final do mês de julho. O que não aconteceu, nem nos mandaram mais desenhos, nem reunimos no final do mês de julho, passou-se o mês de agosto, chegámos ao mês de Setembro, até que nós, ok. Perguntei aos colegas alguém discutiu mais alguma coisa? Não connosco ninguém mais reuniu, ninguém disse mais nada. Infraestruturas de Portugal então mas afinal o que é que se está a passar? Vocês ficaram em nos mandar desenhos, ficaram de nos dar mais informação para depois reunirmos e aquilo que nos foi dito por telefone ah esquecemos de mandar os desenhos. Pois nós então vamos mandar os desenhos, mas nós já não vamos reunir mais com os Municípios, isso agora vai para o Estudo de Impacte Ambiental, vai para o período de discussão pública e depois é que se poderão pronunciar, portanto, foi esta a informação que tivemos. Claro que, entretanto, apercebi-me que os Senhores vieram de lá satisfeitos e nós estávamos intrigados à espera de ver a solução e a solução, a outra solução é ou temos um viaduto de um quilómetro e setecentos a passar pela mancha vitivinícola ou temos um traçado junto à autoestrada que vem desde Cantanhede e passa pelo Bolho e passa por Vilarinho e passa pela Pedralva e passa pela Póvoa da Preta e vai por aí fora, por cima das casas. Ah já agora deixem-me só dizer que este detalhe, mais algum detalhe nos foi enviado precisamente na passada sexta-feira, dia vinte e três do nove, também logo a seguir veio outro mail a convidar a Presidente da Câmara para ir à apresentação à sessão solene da linha de alta velocidade. Portanto, é evidente que isto revela a falta de diálogo, que não é minha, que não é minha, é do Governo e das infraestruturas de Portugal relativamente a esta situação que é efetivamente delicada. E que, pura e simplesmente, estão a passar por cima dos Municípios e agora vamos com estas soluções para Estudo de Impacte Ambiental e depois cada um que se pronuncie. O que ainda nos deixa mais preocupados. Porquê? Olhe, primeiro, eu até acredito que isto não é, não sei quando é que vai ser feito honestamente e ainda ontem estava a ver uma reportagem na televisão, isto já vem desde há décadas atrás e de governos em governos e pronto é mais uma solução e tudo rapidamente apresentado, por isso é que ninguém quis responder a perguntas no final, de facto, ninguém sabe como é que é possível partir já para um projeto se ainda nem há soluções finais. Pelo que nos foi dito nessa dita reunião, só o impacte ambiental durava oito a nove meses. Ora oito a nove meses ou os projetos execução estão já prontos e já tem a solução decidida e passamos por cima de tudo, então não há hipótese nenhuma para começar em dois mil e vinte e quatro. Dizer-vos que, pronto, desde logo que respondi ao



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, acusei e receção do convite para assistir à cerimónia, disse-lhe que o Município de Anadia não se associava à cerimónia, pelo facto de não se rever nas propostas de traçado apresentadas, que irão prejudicar de forma considerável Município de Anadia, nomeadamente a economia, o enoturismo, a produção de vinho, as suas gentes e disse-lhe mais lamentamos ainda que, após o envio tardio de mais uma proposta alternativa do traçado apenas a vinte e três de setembro, não haja qualquer tentativa de diálogo com o Município, que terá como alternativas apenas optar pelas desvantagens ou uma solução sobre os aglomerados e as habitações ou a destruição da mancha vitivinícola da Bairrada. O pedido de reunião ao Senhor Ministro, pedido que temos já feito várias vezes, que até esta data, enfim, não respondeu, não nos deu esse privilégio de nos receber no sentido de tentarmos perceber se o Senhor Ministro tem a noção onde é que passa a linha de alta velocidade, porque ele até conhece bem o território, acho que ele até conhece bem a Pedralva, nomeadamente a Pedralva e, portanto, enfim, é isto que eu tenho para dizer e esperava, obviamente, que o Partido Socialista trouxesse mais novidades porque aparentemente veio satisfeito e, portanto, olhe eu não posso ficar satisfeita com esta solução que, neste momento, é uma coisa ou a outra, mas sem discussão e, portanto, aquilo que eu vejo é numa já percebemos que temos um viaduto de um quilómetro setecentos e demarcando os aterros e os desaterros e por aí fora, não outra só vejo que passa por cima de casas, pronto, passa por cima de casas de Vilarinho e da Pedralva e vai por aí fora. Como é que se resolve estes problemas, como é que se divide as localidades? Então esperem lá, mas isto vai pelo ar ou corta as casas a direito? Mas que eu saiba, há uns anos atrás andámos a investir na Linha do Norte para supressão das passagens de nível e criando as passagens superiores e as passagens inferiores. Então e agora como é que vamos cortar Vilarinho do Bairro? E como é que passam de um lado para o outro? Então e como é que vamos ligar Vilarinho do Bairro à Pedralva? Passa por cima da três, três, quatro? Então e depois? E é isto quer dizer, porque, na verdade daquilo que nós vemos não conseguimos perceber como é que aquela solução se executa, portanto, isto é um bocadinho preocupante, preocupante, até para expor estas plantas. Porque quem olhar para isto ficará preocupado por certo. Porque são as habitações e está em causa efetivamente a estabilidade social, a estabilidade económica das populações e, obviamente, de quem vive e que vai ficar afetado, já para não falar do impacte ambiental do ruído, etcetera, então há muito para dizer sobre essa matéria, mas pronto é aquilo que eu tenho para dizer, portanto, da simpatia das Infraestruturas de Portugal e do Ministério das Infraestruturas e da Habitação. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente pelos esclarecimentos e as suas informações, dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente pelas perguntas que me fez. Queria esclarecer uma coisa quem se deslocou a Lisboa foi, de facto, um conjunto de pessoas do Partido Socialista, entre as quais eu, mas não foi dialogar com as Infraestruturas de Portugal. Foi apresentar ao



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ministério das Infraestruturas que não é, digamos, quem está a tutelar o processo, mas pedir a sua intervenção no sentido de e falámos com o Adjunto do Senhor Ministro que trata especificamente das infraestruturas, porque entendemos que não é um partido político que vai negociar com as Infraestruturas de Portugal o traçado de passagem da linha da alta velocidade no Concelho. Nós fomos tentar, depois da Assembleia recordar-se-á que na assembleia em que nós nos abstivemos, dissemos claramente que estávamos contra aquele trajeto e propúnhamos até que aquilo que acabou por acontecer, que houvesse a tal negociação que a Câmara eventualmente apresentasse um trajeto alternativo. E que negociasse com as Infraestruturas de Portugal, que são as Infraestruturas de Portugal é que tecnicamente podem fazer alguma coisa, nós não temos pretensão de agora andar a fazer traçados. Foi-nos dado conhecimento mais tarde também do tal traçado alternativo que passava, de facto, bem perto da autoestrada para o lado oeste do Concelho e que a Senhora já se referiu. De qualquer modo foi-nos, considerámos que viemos satisfeitos porquê? Consideramos que aquilo que tinha sido claramente dito que aquele traçado era mau e, portanto, nós pensávamos que estávamos a ajudar o melhor, não escolhendo nós, mas apenas dizendo o traçado inicial ou melhor, um dos traçados iniciais, o tal que passava na zona dos vinhedos, não era adequado e não era bom para o Concelho. De qualquer modo, o processo tem andado, ainda ontem a tal sessão de divulgação do está foi realizada, penso que no Porto ou em Gaia, não tenho a certeza, mas penso que no Porto. Ele o traçado a linha de alta velocidade, provavelmente, virá mesmo, poderá acontecer aquilo que a Senhora Presidente disse há pouco, que já passou por vários governos e que já andou para a frente e para trás. É um investimento muito grande, um dos maiores da década, são quatro e meio mil milhões de euros e, portanto, tem algum significado. Isto é obviamente repartido ao longo dos anos. Agora, não temos dúvidas de que o traçado é bom para o País, porque em termos ambientais vai, digamos o transporte ferroviário é, com certeza, digamos, menos, digamos gravoso do que o digamos, as infraestruturas rodoviárias ou aeroportuárias, que também estão a ser tratadas, como é óbvio, mas tem esse efeito, tem o efeito nos ligar à rede europeia através de Vigo. Tem a vantagem de, digamos, libertar algumas, digamos, a linha atual, a Linha do Norte de para alguns, digamos, passar a libertar alguns transporte de passageiros e, portanto, eventualmente os de mercadorias e outros, concentrarem-na na linha, atual e de modo que não vemos razão nenhuma aquilo que é bom para o País, não pode ser mau para Anadia, não, com certeza que não vamos dizer que não vai haver um novo aeroporto em Lisboa, porque ele não tem interesse nenhum para Anadia, claro que não tem, mas a linha não tem diretamente, mas ao facilitar a entrada de turistas, eles hão de chegar a Anadia, eventualmente. A própria linha de alta velocidade pode facilitar esses contactos com investimentos de enoturismo. Etcetera. Portanto, o que eu queria, digamos, reforçar é que a linha de alta velocidade é um bom investimento, que tenha o melhor traçado possível no nosso Concelho estamos de acordo. Se houver dinheiro e, digamos, vontade política fará, fará até é bom que se faça nas condições mais favoráveis para o País e para o Concelho de Anadia. Neste caso também. Obrigado. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Deputado essa história dos turistas eu penso que só depois de para-quebras, não é, quando eles forem lá em cima, de para-quebras, como é que eles param aqui? Atiram-se? Foi claro, estou convencido que não, que não consegue dar mesmo respostas. Dou a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar, se faz favor. -

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Só para dizer que depois de ouvir o Senhor Fernando do grupo do PS eu pessoalmente penso que ele está equivocado aqui um bocado, porque na realidade o Porto Lisboa pode ser bom para o País, mas mais tarde, eu acho que a ligação à Europa para Vigo é quase tão importante como a ligação de Lisboa para Madrid, não nos leva a lado nenhum é gastar dinheiro sem sentido. Qualquer pessoa, penso eu, que se parar para pensar, chega à conclusão que a ligação a Salamanca será talvez a mais rápida e a que deveria ser feita em primeiro lugar e só depois fazer, nós estamos a fazer os anexos e depois a casa principal fazemos no fim. Estamos a começar como é habitual em Portugal estamos a começar pelo fim e, infelizmente, nós vemos que a maior parte dos nossos políticos apenas procura deixar a sua marca na passagem e não se preocupa com o todo. Importante se calhar não será o aeroporto de Lisboa, se calhar o aeroporto de Lisboa pode funcionar como eu já ouvi por muitas pessoas bem mais capazes e menos politizadas, com o que temos, com uma ajuda de cinco ou seis que existem à volta, se calhar seria de pensar na Ota, pensar na A oito, na A dezassete, na A vinte seis, na linha do Oeste que pode ser, pode ser eletrificada, em vez de estarmos a gastar balúrdios a fazer um aeroporto, que é de existência e comprovadamente é duvidosa a sua necessidade e esse dinheiro que gastaríamos nesse aeroporto, se calhar daria para fazermos milhares de outras coisas por esse País fora, em zonas que estão desabitadas e que seriam se calhar mais interessante fazer. A ligação primordial para mim seria Albergaria direta a Vilar Formoso, com ligação ao TGV que já se encontra do outro lado. Estar a fazer ligações transversais para depois chegar ao ponto principal acho que não faz sentido e acho que esta linha de Lisboa Porto poderia ser pensada noutros moldes, não havia a necessidade de a fazer de imediato e apenas se está a tentar fazer isso de imediato para se justificar, infelizmente penso que os governos com maioria absoluta tem muita dificuldade em governar, porque não têm ninguém que lhes contraponha nada, pois não sabem para onde é que se hão de virar, nem o que é que hão de fazer ao que têm e o que se nota uma desorientação deste Governo, a partir do momento em que tem maioria absoluta e uma incapacidade de ser capaz de governar e ter ideias e o problema é que Portugal há muita gente que tem ideias, mas pouca gente tem a hipótese depois de as aplicar, se calhar, se nós analisarmos bem tudo o que já foi dito sobre o Porto, o TGV devemos chegar à conclusão daqui a uns anos que era Pedro Passos Coelho que tinha razão quando disse que o TGV não fazia sentido. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado pelas suas considerações. Dou a palavra ao Senhor Presidente de Junta Artur Salvador, faz favor. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, em si cumprimento toda a Assembleia, é a primeira vez que intervenho hoje, portanto, cumprimentar todos aqui e todos aqueles que nos acompanham em casa. -----

----- Eu devo dizer que este ponto me chamou especial atenção quando vi a agenda e fiquei um bocado apreensivo quando me apercebi quando estudei a matéria que o ponto não trazia nenhum documento de acompanhamento. Tive a oportunidade de questionar hoje os serviços e, portanto, nada existia e aguardei com expectativa. Pelos vistos foi a mesma expectativa que a Senhora Presidente de Câmara tinha quando ouvimos a apresentação do ponto que nos trouxe coisíssima nenhuma e, portanto, quando na Assembleia passada nós definimos aqui creio que foi bom senso e consenso geral que havia aqui os problemas de comunicação da Câmara relativamente ao assunto da água, problemas de comunicação com a população e etcetera e elementos com o assunto em causa, chegámos à conclusão que devemos aprender e melhorar o patamar de comunicação. Então neste assunto que mexe com o coração da Bairrada e com um elemento altamente identitário, onde temos investido ao longo dos anos temos que melhorar a comunicação e, portanto, quando nós temos aqui o Partido Socialista de Anadia a ir visitar uma entidade que não se sabe muito bem que responsabilidade tem nesta matéria e, de facto, logo no momento a seguir ao fim da reunião, mostrar especial entusiasmo a dizer que foram a Lisboa conhecer a proposta de que a Câmara já tem conhecimento, portanto, eu fiquei especialmente atento e expectante, porque de facto aquilo que conheci era que a Freguesia de Sangalhos indiretamente iria sofrer consequências. Agradeço a Senhora Presidente que nos comunicou e bem e Sangalhos, pelos vistos já não faz parte da equação, se calhar, o dinheiro já não chega e, portanto, vamos lá esquecer esse traçadinho, mas vamos manter aqui um traçado, porque é preciso comunicar que o Governo está especialmente interessado em gastar dinheiro, sabe-se lá de onde é que ele bem e sabe-se lá com que estratégia, portanto, a linha de alta velocidade não faz sentido nenhum, neste momento, a partir do momento em que se alteraram diversos paradigmas na vida comunitária nacional. Todos os portugueses estão a começar a ficar alerta para determinado tipo de alterações nas suas vidas, que vão perdurar pelo próximo ano e sabe-se lá quantos anos e, portanto, vir de pouca informação, convocar um ponto para discussão sobre matéria nenhuma, nada de novo, nada de concreto, ainda por cima de forma precipitada, portanto, a Câmara que é a nossa interlocutora, vê-se aqui ultrapassada por alguém que quer capitalizar motivos políticos para brilhar. Ainda por cima não consegue expressar-se nem tem como expressar-se, se houvesse aqui bom senso e espírito de trabalho conjunto, que é aquilo que tem sido aqui repetidamente feito nesta assembleia, quer dizer que o PS em diversas matérias, está disponível para trabalhar com o Executivo para melhorar, portanto, se isso acontecesse o que tinha que fazer é vindo de Lisboa tentar falar diretamente com a Câmara para perceber, perceber como é que está este assunto e o que é que podemos aqui melhorar, portanto, fecharam-se em copas para depois vir aqui pedir para agendar um



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ponto para se falar sobre o assunto, quando nada de novo tem para falar e, portanto, felizmente para nós todos este projeto vai andar de canto em canto, de canto em canto, tal qual outro que tem trinta anos de convivência com a nossa, com a nossa estrutura que é o nó de ligação da A1 e este sim, se calhar aproveitava para perguntar à Senhora Presidente, se por acaso nestas interações e neste Governo que está especialmente feliz e contente, porque tem muito dinheiro na mão do PRR e etcetera e precisa de apresentar obra pelos vistos, se alguma vez foi consultada sobre esta ligação que é um projeto estruturante, tem muitos anos de amadurecimento e esse sim se calhar valeria a pena falar nele. Alta velocidade neste momento ainda por cima quando não nos apresenta um traçado sem explicações, com pompa e circunstância ontem em que se fala de tudo menos da parte de Anadia, porque fala-se de Coimbra até qualquer coisa da Mealhada. Depois pula-se aqui para a frente, de Aveiro para a frente e, portanto, ficamos aqui com uma desconsideração total, total do Governo que não reconhece Anadia, neste contexto, ainda por cima com tem raízes numa área especialmente visada, portanto, eu hoje tivesse fosse se calhar o Ministro, pronto, se calhar não tenho já afinidades nenhuma com a minha terra ou com os laços familiares e não penso lá pôr os pés, só por isso é que faz um traço da maneira que fez e, portanto, dizer que me parece um projeto que está mal comunicado. Acho que houve aqui um exagero e um exceder de expectativa por parte do Partido Socialista em Anadia, que quis capitalizar politicamente e não trouxe nada de novo, nem conseguiu justificar com agendamento deste ponto, qual de facto é a sua opinião e o que é que pretende defender para Anadia, isso não se percebeu e, portanto, gostava de deixar esta nota. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, dou a palavra à Senhora Presidente para tecer alguns comentários às últimas três intervenções. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Olhem eu já nem quero discutir outras soluções. Se é melhor Porto Vigo, se é melhor Salamanca, porque isso não é aquilo que tem discussão. Aquilo que está em discussão é no ponto dois, traçado da linha de alta velocidade no Concelho de Anadia e esta é a preocupação que temos de ter neste momento. Aquilo que nos foi dito claramente é que por parte das Infraestruturas de Portugal e a equipa era grande, efetivamente, aquilo que nos foi dito e nós estamos cá para cumprir aquilo que nos mandam fazer. Há o Ministério e há as Infraestruturas de Portugal. As Infraestruturas de Portugal estão a fazer um projeto que Ministério mandou fazer. E aquilo que nos foi dito nós compreendemos, nós não sei quê, mas nós estamos cá, nós só estamos para fazer o projeto. Portanto e isto foi-nos dito claramente. Não tem que ser a Câmara a apresenta qualquer traçado alternativo. Os Senhores disseram nós também não e nós também não. Quem está a fazer o projeto é as Infraestruturas de Portugal, para que é que havemos de andar a perder tempo a fazer soluções. Não, eles é que as têm que apresentar o interesse deles. É que nós fomos quase chamados a primeira vez a esta discussão quase por acaso. Claro que quando se aperceberam que efetivamente a malta estava a ficar chateada com



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

isto, é pá não os vamos ouvir mais acabou-se, a gente fecha com isto e vai para a frente e olha eles depois que se manifestem e basicamente, é isto que está em causa. Dizia há pouco o Senhor Deputado Fernando Barbosa, desculpe dizer-lhe isto, mas o Senhor parecia ser quase um porta-voz do Governo e o Senhor foi eleito pelo povo de Anadia e tem que ser acima de tudo o porta-voz dos cidadãos deste Concelho, este em primeiro lugar aquilo que eu pense sem qualquer ofensa relativamente a esta situação. E, portanto, nem tudo o que é bom para o País é bom para Anadia. O aeroporto se calhar até era interessante um aeroporto, mais aeroporto e podemos já todos opinar, mas a nós não nos bem chatear o aeroporto aqui. Agora isto está efetivamente a afetar o nosso território e essa é que é a questão. É pá se passasse para o outro lado não nos chateava nada. Agora está a afetar o nosso território e mais ainda, quer dizer, sem percebermos com as soluções definitivas, percebendo que uma linha de alta velocidade depois a funcionar é a linha de alta velocidade, é TGV e é Alfas e tudo isso e, portanto, tudo aquilo que passa por aqui vai deixar passar e passa tudo para a linha de alta velocidade e pronto e já disse isto na última assembleia, nós ficaremos a ver passar os comboios. Ficamos com o regional e se calhar, olhe, pode ser que a linha chegue o metro Mondego cá, é a nossa alternativa, porque de resto enoturismo com uma situação destas? Então estamos aqui a falar que vamos destruir o enoturismo, vamos destruir as vinhas, e então e depois as pessoas como é que fazem? Saltam do comboio, olha lá está uma vinha vou saltar do comboio cheio de pressa para ver se apanho a vinha, então como é que se passa, nem sequer para cá, para quando muito em Coimbra e nem todos e outros param em Aveiro, de resto e que vantagem tem para nós? Nenhuma, concretamente nenhuma. Bem e se percebesse ok não vem de estragar nada, mas bem estragar muito, vem estragar território e depois ainda dividir, dividir Freguesias, dividir localidades, destruir economia ponto final e, portanto, isso é aquilo que está em causa, mas eu ainda não percebi qual é a vossa posição? Então qual é a vossa posição? Gostam da outra por cima das povoações ou preferem a vinha? Vocês já disseram a vinha a gente não gosta muito, mas não somos contra o TGV. Pronto, é que nós ainda não percebemos efetivamente se vocês também estão de acordo com a outra? Já percebemos e toda a gente já percebeu vocês querem o TGV, são porta-vozes disso tudo bem. Agora entre as soluções se estão a perceber que isto prejudica o Concelho, não percebemos é qual é a vossa posição, isso é que vocês efetivamente deviam clarificar. Quanto ao projeto aquilo que eu tenho que dizer, aquilo que eu recebi na sexta-feira, dia vinte e três nove, irá à próxima reunião de Câmara e irei partilhar, obviamente, os desenhos, depois devidamente desconstruído lá dos formatos, para chegarem aos Senhores vereadores, portanto, e dar conhecimento ao Executivo daquilo que eu recebi, de resto a resposta que eu tinha dar ao Senhor Ministro já a dei e às Infraestruturas de Portugal igualmente também já me manifestei. Agora preocupação já no imediato, se isto avançar para a discussão de avaliação de impacto ambiental, é um prejuízo já, é que já perceberam é que ficam um corredor de quatrocentos metros condicionados ali, mais um corredor de quatrocentos metros condicionado aqui. E num bocadinho elas podem-se sobrepor no corredor quatrocentos, mas as outras não. Fora disso são quatrocentos metros aqui, quatrocentos metros aqui e podem



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser mil e duzentos metros de largura na extensão do nosso território, isso implica o quê? Que alguns projetos depois têm que ser sujeitos ao parecer deles, portanto, mais uma areia na engrenagem. Aparece ali alguém quer investir ali, espera aí está dentro corredor, temos que pedir parecer às Infraestruturas de Portugal e é isto que vai acontecer, portanto. No imediato o primeiro prejuízo é este, corredores que vão ficar condicionados ao investimento, ao desenvolvimento e sabe-se lá para quê? Depois solução final. Olhe vamos ver, vamos ver. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Deputado Fernando Barbosa para que efeito é que pede intervenção? Faz favor, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Ora bem, gostaria de lhe dizer o seguinte em relação a várias das observações que me foram feitas, também pelo Senhor Presidente da Assembleia, efetivamente, as pessoas não se vão atirar de para-quedas, como é óbvio, só que a linha do Norte vai estar ligada à linha de alta velocidade em Aveiro, em Coimbra, em Leiria, vai ter possibilidades de ligação e, portanto, as pessoas hão de chegar pela via pela via da linha de alta velocidade a Aveiro, a Coimbra, a Leiria e só falando das mais próximas daqui e a partir daí como agora, porque também não há nenhum comboio, digamos de, já não digo de alta velocidade, os mais rápidos, nenhum para aqui no Concelho, para ou em Coimbra ou em Aveiro e raramente no intervalo entre Aveiro e Coimbra, é a mesma coisa. Ele estava-se mais rápidos como pelo aeroporto que falei também, porque as pessoas seja do estrangeiro, eventualmente, pessoas, turistas ou investidores, o quer que seja, chegaram por via ferroviária também, não só não só aeroportuária, mas por via ferroviária às cidades que estão mais próximo de Anadia e, portanto, terão digamos, mais facilidade, mais rapidez de chegar às outras cidades e, portanto, também a Anadia. Não estou a ver qual é o problema de compreender isto. Por outro lado, eu fui eleito efetivamente em Anadia, como, digamos, na lista do Partido Socialista. mas isso não me inibe de pensar o que é bom para o País e eu com toda a sinceridade, acho que e embora como sempre haja inconveniente, qualquer infraestrutura seja uma auto estrada, seja um aeroporto, seja um porto, tudo isso causa sempre problemas a algumas pessoas, causa e tem que ser indemnizadas como é óbvio, isso não impede que essas infraestruturas de grande dimensão para o País e de grande interesse para o País se façam. O que eu estou a procurar é conciliar os interesses do País com os interesses de Anadia. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, ver se consigo por aqui um bocado de água na fervura. Ora bem é inegável que a linha de alta velocidade é uma infraestrutura que não deixa de ser importante para o País, acho que ninguém tem dúvidas, até pela abertura e falo no Concelho de Anadia. Mesmo na questão do desporto que ainda agora foi falada a vinda de equipas do estrangeiro, poderá ser aí até a nível turismo, uma mais-valia. No entanto, não podemos deixar



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de ficar apreensivos que para se atingir esse fim não poderá ser a qualquer custo, evidentemente, se por um lado me deixa sossegado o facto de isto ser uma obra que foi apresentado em dois mil, se não me engano dois mil e quatro, dois mil e quatro ou oito. Não, desculpe, dois mil de dois mil e quatro, dois mil e oito, dois mil e vinte, onde eles previam exatamente a mesma hora, uma hora e quinze, previa exatamente o mesmo investimento. Por outro lado, tenho que ficar apreensivo porque e eu falo pessoalmente, valeu a pena vir cá porque estamos aqui em vistas de ter um trajeto que irá afetar de forma significativa e até preocupante, muitas das populações que foram aqui elencadas pela Senhora Presidente. Perante tudo isto, gostaria de corroborar algumas das palavras que aqui foram ditas, que a informação será pertinente para que todos nos possamos envolver neste projeto, encontrar a melhor solução possível e acho que só conjuntamente, ou melhor, conjuntamente talvez teremos mais hipóteses atingir um bom porto que venha a beneficiar Anadia e, por isso, pedia-lhe Senhora Presidente, na medida do possível, claro. Primeiro, se se vier a confirmar esse tal trajeto alternativo que em vez de ser prejudicial para as vinhas passa a ser prejudicial para todas essas populações que elencou, que tenha o cuidado de não só de nos manter informados, nos alertar e também ter aquelas iniciativas que teve quando foi o primeiro momento, desde reuniões com a população até aos comunicados na comunicação social. Segundo, no âmbito deste acesso à informação, se fosse possível e uma vez que a CDU não tem representatividade no Executivo, se os tais documentos que vai passar aos representantes dos outros partidos, se era possível também ter acesso para assim, conjuntamente, poder ajudar na medida do possível. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- A Senhora Presidente quer comentar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu gostava que todos vocês pudessem opinar e pudessem ajudar à desconstrução destas soluções, palavra de honra. Ó pá, gostava que vocês conseguissem fazer chegar essas preocupações e que, enfim, desmobilizassem qualquer uma das soluções, porque eu acho que qualquer uma delas é péssima para Anadia e foco-me essencialmente nesta situação. Há pouco falava-se mas é muito importante porque isto vem reduzir o tempo dos investidores para Anadia e vem reduzir para o desporto, está tudo muito bem. Mas chegam a Aveiro tem que apanhar um comboio ou a Coimbra para ir para Anadia. E a que horas é que é o comboio para Anadia ou para Coimbra? Não sabemos, pode demorar vinte minutos e não sabemos a que horas é o comboio. Se vier de carro estão uma desgraça, porquê? Porque não tem alternativa. Vem na estrada nacional, a certas horas demora meia hora, três quartos de hora, depende se é da hora de ponta, isto é que isto é que nos preocupa para Anadia, desculpem lá, então nós estamos preocupados com a linha de alta velocidade dos outros e não estamos preocupados como é que chegamos a Anadia? Chega mais rápido a Coimbra ou Aveiro, eu se quiser chegar ir apanhar o Alfa a Aveiro ou a Coimbra, tenho que me levantar mais cedo porque senão corro o risco de não o apanhar. Porquê? Porque demoro não sei quanto tempo a lá chegar, portanto,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

falsas questões desculpem lá, a redução de velocidade falsas questões, porque só nós aqui que ficamos isolados, temos uma estrada nacional que é péssima, vai e que não ouço ninguém a falar nisto e preocupação sobre esta situação, um nó de acesso à autoestrada que não temos, continuamos a não ter e o Ministro que não quer ouvir e que nos manda para os Secretários de Estado e que não nos recebe, e que não há dinheiro no PRR para isto, mas há outro tipo de milhões. Temos que aqui que nos preocupar efetivamente com aquilo que é importante para o nosso Concelho e para as nossas gentes. Isto, pronto, dói um bocado e o que é que podemos fazer? Honestamente, se isto não derem ouvidos a ninguém e for para o período de discussão pública para avaliação de impacto ambiental que, pelos vistos, vai demorar uns meses. A única coisa que podemos fazer meus amigos é ter uma mobilização total das pessoas de Anadia. Irem escrever, dar a sua opinião relativamente ao período de discussão pública, porque se há período de discussão pública é para todos manifestarem, mas não podemos ficar de braços cruzados, sob pena de acontecer aquilo que está acontecer na Ucrânia, a anexação dos territórios, porque até fazem lá uns referendos e aquilo e o que é. Não pode ser. Nós temos que nos mobilizar, porque eu não acredito que haja qualquer alteração dos traçados que estão definidos, agora é um ou outro, outro, outro, pronto, e aquilo que, enfim, aquilo que melhor resultar no período de discussão pública. Ora se isto passar à margem das pessoas, obviamente, enfim, vai ser aquilo que eles querem, portanto, vai ter que haver mobilização séria. Dos territórios, das Freguesias que estão envolvidas, das localidades envolvidas, das Freguesias, mas também de todas as outras Freguesias que não estando envolvidas não sendo afetadas por isto, fazem parte de Anadia, isto é prejuízo para o Concelho de Anadia. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. Para que efeito? Esclarecimento? Muito bem. Faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- É evidente que eu me esqueci de elencar na referência anterior que, mas é do conhecimento geral, que isto está previsto a cumprir-se as promessas, não é, promessas que vêm de longa data, que a linha atual sofra uma reestruturação e com isso lhe seja proporcionado um aumento da oferta de comboios, o que seria bom até haver alguns projetos que nós estamos a desenvolver. Mas é evidente e espero que não haja aqui uma má compreensão das suas palavras, será uma mais-valia, desde que não se ponha em causa o que foi já aqui referido dos dois trajetos, claro, porque senão até lá o que a gente vai ter é comboios de alta velocidade da CP que podem circular a duzentos e vinte quilómetros, mas que demoram quase três horas para fazer o tal trajeto por causa dos problemas com a linha atual. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Não sei se a Senhora Presidente quer comentar não? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Mais nada. Eu acho que está tudo dito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ok muito obrigado. Dou a palavra agora ao Senhor Deputado Nuno Portovedo, faz favor.

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, eu espero não me repetir muito ou não repetir muito aquilo que foi dito, eu ia dizer, começo por dizer, subscrevo na íntegra, quer as palavras da Senhora Presidente, quer do Senhor Presidente da Junta de Sangalhos. Depois dizer que nós nada temos contra a ferrovia. Portanto, efetivamente, a ferrovia é um meio eficaz, é um meio muito mais ecológico, muito melhor economicamente, na ligação das cidades, no transporte das pessoas, na ligação até ao estrangeiro, neste caso concreto, e sobretudo no transporte de mercadorias, porque retira centenas de camiões da estrada. No entanto e no que diz respeito a este traçado, eu confesso que continuo a não perceber o traçado. O traçado no seu todo, não é só o que atinge Anadia, porque olhando para o mapa com o traçado no seu todo, não percebo a curva que vem desde Canelas, a Norte de Aveiro até Leiria, quer dizer, eu percebo-a, percebo-a perfeitamente porque é que ela lá está. Agora ela não tem lógica rigorosamente nenhuma. Depois dizer que nós fomos eleitos em primeiro lugar e nós MIAP ainda mais, por Anadia só para Anadia e sem querer aqui ferir nenhuma suscetibilidade, mas não temos que defender aqui nenhuns interesses de nenhum Governo nem de nenhum partido político. E os interesses do País em primeiro lugar estão os Deputados na Assembleia da República para os defender. Nós temos que defender aqui os interesses de Anadia. Efetivamente nós mantemos a posição que já tínhamos mantido. Este traçado é mau para Anadia, não é nenhuma alternativa para nós, apenas retira, apenas prejudica, não acrescenta rigorosamente nada e não percebo como é que uma coisa que é má para Anadia no fim, afinal, até é boa para o País. Se é má para Anadia no seu todo não pode ser boa para o País, não pode. Depois ainda voltando à linha não são quatro mil e quinhentos milhões, em junho já eram quatro milhões, quatro mil e oitocentos milhões, agora já são quatro mil e novecentos milhões e foi acrescentada mais uma estação Vila Nova de Gaia, o que é engraçado, portanto, ter uma estação em Gaia e outra estação no Porto, que eu saiba qual é destas cidades abrangidas pela linha que hoje pela linha de alta velocidade que hoje não é abrangida pela atual linha do Norte. Todas. A linha de comboios hoje passa em todas estas cidades. Também não sei qual é a equipa que não virá para Anadia, porque vai poupar aqui uns minutos, se é que os poupa, porque se for pela estrada para ligar Aveiro para ligar Coimbra a Anadia ou Anadia a Aveiro, se calhar vai demorar mais tempo. Dizer ainda que eu ouvi ontem a apresentação da linha de alta velocidade e ouvi o Senhor Primeiro-ministro dizer que esta linha no País, mas também ouvi o Senhor Ministro das infraestruturas dizer o que já tinha dito, que eu referi aqui na última assembleia que a linha colocará as áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa a pouco mais de uma hora de distância. O País não é só o Porto e Lisboa, o país é muito mais do que o Porto e Lisboa e, portanto, efetivamente até demorará uma hora e um quarto ou uma hora e vinte, não sei quantos comboios por dia, entre Lisboa e o Porto, os que pararem nas cinco estações, porque foi acrescentada mais uma, é pá tenho dúvidas que vá melhorar assim tanto. Gostaria também e aqui o Senhor Artur Salvador questionou Senhora Presidente de Junta se nestes contactos havia alguma novidade sobre o nó da autoestrada, esse



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sim já referido por nós, pelo Executivo, pelo o tecido empresarial concelhio diretamente à tutela e que nunca obteve resposta. Se na tal reunião que o Partido Socialista teve no Ministério das Infraestruturas, este sim um ponto importante para o Concelho, se por acaso também falaram do mesmo junto de quem os recebeu no Ministério das infraestruturas. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado dou a palavra ao Senhor Deputado Marcelino Rasga. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhor Presidente, respetiva Mesa, Senhora Presidente da Câmara e vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, comunicação social e quem nos ouve online. Senhora Presidente, Senhora Presidente e recorde-se passado foi-nos pedido pela, foi-me pedido especificamente a mim pela Senhora que nós sendo Partido Socialista de Anadia, se tínhamos alguma interferência e possibilidade de interferência, fizéssemos as démarches necessárias para ser ouvida, aí nunca tinha tido qualquer intervenção no processo. Foi-nos pedido publicamente numa assembleia esta situação. O Partido Socialista de Anadia nada mais fez do que foi tomar essas démarches é sua é sua consideração conhecer um tipo de nós. Contactámos o Ministério, tivemos a reunião só como informação para abrir o diálogo entre a Câmara e as infraestruturas que estavam um pouco, nós entendíamos, está um pouco bloqueado. Esta este foi o princípio que nós seguimos para dar continuidade aos trabalhos que a assembleia que nos tinha, que a Senhora Presidente da Assembleia nos tinha pedido. Nada mais do que fizemos, não temos como partido local, não temos capacidade de diálogo com os ministérios ou sequer com as Infraestruturas de Portugal. O que nós fizemos particularmente ter uma reunião com o próprio Ministério para abrir o diálogo. Este foi o que a Senhora nos pediu, foi o que nós fizemos, o que se tratou foi especificamente abrir o diálogo. a nós Partido Socialista de Anadia não nos compete fazer traçados, pedir, pedir ou mandar desenhos para aqui ou para acolá. Nós queremos colaborar nas soluções que nos propõe. A Senhora Presidente, à Senhora Presidente é que lhe compete fazer as démarches fazer os desenhos que possam contrariar a imposição que os Ministérios querem impor, não sou eu nem o Partido Socialista é o Executivo de Anadia é que tem, tem capacidade para fazer contrapropostas em relação às infraestruturas. Não sobre repito o Partido Socialista de Anadia não tem esse dever, compete ao Executivo o diálogo com os ministérios, nós podemos ter uma opinião, se nos for solicitada e podemos voltar a continuar a colaborar com os ministérios no sentido de a melhor solução, mas essa solução é da sua responsabilidade, tem que a transmitir a esta assembleia para nós podermos decidir. Eu não sei o que é que a Senhora recebeu sei que recebeu do ministério propostas. Não sei quais, porque nós não somos informados das ligações de Câmara ministérios, não recebemos qualquer ligação. Sabemos por vias secundárias essa mesma informação. O que a Senhora sabe nós não sabemos e é isso que a Senhora está a querer deturpar. O Partido Socialista de Anadia quer colaborar, tem intenção plena de que quer ajudar a resolver este problema, porque este é um problema grave. A Senhora até agora tinha uma posição que era contra a alta velocidade em Anadia. Hoje parece-me que está na dúvida se é



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a esquerda, se é para a direita, não sabe, nem disse se ainda é contra a alta velocidade, porque sabe que nós somos favoráveis, portanto, agora o traçado, o traçado que vai que vai ser seguido nós não sabemos. A Senhora Presidente tem capacidade para o contrariar, porque a defesa das populações por onde ele vai passar compete-lhe a si. A nós a nós elementos do Partido Socialista de Anadia compete-nos ajudar o Município a ajudar nas suas propostas e no mais dizer que há pessoas nesta assembleia que não tem possibilidades de expor as suas ideias na rua e vêm a esta assembleia para ter um momento de glória, aqui o que se está a decidir, que se está neste momento a discutir é o ponto, o que é que a Câmara sabe sobre o traçado da alta velocidade. Considerações supérfluas se é viável se não é viável, se passa para acolá ou por ali, não está em causa aqui o que me interessa é saber o traçado e o que é que a Câmara tem a propor para o ministério o que é que a Câmara tem que informar esta assembleia. É só isto que me interessa Senhora Presidente. Para já obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, não sei se a Senhora Presidente da Câmara quer comentar? -----

----- **Senhor Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim. Ó Senhor Deputado, vai-me desculpar, mas o Senhor quer inverter as coisas e distorcer. Lá está um problema de comunicação e da audição também, porque eu acho que já foi bem claro tudo aquilo que eu disse e, portanto, acho que toda a gente ouviu e que toda a gente percebeu. Também não compete, ao contrário daquilo que o Senhor está a dizer, ao Município de Anadia fazer projetos não somos nós. Foi claro uma equipa multidisciplinar que esteve nesta casa que nos disse, nós temos que fazer o projeto e cumprimos aquilo que alguém nos diz que temos de fazer. Compreendemos, ouvimos e, enfim, somos sensíveis, mas são eles que fazem o projeto. Eu se quiser fazer um projeto, até eu ando aqui com esta bem, vocês a Olhão. a rotunda da nacional. Então mas somos nós, nós podemos fazer? Não. Dependemos deles E agora vêm-nos dizer que vocês é que têm que fazer traçados, mas não somos nós. Aliás e como disse, equipas multidisciplinares que irão estudar as catenárias, que eles percebem as curvas, não é a equipa da Câmara que vai propor, obviamente, a qualquer alteração ao traçado e depois isto não é só traçar, cumpre as regras, enfim, tudo aquilo que tem que ser feito para uma linha de alta velocidade. Agora no traçado, obviamente que nos podemos manifestar e é isso que estamos a tentar fazer. Vocês muito bem, está a dizer que fizeram um esforço, se calhar resultou ao contrário, fecharam-nos o diálogo. Porque a única coisa que nos mandaram depois foi no dia vinte e três de setembro e não há mais conversa. Ficamos por aqui ao telefone foi-nos logo dito não vamos conversar mais com os Municípios. Perguntei aos colegas e pensei, querem lá ver que só eu é que, enfim, não me dão conversa? Afinal de contas todos os colegas estavam na mesma. Portanto, enfim, isto é uma questão de fecha o diálogo e ponto final. A vossa intenção, vocês podem ter ido bem-intencionados mas não resultou, porque pura e simplesmente fechou o diálogo e é isto que preocupa agora, é que a avançar, como já disseram, não há nenhuma solução definitiva daqueles corredores que nós sabemos, não sabemos se há



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais, mas daqueles que nos foram remetidos agora, se forem esses corredores que forem para a avaliação de impacto ambiental, a solução quatro, a solução cinco, mais um corredor que anda lá junto à autoestrada. Se for assim temos corredores de proteção a estas situações todas e depois não sou eu sozinha. Eu tenho que me manifestar, obviamente, mas sabe o que é que acontece, olhe, vai para sul, vai para sul e um Concelho diz eu acho que a melhor solução é a cinco e o outro diz eu acho que a melhor solução é a quatro e, obviamente, isto compromete tudo mas aqui, enfim, afunila e vai direito e em Aveiro, obviamente, passam lá os comboios todos, mas aqui em Anadia não passam, já não passam muitos e um vão deixar passar ainda mais. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Deputado Macelino Rasga para que efeito? Tem que escolher quer o direito de resposta que é mais simples? Pronto. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhora Presidente eu repito, à Senhora Presidente e ao Executivo compete a defesa dos seus municípios. À Senhora, à Senhora Presidente e aos municípios compete contrafazer, contrafazer propostas e contrapropostas relativamente a situações que entendem que não beneficiam ou prejudicam este Município. Se este se as soluções, se as sugestões que lhe chegam à mão não são compatíveis, deve, na minha opinião, deve fazer proposta e contraproposta no sentido de valorizar assim o interesse do Concelho de Anadia. Não é dizer que como a Senhora estava a dizer nós fechámos o diálogo, não é, o diálogo foi aberto porque recebeu, segundo disso, recebeu no final de julho duas, duas informações em relação a um traçado, portanto, houve abertura de diálogo depois da nossa ida lá, nós não fechado nada e tanto mais que a Senhora não se pode queixar que foi a nossa ida, se foi bloqueado para Anadia, foi bloqueado para o resto dos Concelhos, nós não bloqueamos nada, a nossa intenção foi ir de encontro o seu pedido e foi sempre com o objetivo de acudir e de deixar de acudir a uma situação que era altamente negativa e que nós consideramos altamente prejudicial para o Concelho de Anadia, que era o antigo traçado, mas isso é que eu peço à Senhora para que se tiver alternativa continue a contrariar as posições do ministério com alternativas válidas, porque pode ter uma certeza, quanto nós sabemos o traçado é para se fazer e se a Senhora não se empenhar a cem por cento ele vai por zonas que não nos interessam. Okay. Muito obrigado. ---

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, Senhora Presidente quer intervir? Faça favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Desculpem lá eu tenho que usar aqui um termo, desculpem lá, é preciso muita lata para estar a dizer isto desta maneira ó Senhor Deputado desculpe lá. É que é preciso mesmo, é preciso isso para perceber porque é assim, o Senhor está a distorcer completamente aquilo que é a posição da Câmara Municipal de Anadia. Quem trouxe esse assunto à Assembleia Municipal fomos nós, obviamente, preocupados com esta situação que não compete ao Município nem de Anadia, nem da Mealhada, nem de Cantanhede, nem de Aveiro, nem de quer que seja, nenhum



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município faz qualquer traçado para a linha de alta velocidade. Okay, portanto, não esteja a querer responsabilizar o Município, porque não há Município nenhum neste país que faça qualquer traçado. Refutar traçados tudo bem, mas quem faz os projetos neste momento é uma equipa, Infraestruturas de Portugal e nós só temos é que refutar é pá e dizer esse não nos serve e foi por isso que trouxe à Assembleia Municipal e disse, para além de não percebermos o prejuízo e o investimento todo que é feito, com outras prioridades para o Concelho de Anadia e é de Anadia que estamos a falar, obviamente, se me perguntarem o que é que prefiro que fique para lá o TGV, e que invistam naquilo que nós precisamos. Uma rodovia como deve ser substituindo a estrada nacional, o nó de acesso à autoestrada, preferia isso, porque isso são meia dúzia de tostões comparado com estes milhões todos, agora, não Senhor, mas temos que fazer uma linha de alta velocidade e o Senhor quer passar o ónus para a Câmara e para a Presidente da Câmara como se nós tivéssemos capacidade, nós. Não há nenhum Município deste país que faça um risco, ou que tenha competência ou que seja chamado para fazer traçado da linha de alta velocidade, portanto, o Senhor quer vender isso, desculpe lá, mas isso o Senhor sabe que isto não é verdade, portanto, não vale a pena estar a tentar vender essa situação porque isso não é verdade. E eu já disse isto eu compreendo a vossa boa intenção, mas na verdade aquilo que aconteceu foi a um fecho total ao diálogo para nós Anadia, mas para todos os Municípios porque que eu percebi dos colegas, não houve mais conversa, não houve mais solução e, portanto, quando ontem é anunciado com pompa e circunstância que vai avançar a linha de alta velocidade acha que agora ó pá o que é que vai acontecer? Foi-nos dito os traçados estão, portanto, pública, o que é que temos que fazer, nos mobilizar como é óbvio, pronto e depois a discussão de impacte ambiental lá ditará enfim, qual é a solução ou se são todas negativas ou se não são negativas. É isto. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, o Senhor Deputado Marcelino para que efeito? Direito de resposta? Faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhora Presidente eu só lhe peço é isso, as nossas relações ao longo dos tempos foram sempre cordiais e use comigo a educação e o trato que eu uso consigo. A ofensa faz parte, não deve fazer parte do nosso diálogo e do tempo que nós convivemos ao longo dos tempos, eu trato-a como com educação e exige que a Senhora me respeite da mesma maneira como tratou. Aqui não há latas nem há meias latas, há uma opinião pessoal, minha e do partido. Qualquer outra distorção para mim é uma ofensa. Também lhe queria dizer, repito, que a Senhora está a enveredar, está a enveredar mais ligeiramente por aquilo que eu lhe estava a pedir, que é fazer propostas em relação, fazer propostas alternativas em relação às propostas que lhe vem dos ministérios, é isso que eu pedi é isso que o partido lhe pede a defesa das populações com respostas e fazer salientar às pessoas lá de baixo que aquilo não serve. Há outra alternativa e outras situações melhores, porque nós ao analisarmos um traçado conhecemos o Concelho e sabemos qual é o melhor sítio onde poderá passar. Poderá porque,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como lhe disse isto é inevitável, poderemos dizer olhe não passe aqui mas passe mais acolá. São as tais de alternativas que o Partido Socialista pede à Senhora Presidente não é nada, não é nada mais do que isto. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Apenas para dizer que sem ser contra o progresso, achamos que o traçado é mau, qualquer, aparentemente qualquer um dos traçados não nos trará grande vantagem. É claro que não nos podemos opor à decisão do País, somos só um pequeno Município dentro do País. Efetivamente a obra poderá ser uma obra que no futuro nos venha a mostrar que estamos enganados, mas uma primeira opinião ela aparentemente nesta altura seria desnecessária. De qualquer maneira o traçado terá que ser sempre o mal menor, porque se partimos já da convicção do colega Deputado que ele vai ser feito é um bocado aquela ideia se calhar é possível optarmos pelo mal menor. Agora alguém nos pode garantir que vamos ser ouvidos se neste momento aparentemente já fecharam a porta às negociações. Isso e agora o trajeto ou o projeto vai ser vai ser realizado, se calhar, aparentemente, o comboio já passou e não nos deram para-quedas, é única explicação que eu encontro perante este facto, o comboio vai passar querem uma proposta, mas que é que interessa nós darmos uma proposta se à partida já há uma coisa definida e nós achamos que além de ser mau é desnecessário, mas como nós não temos voto na matéria, nós não somos contra o progresso atenção, nós não somos contra o TGV, nós somos contra esta linha do TGV e, se calhar, uma reformulação do projeto, porque eu fiz muitas vezes o Alfa pendular no decurso da minha vida profissional e chegava a Lisboa em duas horas e não chegavam mais rápido porque a partir de Pombal alguém fez um estrafeço na linha, então a linha não permite que dois comboios circulem ao mesmo tempo porque chocam e então se consegue ultrapassar a velocidade, porque o comboio dá mais velocidade do que aquela com que faz a viagem, mas não a pode exercer porque as linhas não permitem e então ficaria dispendioso remodelar as linhas e então vamos fazer um trajeto nono. Nós somos um país na realidade muito rico somos aliás, nós ao pé dos países nórdicos damos calcinhas a eles, não é, portanto, nós vemos que o salário mínimo lá ao pé do nosso é uma ninharia, portanto vamos fazer um TGV, é uma coisa desnecessária é pode ser um objeto do futuro, pode, agora neste momento é muito questionável, pronto, é isso que é verdade. Agora ninguém está contra o TGV, estamos contra esta situação, não há necessidade de fazer um TGV à pressa, se calhar, de uma maneira, se calhar que será desnecessária para o país neste momento. É só isso mais nada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Eu penso que nós já dissemos tudo e já exprimimos todas as nossas opiniões e esclarecemos todas as situações que aqui foram já ditas por todos, com mais ou menos cor política, mas o que acontece é isto é que nós, na verdade, temos que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ser empáticos, mas temos de ser assertivos naquilo, naquilo que vamos dizer, não vamos fazer jogos de palavras, vamos decidir as coisas, vamos pensar bem as coisas e penso que nós temos essa possibilidade, porque somos todos Anadienses e gostamos muito de Anadia. Eu vou dar a palavra ao Senhor último Deputado inscrito Dino Rasga, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, bem ainda bem que parece que sou neste momento o último inscrito, também queria era sossegar as pessoas é que desde o Senhor Pinto de Sousa que há vinte anos ou vinte e tal anos começou com esta ideia, com este paradigma já passaram vinte anos e ainda não se assentou nenhum pilar ou nenhum metro de caminho de ferro, portanto, se calhar estamos aqui a perder tempo, porque isto deve ser para daqui por vinte a trinta anos e eu estou a pensar que estarei cá para a inauguração. Já agora só acho que a Senhora Presidente pode apresentar uma proposta de alternativa. Se é assim, portanto, uma proposta alternativa, por exemplo, eu acho que se encostarem a linha à A-17, por exemplo, nós aqui batemos palmas está tudo bem, portanto, proponha um trajeto, até vai mais direto a Aveiro, porque a A-17 passa ali junto ao estádio de Aveiro, portanto, até deve ser tudo mais fácil, pois também são terras que a gente conhece que são menos povoadas, portanto, acho que se calhar até era mais fácil. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Portanto não havendo, não havendo mais intervenções neste ponto, passaremos então ao **ponto três** da ordem do dia e cujo sumário é **apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de segunda alteração do mapa de pessoal aprovado para o ano de dois mil e vinte e dois, nos termos da alínea no número um do artigo terceiro do RAMA**. Portanto não sei se a Senhora Presidente querera fazer a apresentação ou se passamos já às intervenções do plenário. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu acho que está com a informação, se alguém tiver dúvidas, pois estou disponível para responder. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Não havendo inscrições para intervenção relativamente a este ponto, porei de imediato este ponto à votação. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, segunda fila, peço que repitam se faz favor, terceira fila, quarta fila, Mesa, e portanto, num universo de trinta votantes, a Assembleia Municipal no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2022, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Não participou na votação o Senhor Deputado Mário Augusto Carreira Heleno, do Grupo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal do PPD/PSD. -----

----- Então passaremos ao **ponto quatro apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a contratação de um empréstimo a médio e longo prazos, de acordo com o estabelecido na alínea f) do número um e do número quatro do artigo terceiro do RAMA.** Está aberta a inscrição para intervenções. Dou a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Da análise do pedido de empréstimo e sem mais dúvidas do que essas relativamente à zona industrial e mesmo ali à requalificação da Rua do Vale Santo ficou uma dúvida relativamente à rua que está prevista ser feita de raiz, penso eu, entre o Montouro e a outra. A minha pergunta é se essa estrada, não vem nenhum desenho, não vem nada sobre a localização, portanto, é omissa se vai servir a escola primária, neste caso o polo, porque é um dos problemas existentes na rua e não vem a colocação daí a pergunta, não é? Saber se efetivamente essa rua depois vai servir de, no fundo, de saída à rua ao Polo escolar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, Senhor Deputado, quer responde o Senhor Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim, é precisamente um traçado que passa por trás do pólo escolar, que vai resolver o problema do pólo escolar, para resolver o problema do Centro Social, se calhar vem resolver o problema também da Ibervita, mas que também vem permitir obviamente aproveitar e criar outra zona de expansão que ela existe, temos terrenos, obviamente abaixo do reservatório de água e, obviamente, fazer esse enquadramento e, portanto, e daí esta proposta para a viabilização deste traçado, cujo projeto estamos a delinear, obviamente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Marcelino Rasga, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhor Presidente a leitura deste texto serve também como declaração de voto. Senhora Presidente, somos os primeiros a defender a melhoria das condições das zonas industriais. Dos primeiros a defender a necessidade de criar lotes de grandes dimensões que permitam a instalação de grandes empresas geradoras de emprego, dinamismo económico e fixação de nova geração. Analisada a informação sobre os investimentos a financiar não nos parece prioritário nem urgente o investimento rodoviário nem a realização total das zonas industriais sendo a construção faseada a mais adequada para a incerteza da economia mundial e das taxas de juro. Estamos a falar de um montante muito elevado, cinco milhões de euros e por um período muito longo de vinte anos, que condicionará vários mandatos. Os investimentos a financiar são importantes, mas hoje surge-nos outra e mais outra mais urgente prioridade. A crise de água de Anadia, a crise de água que Anadia atravessa, o problema da rede de água do Município, as fugas constantes e duradouras e a necessidade de substituição de tubagem com



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

amianto. Este investimento sim carece de tratamento prioritário, pois trata-se de um bem essencial e da saúde pública. O Partido Socialista sugere o Executivo uma reanálise dos investimentos, com a construção faseada das zonas industriais e a inclusão da rede de abastecimento de água como um dos investimentos a financiar pelo empréstimo. Por tudo isto, o nosso voto será de abstenção. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais intervenções, perdão o Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Senhora Presidente relativamente à proposta que aqui nos é apresentada, isto realmente carece de uma reflexão profunda já que estamos a falar de um no fundo de um investimento, de um pedido de empréstimo para futuros investimentos, em matérias que aqui estão explanadas no setor da indústria, energia e também da rede viária. É evidente que quando estamos perante uma situação que até pode vir a comprometer a capacidade de endividamento do Concelho, deixando margem apenas para uma intervenção em pequenos investimentos, teremos que analisar isto ou a solicitar pelo menos informações adicionais e procurar perceber até a questão da indecisão, do investimento a pedir já que vocês referem, a Senhora Presidente refere que poderá ir até ao valor máximo de cinco milhões de euros. Então não há nada como questionar diretamente que é e até porque eu vejo que na indústria e energia não está aqui uma outra zona industrial que também já foi anunciada, que é o Vale do Tordo, se não me engano no Norte do Concelho, a questão é perceber se o Executivo delineou alguns estudo para perceber, por exemplo, que tipo de empresas ou tipo de investimento que no fundo interessam ao Concelho? Se foi no fundo definido em Executivo o tipo de investimento que se pretende atrair e se pretende captar? Porque realmente quer dizer cinco milhões de euros associada aqui, vendo aqui pelo plano que foi apresentado sobre a demonstração da capacidade de endividamento, acho que merece pelo menos um esclarecimento nesta parte para nós percebermos porque é que umas zonas estão outras zonas não estão e até a própria prioridade que terá uma rede viária, as redes viárias aqui apresentadas perante outros problemas que estão devidamente sinalizados no Concelho e que se estendem e que são no fundo enumerados, sinalizados nos documentos estruturantes existentes. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra à Senhora Presidente da Câmara. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu ouvi a declaração de voto, o testemunho do que foi lida pelo Senhor Deputado Marcelino Rasga e ela é idêntica à declaração de voto que o PS apresentou em reunião de Câmara, portanto, nada de novo relativamente a essas posições. Mas é a vida quem está uns pensam de uma maneira e outros noutra e é evidente que temos que definir prioridades e diz bem. Eu ainda há dias vos li aqui quanto é, qual é o investimento que o Município de Anadia



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tem tido, nomeadamente nestes últimos seis anos na água e o que é que isso represente ao longo dos anos e, portanto, isto para dizer que, obviamente, no orçamento Municipal temos feito o equilíbrio dentro daquilo que é o custo da água, os investimentos em água, mas também o saneamento e por aí fora e, portanto, nunca deixámos de investir e, obviamente, sem neste momento qualquer apoio dos fundos comunitários. Se no próximo vinte trinta haverá, não sabemos porque aquilo que estão a pensar fazer é que, eventualmente, uma linha de apoio deixe de existir, passa tudo para os programas regionais e passando para os programas regionais a ideia que há é que os sistemas municipais deixem de existir e, portanto, aí só terão a comparticipação os sistemas multimunicipais e, portanto, é isso que eles querem, precisamente para não a viabilizar qualquer candidatura aos sistemas municipais. Vamos ver se isso vai acontecer ou não, se tem coragem efetivamente para tomar essa decisão. Mas nunca deixámos de investir na água e, portanto, não será agora, iremos continuar e, portanto, isto é praticamente todos os dias e até ao final do ano mais, enfim, mais alguns investimentos. Agora aqui há outra opção é aquilo que nós não temos, efetivamente, que são as zonas industriais. Nós neste momento não temos lotes para venda. É evidente também é verdade e constatamos isto, que vendemos áreas industriais e, neste momento, temos, enfim, dificuldade em que a malta que se propôs a comprar a começar a construir logo por força, enfim, de várias circunstâncias e troika, inflação e por aí fora, empata, empata mas pronto, a ideia é que efetivamente eles vão investir. -----

----- Dizer-lhe Senhor Deputado se fizemos estudos? A gente não pode andar a pensar, a sonhar só em ter que cá empresas XPTO, vou-lhe dizer que as nossas zonas industriais, tal como estão desenhadas e por isso também um investimento para cada uma delas, obviamente, são bastante exigentes no que toca à requalificação ou melhor ao encaminhamento das águas pluviais, ao aproveitamento das águas pluviais para as águas sanitárias, as águas das regas, enfim, para o controlo do ar, enfim, todos os sistemas e mais alguns para que efetivamente as empresas possam cumprir com os parâmetros que a lei determina. Portanto, isto é uma primeira nota para lhe dizer que, efetivamente os sistemas que serão instalados obrigam a que as empresas efetivamente tenham outros cuidados acrescidos para o cumprimento do ruído, do ar e por aí fora. Portanto, daí também o valor ser um pouco mais alto como preço-base, uma de quatro mil e tal, outra de quatro milhões e tal e outra de três milhões e tal, que é esse o investimento para as zonas industriais. O nosso valor base vai custar isso? Será que vamos ter propostas abaixo? Não sabemos. Será que haverá concorrentes com coragem para virem fazer estas obras? Não sabemos. Será que esse valor será insuficiente e que, portanto, não conseguimos que haja concorrentes e que o valor base terá que ir acima? Não sabemos. Mas será que este empréstimo vai ser aprovado? Também não sabemos. Agora pá não podemos andar toda a vida nos ses, porque senão efetivamente o tempo vai passando e, enfim, até conseguirmos ter terrenos da nossa propriedade e quando há pouco disse, porque não outra? Porque, por exemplo, na zona do Vale Tordo nós ainda não temos terrenos que sejam da nossa propriedade, ao contrário daquilo que já acontece com Vilarinho do Bairro, onde também já



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

havia infraestruturas começadas e, portanto, uma ampliação da zona industrial de Vilarinho do Bairro, portanto, com lotes que cuja área média dos lotes já vai para mais que dez mil metros quadrados, logicamente, criando emparcelamento que dá para empresas de grande dimensão. Assim como no Vale Salgueiro, enfim, os lotes andam na ordem dos seis mil metros quadrados média ou daí para cima, portanto, já não são para empresas pequeninas, portanto, já são para alguma dimensão. O que eu lhe posso dizer é que já deixamos de ter cá empresas porque não tínhamos espaço onde elas se pudessem instalar. Nós Câmara, não tínhamos terrenos disponíveis em zonas industriais nem outro espaço qualquer, portanto, essa é logo a resposta que eu lhe posso dar, é que já tivemos empresas que nos procuraram e pela falta de resposta de terrenos, de lotes de grandes dimensões e próximos de algumas acessibilidades. É pá pura e simplesmente não podem estar à espera. Para eles existem medidas, existem fundos e o tempo para eles também não pode parar, portanto, ou seja, não podem estar eternamente à espera que o Município de Anadia tenha lotes ou áreas disponíveis para, enfim, eles se fixarem, portanto, temos que ter essa capacidade de resposta sem, enfim, alimentar ilusões quando na verdade pois elas podem não se concretizar. Dizer outra coisa é que estamos aqui a propor um empréstimo, sem saber também e quando digo até cinco milhões nós, por exemplo, uma coisa que à partida não irá acontecer. Tudo o que seja vias não haverá possibilidade de haver apoios dos fundos comunitários, o que já aconteceu em dois mil e vinte. As áreas de acolhimento empresarial ainda poderão vir a ter apoio dos fundos comunitários. Não sabemos. Também já perdemos alguns apoios ou pelo menos a corrida nalguns, porquê? Porque não tínhamos as zonas industriais, enfim, aprovadas e com tudo que aquilo que era necessário para as podermos candidatar. Agora ok, este empréstimo vem de certa maneira permitir faseadamente que haja a possibilidade de avançarmos com estes investimentos e estamos a falar aqui da possibilidade de lançarmos estas zonas industriais, que demora não sei quanto tempo para adjudicar e quando muito poderão iniciar a sua construção em meados do próximo ano, portanto, a sua conclusão só para dois mil e vinte e quatro. Mas tanto é investimento como ao mesmo tempo gera receita, porque, de facto, se os lotes tiverem infraestruturados ou com perspectivas disso, podemos começar pelo menos a fixar empresas que convenham, que haja interesse, que querem construir no imediato, que criem postos de trabalho, mas temos que dar essa segurança, nem que seja com contratos hastas públicas, contratos-promessa de compra, até estar tudo concluído, mas isto vem gerar riqueza, logicamente, nunca vamos conseguir cobrir tudo aquilo que foi o custo da zona industrial, nomeadamente a aquisição de terrenos e das infraestruturas que hoje se exigem, é verdade, mas obviamente o tal retorno que nós precisamos de empresas cá, gente cá, que fixe a população, que fixe os jovens, seja jovens com habilitações, enfim, cursos profissionais do ensino regular, ou seja de outras licenciaturas, portanto, enquanto não criarmos essas condições, obviamente que as empresas entretanto vão procurando onde haja essa resposta, portanto, isto para dizer que o tempo não para não podemos ficar à espera. Depois dar-lhe um exemplo. Quando se diz esgota-se a capacidade de endividamento. Nós, por exemplo, uma linha BEI pode ser excecionada, uma linha de apoio aos fundos comunitários,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como já tivemos na questão do parque urbano e nós na altura que é que fizemos? Pedimos um milhão e quinhentos mil e toda a gente um milhão e quinhentos mil? Sim, um milhão e quinhentos mil e no fim, o que é que utilizamos da linha BEI? Novecentos e tal mil euros. Mas tínhamos esse conforto, tínhamos esse conforto, efetivamente, de um milhão e quinhentos mil que, na verdade não foi necessário. Não foi necessário utilizar esse valor, porque afinal de contas ajustando os fundos comunitários, nós conseguimos, enfim, ter um prémio de mais seiscentos e tal mil euros e, portanto, não fomos buscar o diferencial ao empréstimo do BEI. Para dizer que pode haver outras linhas do BEI, podem ser excecionadas e, portanto, há sempre aqui outras alternativas e hoje as regras da Lei das Finanças Locais é uma e amanhã pode ser outra. Os cálculos da capacidade de endividamento dos Municípios também pode mudar. Nós não sabemos. E por último dizer que depois de este assunto ser tratado na Assembleia Municipal, ainda há mais um passo a dar, é ir ao Tribunal de Contas, também não sabemos, tem que ter o visto do Tribunal de Contas. Só depois do visto do Tribunal de Contas é que nós podemos assinar o contrato com a entidade bancária e, obviamente ter a certeza que vai haver um empréstimo, portanto, ainda andamos aqui a fazer este caminho com toda a convicção de que vai correr bem, mas ainda com ses e passos que têm que ser dados. -----

-----**Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tavares, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Boa tarde Senhor Presidente obrigado. Cumprimento o Senhor Presidente e os colegas da Mesa, a Senhora Presidente da Câmara, os seus vereadores, colegas Deputados, público em geral, os que nos acompanham na comunicação social, os Senhores Presidentes de Junta e também os técnicos da Câmara Municipal. Para dizer o quê sobre este ponto? Primeiro para se colher tem que se semear. Este semear passa por criar condições nos parques industriais. Para se criar condições nos parques industriais e necessário capital e, como todos nós sabemos que o Município aplica na nas áreas dos impostos taxas reduzidas para facilitar a vida dos seus habitantes, não tem capacidade financeira investir numa área que é fundamental, que é a área da indústria. E depois temos que ver também, não sei se e analisaram o plano de amortização deste empréstimo que tem um prazo de carência de vinte e um meses, ou seja, só se vai começar a pagar após a formalização do contrato, com a Presidente da Câmara disse, após a aprovação do Tribunal de Contas, passado dois anos. Ou seja, a Câmara tem capacidade de investir durante dois anos e, durante esses dois anos criar condições nos parques industriais para que venham empresas médias e possivelmente grandes. É isso que nós necessitamos e é isso que nós temos andado aqui a falar já há uns anos a esta parte. Algumas reticências neste empréstimo. Eu acho que é não pensar no futuro e porque e mais o que é que custa à Câmara daqui a dois anos, tendo em conta ainda o prazo para conseguir obter o empréstimo, pagar de três em três meses, sessenta e oito mil euros? E muito bem-dito pela engenheira daqui a um ano e meio poderá já ter condições para começar a vender lotes que façam a esta despesa de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

capital. E nisto que nós temos que pensar. Abster-me num empréstimo de cinco milhões de euros, em que é pago em vinte anos acham que vai colocar em causa os rácios do Município? Eu acho que não. Para quem podem pôr isso em causa, se não conhecerem atualmente os rácios do endividamento, da autonomia, da liquidez da Câmara. Que são excecionais. O que está aqui a acontecer já devia ter sido, na minha ótica, quanto mais tarde pior. O Município precisa e Anadia, o Concelho necessita o mais rapidamente possível andar nesta área da indústria para não perder empresas para os Municípios vizinhos. Termina, Senhor Presidente obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente procurarei ser breve, até porque pensava que tinha que dar a resposta só a uma pessoa e já vou ter que dar a duas ou três. É evidente que a gente para colher tem que semear. Agora o que eu não posso é semear milho e colher abóboras não é e depois, eu relembro aqui mais uma vez, a CDU sempre foi a favor de todos os investimentos que trouxessem desenvolvimento económico ao Concelho e, nomeadamente, a criação de novos empregos. Nunca isso esteve em causa. Mas da mesma forma que o Senhor Deputado aqui disse que a gente tem que olhar para o futuro, a gente não pode deixar de olhar para o passado, como eu já aqui uma vez referi se calhar esta conversa, desculpem-me o termo, foi a mesma utilizada há uns anos atrás quando foi a criação da zona industrial de Vilarinho e a zona industrial de Vilarinho está com o cenário que está. Eu quando lhe coloquei a questão do estudo à Senhora Presidente, é evidente que não quero com isto dizer que a Senhora tem que andar aí ó mãe, ó mãe atrás das empresas. Mas nós também sabemos que há Municípios que tomam decisões e que tem tido resultados e são Municípios aqui à volta, de definir que tipo de empresas e trabalhar nas infraestruturas para isso mesmo para as cativar. E para cativar as empresas a gente também sabe que não podem ser só a criação de infraestruturas. Como a Senhora Presidente também já aqui disse várias vezes, as vias são importantes, algumas medidas, a derrama que eu às vezes tenho falado que os Municípios vizinhos tendem a aplicar. Começo-me a convencer, se calhar com falta de juízo, ano após ano vem cá a tentar provar que, pronto, foi uma medida que eles tomaram. Mas o que é certo é que eles mantêm essa medida e nós, inclusive, até vamos aprovar um regulamento que no artigo sete fala exatamente dessa possibilidade, mas estranhamente voltámos a não propor para este ano essa questão da derrama. Senhora Presidente isto é muito fácil de analisar, é assim eu vou fazer um investimento, ok o investimento é necessário? Eu concordo consigo ele é necessário, a única coisa que eu gostaria de saber é em que medida é que esse investimento se justificará. Não é a pensar no futuro, porque a gente sabe que para o futuro é preciso capital, é preciso investir nestas infraestruturas, o que é preciso é por exemplo, a Senhor Presidentes olhe sabe nos últimos tempos nós tivemos não sei quantas solicitações. Não é dizer-me as empresas que saíram, porque essas que saíram provavelmente, quer dizer, eu espero que venham, mas duvido que possam voltar porque já se estabeleceram noutros Concelhos e isto, basicamente é



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

só assim é analisar com este ponto, olhando para o passado e olhando para o futuro, porque a gente não pode esquecer o passado e tentar ver de que forma é que podemos aprender, desculpem, os erros do passado e definir sim Senhora a gente quer aplicar um investimento desta dimensão, porque temos uma margem de conforto da sua realização ou concretização ao fim de X anos. Porque, no fundo, o estudo de mercado, a auscultação, os mails que eu tenho recebido na Câmara Municipal, isso indicam. Há um interesse declarado, se assim se pode dizer, das empresas em vir para o Concelho de Anadia e tudo e a partir daqui que tudo seja feito para que isso aconteça, não é. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tavares. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Normalmente as minhas intervenções têm um carácter muito realista e não deixou de ser a minha última intervenção e não gostei de uma expressão que o colega Rui Bastos utilizou, foi investir no milho e colher abóboras. Acho que isso é um contrassenso a sua expressão. Eu acho que fui bem claro naquilo que eu disse. Se investe num parque industrial é para acolher empresas, não é para que semear milho obter abóboras. Acho que isso ficou-lhe muito mal e tenho que fazer essa observação, porque eu sou nas minhas intervenções, tenho os pés bem assentes no chão, tenho os pés bem assentes no chão. Sei o que digo e se digo que é necessário investir nas áreas industriais não é por colher abóboras é para acolher empresas, para termos emprego em Anadia, para os nossos filhos terem emprego e não terem que sair do país e para outras áreas do país, isso é que é triste, isso é que é triste, não é para colher abóboras ó Rui, desculpa lá mas tinha que te dizer isso, há coisas que não se devem dizer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Para que era Senhor Deputado Rui Bastos? Não já está esclarecido. Desculpe lá isso é agricultura, não é nada, isso é agricultura. O Senhor agora vai defender a honra é? Desculpe lá o Senhor não lhe dei autorização ainda para falar, com certeza. Pronto não lhe dei autorização para falar. Dou-lhe agora, mas comece a ter algum tino, porque eu sou simpático até determinado ponto e não é ameaça e só dizer-lhe o que sou. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Ó Senhor Deputado eu se calhar também estaria com a mesma sensação que Senhor Deputado teve, se eventualmente não fizesse aqui uma conjugação daquilo que foi dito. Confesso que peguei nas suas palavras do semear para mais tarde colher e com base no semear agente põe o milho e não pode esperar as abóboras, mas não num tom ofensivo que aí está, mas simplesmente para depois fazer o ponto de ligação com aquilo que foi dito a seguir. Nós semeámos Vilarinho e não colhemos empresas, entenda é só neste sentido. É evidente que a gente se põe ali uma zona industrial e tem toda a razão nesse sentido e se o ofendi peço desculpas. É evidente que a gente está a criar uma zona industrial é para colher empresas, se não percebeu olhe, peço-lhe imensas desculpas. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Muito obrigado Senhor Deputado, para que era Senhor Deputado Vítor? Faz favor, faz favor, seja sintético por favor, se não. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Só para dizer que não me ofendeu só que a interpretação que eu tiro das suas palavras não são as mais corretas, mas não me ofendeu, porque já o conheço. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Portanto nós vamos não havendo mais nenhuma, mais nenhuma intervenção. Ah desculpem, mas está a Senhora, porque ela está de costas não estava a vê-la. A Senhora Presidente da Câmara faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só para aliviar um bocadinho. Esta questão do milho com as abóboras. Isto faz-me lembrar a economia circular. Depende, obviamente, depois se as abóboras passarem às compotas, as compotas a outro tipo de empresas, dos frascos e por aí fora, enfim, pode ser até interessante. Pronto, mas só dizer que efetivamente é que quando o Deputado Rui Bastos quer falar na zona de Vilarinho, é verdade e temos a noção que neste momento deviam já lá estar mais empresas. Os lotes são lotes pequeninos, para armazéns, já lá deviam estar, não estão, mas o que é certo é que também não estão na nossa posse e também é verdade que a zona industrial de Vilarinho não permite ter lotes ou indústrias com outra dimensão, conforme se perspectiva para estas zonas industriais. -----

----- Já agora só para sossego e complementam também um bocadinho a informação que há pouco o Deputado Vítor Tavares deu, só para dizer que, por exemplo, isto pode-lhes fazer um bocado de confusão dos valores a pagar, etc. Em dois mil e treze, quando eu tomei posse como Presidente da Câmara, a dívida os empréstimos bancários eram oito milhões quatrocentos e dezasseis mil oitocentos e sessenta euros. Alguns de vocês recordar-se-ão, porque estavam cá. Hoje à data de hoje a dívida hoje, porque até ao final do ano será menos e ainda com o tal empréstimo BEI. Porque se não fosse o empréstimo BEI seriam só um milhão e cem mil euros, a um milhão e vinte e um. Com empréstimo BEI daquilo que fomos buscar, portanto, será um milhão oitocentos e quarenta e três mil, portanto, à data de hoje, isto para dizer que em nove anos, efetivamente, nós fomos reduzindo a nossa dívida, portanto, não andamos aqui à toa, obviamente, fazendo as coisas sem perceber qual é a capacidade de endividamento do Município e, obviamente, com todas aqueles fatores que há pouco o Deputado Vítor referiu que é, enfim, o rácio e todos os indicadores que nos dão segurança para nós podermos avançar com este pedido de empréstimo. Terminei Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito Obrigado então vamos sim proceder à votação deste ponto. O plenário está completo, portanto, primeira fila quem vota a favor da autorização para a contratação do empréstimo, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa. Portanto, foi aprovada, quem se abstém, porque já tinha feito em declaração de voto há bocadinho? Vinte sete votos. Não votou? Repetindo fila um quem vota a favor com o braço bem no ar, segunda fila, terceira fila,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quarta fila, Mesa. Quem se abstém. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, e portanto, e num universo de trinta e um votantes, a Assembleia Municipal no uso da competência estabelecida na alínea f) do n.º 1 e no n.º 4 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea f) do n.º 1 e n.º 4 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor, zero votos contra e quatro abstenções, dos Deputados do Grupo Municipal do PS e do Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, aprovar a proposta da Câmara Municipal de pedido de autorização para a contratação de um empréstimo a médio e longo prazos, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante.

----- Passaremos então ao **ponto cinco: apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de terceira alteração orçamental modificativa barra revisão das Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia, para dois mil e vinte e dois a dois mil e vinte seis, de acordo com o estabelecido na alínea a) do número um do artigo terceiro do regimento.** Está aberta a discussão, antes, porém direi à Senhora Presidente se querará fazer a apresentação deste ponto. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu acho que também a informação que têm penso que é clara. Se alguém tiver dúvidas, façam favor. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, então está aberta a discussão a plenário. Não havendo intervenções passamos desde já à votação do ponto cinco, que é a proposta da Câmara Municipal da terceira alteração orçamental modificativo barra revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Anadia para dois mil e vinte e dois a dois mil e vinte seis. Quem vota a favor primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa, e portanto, a Assembleia Municipal no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de 3.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia, para 2022/2026, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passaremos então agora a **apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da fixação da taxa Municipal de direitos de passagem para o ano dois mil e vinte e três, de acordo com o estabelecido na alínea b) do número um do artigo terceiro do RAMA.** Dou a palavra a Senhora Presidente não é necessário? Prescinde? Dou a palavra o Senhor Deputado Vítor Tavares, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, a lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, mais concretamente o número um do artigo vinte seis da



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referida lei, refere que os Municípios têm o direito em cada ano, a receber até cinco por cento do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

---- Ponto seis. Pronto, mas ficou registado este bocadinho. Pronto dou a palavra o Senhor Deputado Artur Salvador, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente apenas para deixar uma referência neste ponto, obviamente que receitas que daqui tem origem não é que tenham um significado extremamente importante nas contas do Município, obviamente que são importantes. No entanto gostaria de deixar uma nota que tem a ver com as empresas que fazem passar os seus cabos pelas Freguesias e pelo nosso Concelho e que pelo simples facto de pagarem esses direitos, no fundo, não lhes permite fazer aquilo que entendem no território e digo isto porque há uma empreitada que esteve a decorrer e nomeadamente passou em diversas localidades de Sangalhos e, portanto e deduzo que nas outras Freguesias por onde passaram também há uns pontos que podiam ser melhorados, que significa os postes não devem ser colocados onde bem entendem. Compreendo toda a legislação em vigor do afastamento à via, utilização de terrenos públicos, há constrangimentos que são verificados no local que devem modificar e pelo menos alguma ponderação e não aquilo que aconteceu, que já tem originado reclamações que é do dia para a noite. Ainda por cima os postes aparecem como cogumelos, de um dia para a noite aparecem os postes em todo o lado, à frente de árvores e portões e etc. E devia haver essa ponderação e, portanto, gostava de deixar esta nota aqui nesta assembleia. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, Senhora Presidente quer tecer algum comentário? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não só dizer que não é do dia para a noite é da noite para o dia, precisamente ao contrário, não é, quando nós nos apercebemos já estão semeados postes, não é. Pronto, eu concordo com aquilo que o Presidente falou, porque nós também nos debatemos com essa situação. Claro que depois isto são subempreiteiros, de subempreiteiros, etcetera, e temos dificuldade de fazer esta gestão, mas pronto, é por cima de toda a folha e quando, na verdade, se fosse tudo articulado e percebemos não somos contra o progresso, temos que dar o direito às pessoas em fim de ter as melhores ligações, mas depois temos estes constrangimentos e, na verdade, quando andamos até a pensar vamos investir para enterrar a rede, não vale a pena fazer esses investimentos, porque de repente aparece um poste e aparece um fio e quer dizer há investimentos que, na verdade, tem que ser repensados. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Passarei então à votação deste ponto número seis que define a taxa Municipal dos direitos de passagem. Quem vota a favor primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, a Mesa, e portanto, a Assembleia Municipal no uso da competência



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estabelecida na alínea b) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano 2023, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passaremos agora ao **ponto sete: apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da fixação da percentagem de participação no IRS para vigorar no ano dois mil e vinte e três, de acordo com o estabelecido na alínea c) do número um do número três do regimento.** Dou a palavra à Senhora Presidente, se quiser fazer a apresentação deste tema. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Penso que me deu a palavra desculpe estava. Pronto, nós neste ponto aquilo que estamos a fazer, enfim, com toda a apreensão que temos com o orçamento do próximo ano, com o nosso que temos que elaborar e com o Orçamento de Estado e com as transferências do Orçamento de Estado. Estamos aqui um bocadinho, enfim, a manter a percentagem que já praticámos no ano anterior e, portanto, isto representa uma devolução aos munícipes na ordem de mais de meio milhão de euros. Claro que esta percentagem que estamos a aprovar hoje, só se vai repercutir em dois mil e vinte e quatro, no entanto, em dois mil e vinte e três as pessoas também vão sentir esse benefício, porque já no ano passado também deliberámos, enfim, o mesmo valor, mas isto para terem noção que estamos aqui um bocadinho a deliberar para o futuro, pese embora já no ano passado tivéssemos mantido também tivéssemos deliberado este valor, portanto, devolução aos nossos munícipes de mais de meio milhão e pronto e depois isto tudo somado às outras parcelas todas representa muito valor que deixamos de receber e que deixa de entrar nas nossas receitas para outro tipo de investimentos, mas isso é o investimento, obviamente nos cidadãos deste Concelho. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora engenheira, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tavares, acho que é agora é? Força lá. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, a lei número setenta e três barra dois mil e treze, de três de setembro, mais concretamente, o número um do artigo vinte e seis da referida lei refere que os Municípios têm direito em cada ano, a receber até cinco por cento do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho, relativamente ao rendimentos do ano anterior, tendo em conta a coleta líquida das deduções previstas no número um do artigo setenta e oito do Código do IRS. Da análise dos Municípios vizinhos, em concreto doze caso de Águeda, Aveiro, Cantanhede, Ílhavo, Mealhada, Mira, Oliveira do Bairro, Vagos, Coimbra, Viseu, Santa Comba Dão, apenas dois têm a taxa inferior ao Concelho de Anadia, que é o caso de Águeda com zero por cento e Mealhada com dois por cento. Dos duzentos e noventa e um



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Concelhos do país em que se conhece a taxa aplicada, o Concelho de Anadia encontra-se na posição setenta e três, como o Município que mais IRS devolve aos sujeitos passivos com domicílio fiscal no seu Concelho. O Município de Anadia teria direito a receber uma receita total prevista no valor de um milhão trezentos e trinta e dois mil euros, mas abdica a favor dos sujeitos passivos residentes o valor de quinhentos e trinta e três mil, ou seja, dois por cento. Desta forma prevê-se arrecadar cerca de setecentos e noventa e nove mil euros, o que corresponde aos três por cento da taxa da participação. Trata-se de uma posição responsável, tendo em conta o equilíbrio orçamental, em conjugação com uma atitude de sensibilidade social. Esta medida é uma das muitas que o Executivo tem tido em conta de forma a melhorar, dentro do possível, as condições financeiras dos seus habitantes. E termino Senhor Presidente, obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado também por essa achega. Não havendo mais nenhuma intervenção, porei à votação o ponto sete a que se refere à fixação da percentagem de participação do IRS para vigorar no ano dois mil e vinte e três, primeira fila, quem vota a favor, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa, e portanto, a Assembleia Municipal no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de fixação da percentagem de participação no IRS, para vigorar no ano de 2023, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passarei à leitura da apresentação **do ponto oitavo apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Anadia, de lançamento da derrama referente ao exercício de dois mil e vinte e dois e a ser cobrada no ano dois mil e vinte e três, conforme o estabelecido no regimento.** Senhora Presidente quer intervir? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Neste ponto também não há diferenças em relação ao ano anterior é evidente que é uma taxa que é aplicada aos lucros das empresas e só essas, na verdade não é um valor muito representativo para o Município de Anadia. Gostaríamos que fosse bem mais e podermos dar um desconto ainda maior, mas também já aqui foi dito, estamos aqui hoje ou temos nesta assembleia um outro ponto que irá permitir efetivamente fazer essa diferenciação às empresas a quem reconhecidamente, que se venham a candidatar e que evidenciem, obviamente, o interesse e a possibilidade de o Município e a assembleia, com o regulamento aprovado, obviamente, estarmos confortáveis para deliberar essa dita isenção. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Senhora Presidente começo por lhe dar os parabéns porque ao fim de quatro anos a bater nesta questão da derrama, vejo aqui ser inserido no regulamento um artigo do qual concordo plenamente e que, como sabe, até poderia ter margem para ir mais além, os meus parabéns por isso. Depreendo, portanto, das suas explicações e com base no que já aqui foi dito que isto só não foi aplicado já porque como estas zonas industriais estão previstas a sua, digamos, iniciação a partir de dois mil e vinte e quatro, seria prematuro estar a aplicar a derrama. É isso?

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

-----Muito obrigado a Senhora Presidente quer responder? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Ou eu não entendi a sua pergunta ou diria não tem nada a ver uma coisa com outra. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Faz favor Senhor Deputado. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Ou se calhar eu é que não percebi porque é que incluiu este artigo sétimo. Não era com o objetivo de cativar mais investimento de ser mais aliciativo para as empresas poderem vir para Anadia. Uma das muitas medidas que se podem utilizar. Estamos a falar da derrama não estamos? Lá à frente vai ter o mesmo que diz sete. Eu acho que é o artigo sete que diz isenção e taxas de redução da derrama, que poderão ser aplicadas. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Dou a palavra ao Senhor Vítor Tavares, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Vítor Tavares, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Primeiro para dizer que a maioria dos empresários nem sequer sabem o que é a derrama. A maioria dos empresários não se preocupam com esta taxa. Não a conhecem e nem se preocupam, porque isto é um valor muito reduzido, isto incide sobre o lucro tributável e se nós formos a ver, infelizmente, nos dois últimos anos uma das razões foi o covid, a maior parte das empresas tiveram prejuízo. Portanto, nem derrama há. O empresário preocupa-se essencialmente com quê? Com os pagamentos especiais por conta, com os pagamentos por conta, aqueles que têm que pagar o pagamento adicional por conta. Isso é que a preocupação para eles e mais atualmente o preço da energia, o preço do gás, o preço das portagens, os combustíveis, os salários que tem que se atualizar com o salário mínimo, apesar do salário mínimo ser uma vergonha. Isso é que são preocupações. Agora a derrama claramente é uma receita pequena para a Câmara. É evidente se perguntarem assim ai podia haver aquele alterações, em termos dos escalões, isentar as empresas para os cento e cinquenta mil euros, até criar aqui, eu estive a analisar aqui alguns benefícios nalguns Municípios em que isenta, por exemplo, a criação de emprego, vários exemplos que temos aqui em vários Concelhos, que até os posso dizer quais são caso de Coimbra, Vila Verde, Miranda do Corvo, Caldas da Rainha, Almada e Chaves e há de haver outros. Mas o que é certo é que a derrama é um imposto, isto não tem significado claramente, ou seja, a Câmara e qualquer Município tem que se preocupar é criar condições para virem novos empresários. Isso é que é fundamental. Agora derrama não



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tem, não tem impacto nenhum. Terminei acho que dei uma explicação cabal sobre o peso que este, este imposto tem e atualmente posso dizer aqui com os prejuízos que, eu já terminei, com os prejuízos que a maior parte das empresas tiveram nos dois últimos anos, a derrama só vai ter efeito daqui a três, quatro anos e terminei. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado pelos esclarecimentos, dou a palavra o Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. --

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, se efetivamente se fosse o mandato anterior eu até percebia a observação que foi feita, mas na verdade, eu andei aqui quatro anos a dizer que a derrama seria importante com base no que os outros Municípios aplicam e naquilo que eles dizem publicamente atenção e agora, finalmente, vejo ser-lhe dada importância, porque no ponto catorze vamos discutir um regulamento de benefícios onde está lá no ponto sete exatamente as isenções que poderão vir a ser, é contemplada a possibilidade de, ou seja, se é encarado como sendo muito importante ou não, eu julgo que sim se está este artigo é porque provavelmente poderá ser um chamariz, poderá ser importante na alguma matéria. Agora dizer que os outros Municípios não beneficiam nem que seja deste modus operandis de vender, salvo seja, o seu Concelho como sendo um Concelho atrativo para o investimento, ter as empresas, que até tem estas taxas e outras medidas que não é única, pronto, não sei, eu se calhar expliquei mal. A verdade é que sempre defendi esta derrama ser diferente, exatamente como diz no artigo sétimo, não é e agora finalmente vejo incluir esta possibilidade e daí dar-lhe os parabéns. Ora, se é pertinente ou não eu realmente não sou empresário não consigo ajuizar, mas também já cá foi dito em várias assembleias que poderá ser ou não pertinente para as empresas. O valor era insignificativo, noutras ideias o valor até significativo mas para a empresa em termos de receitas, quer dizer, não era aí que eu queria chegar é mesmo só para dar os parabéns à Senhora Presidente, porque incluiu de um ponto que eu olhando a orientação de outros Municípios e olhando para os resultados que eles vão obtendo, que não quer dizer que seja só da derrama, evidentemente, não é, temos que ficar contentes. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, não sei se a Senhora Presidente quer agradecer? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- É sempre simpático, mas fico sempre desconfiada, não é, como é óbvio, não é, mas pronto, deixemos, deixemos a discussão então para o outro ponto. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, vamos então pôr à votação este ponto oitavo, à cerca de lançamento da derrama. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa, e portanto, a Assembleia Municipal no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lançamento de Derrama, referente ao exercício de 2022 e a ser cobrada no ano 2023, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passaremos, portanto, desde já para o **ponto nove apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação de taxas relativas ao IMI com a referência ao ano de dois mil e vinte e dois e a liquidar no ano de dois mil e vinte e três**. Desde já pergunto à Senhora Presidente da Câmara se quer fazer a apresentação deste tema? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu acho que ele é tão claro que eu vou deixar passar e quem quiser que se pronuncie. ----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Passo, portanto, a palavra então ao plenário com a inscrição do Senhor Deputado Carlos Correia. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente a este ponto continua o Executivo camarário com a sua política de não agravamento da taxa de IMI, defendendo assim e muito bem os Municípios e as empresas do Concelho de Anadia. Na verdade, apesar da taxa de IMI poder ir até aos zero vírgula quarenta e cinco por cento, propõe a taxa mínima legal de zero vírgula trinta para os prédios urbanos. Já nos prédios rústicos terá de vigorar a taxa fixa de zero vírgula oito por cento. Também propõe uma redução de taxa de IMI sobre os prédios urbanos, em vinte, quarenta ou setenta euros, consoante a composição do agregado familiar seja, respetivamente, de um, dois, três ou mais dependentes, constituindo assim um apreciável incentivo à natalidade, uma ajuda às famílias e à fixação das mesmas no nosso Município. Propõe-se majorar em trinta por cento a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, no seguimento de uma adequada e sensata política ambiental e habitacional e, no seguimento desta mesma política, comunicar à autoridade tributária e aduaneira quais os prédios ou frações autónomas devolutas para efeitos do agravamento da taxa para o triplo. Mais propõe fixar uma redução de dez por cento na taxa de IMI para os prédios com eficiência energética, incentivando deste modo a que cada vez mais se caminha nesse sentido. Também é proposta uma redução de vinte cinco por cento da taxa de IMI para os prédios classificados como de interesse público, de valor Municipal ou património cultural. Assim sendo, mostrando-se esta proposta do Executivo justa, equilibrada e defensora do Município e, principalmente, dos seus munícipes, merece e deverá ser aprovada. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor.

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, voltamos aqui a ter mais uma taxa igualzinha à do ano passado e por uma questão de coerência ou infelizmente voltamos a ter também um documento que serve de alguma sustentabilidade para análise do porquê desta tomada de decisão. Ora mais à frente nós vamos analisar aqui umas propostas da ARU e eu ou estou enganado do que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eu pude ler todas essas propostas assentam na sua maioria no propósito da regeneração da imagem e do ambiente urbanos e na requalificação e reabilitação do parque edificado. Nós sabemos que o parque edificado conforme as zonas, as Juntas, conforme as Freguesias, teremos estados mais avançados de prédios devolutos ou em ruínas e outros menos avançados e, evidentemente, a ARU acaba por criar aqui uma zona de certa pressão urbanística, não é para o futuro. O que o Senhor Deputado Carlos Correia disse é verdade, efetivamente o CIMI prevê tudo que que referiu, mas às vezes acaba por ser um bocado contraditório o facto de não podermos utilizar todos os mecanismos que temos, especialmente numa questão, não direi de prevaricação, porque não é isso, mas é uma questão de desleixo, porque se não se trouxer uma solução para esta questão dos prédios devolutos o mais depressa possível, estaremos aqui, se calhar, a comprometer outras medidas de futuro, no âmbito da habitação e não só e até do melhoramento urbanístico. A pergunta que lhe fazia porquê que não seguiu outros pontos, como é o caso do ponto três do artigo cento e doze onde diz que são elevadas anualmente ao triplo os casos em que se encontrem os edifícios devolutos há mais de um ano, mas há outras situações que podem ser analisadas taxativamente ou pontualmente. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente. Aquilo que vou intervir neste momento, poderia igualmente tê-lo feito nos mesmos termos relativamente a todos os pontos que tem a ver com a arrecadação de receita, ou seja, os pontos seis, sete, oito e agora este nove onde estou a intervir e, portanto, o que nós pretendemos dizer, tendo votado a favor e também indo votar a favor deste ponto nove. É que em matéria de arrecadação de receitas em dois mil e vinte e um e agora em dois mil e vinte e dois, o Partido Socialista tem apoiado as propostas da Câmara de maioria MIAP. As nossas divergências têm sido, portanto, não do lado da receita, mas sobretudo da parte da despesa, isto é, divergimos nalgumas escolhas e projetos políticos que o Executivo tem assumido. Contudo o nosso voto de confiança nestes quatro pontos e neste em particular, votando a favor, tem que ser traduzido no orçamento de dois mil e vinte e três em medidas que sejam efetivas prioridades para o Concelho, nomeadamente, a prioridade que ficou agora ainda bem patente na assembleia de segunda-feira passada, que relacionada com a rede e equipamento da água. Se assim não for, o PS legitimamente poderá entender no futuro, que se existem verbas para obras e projetos não prioritários, então pode o Executivo da maioria MIAP baixar os impostos, nomeadamente, a participação no IRS, no IMI, nas que for possível, eu sei que algumas já estão no limite mínimo e, portanto, beneficiar dessa maneira os municípios. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais nenhuma inscrição, passaremos à votação deste ponto número nove que é sobre a proposta da Câmara Municipal de fixação das



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

taxas relativas ao IMI Não me recordo, mas também não gosto de ficar algum desejo seu para trás. Senhora Presidente quer responder ao Senhor Deputado? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Quer dizer eu não sei o que responder porque não percebi a pergunta, é que o Senhor Deputado está ali a ver a proposta a aplicar e ao mesmo tempo está a ver um regulamento e já quer respostas antecipadas áquilo que está no regulamento e eu, de facto, também não percebo muito bem o que é que é. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora engenheira está em condições de responder ao Senhor Deputado? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não. É que quando chegarmos ao ponto das ARUS falaremos nos benefícios da ARU e quando chegarmos ao ponto catorze dos incentivos e benefícios fiscais, que inclui também, enfim, matéria que estamos aqui a tratar para trás e sobre as ARUS, depois voltaremos a falar senão começamos a falar muito cedo relativamente aos pontos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente já dei o tempo suficiente, vamos então passar à votação destas taxas relativas o IMI, pondo já à votação, sendo assim primeira fila, quem vota a favor, segunda fila, quem vota a favor, terceira fila, quem vota a favor, quarta fila, quem vota a favor, Mesa, e portanto, a Assembleia Municipal no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de fixação das Taxas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com referência ao ano de 2022 e a liquidar no ano 2023, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Dou a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo para declaração de voto, faz favor. ----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Gostaria de realçar a importância da aprovação dos quatro pontos anteriores. Em primeiro lugar porque representa uma das fontes de receita do Município, sendo também importantes para se poder elaborar um orçamento para dois mil e vinte e três e depois com esta aprovação também se decide a parte que o Município deixa de cobrar e devolve aos seus munícipes e não posso deixar de realçar esta verba, é que com a aprovação das taxas e impostos dos quatro pontos anteriores, o Município de Anadia deixa de cobrar ou devolve aos munícipes mais de dois vírgula três milhões de euros. Ora num quadro de incerteza como o que vivemos e tudo indica irá continuar pelo ano dois mil e vinte e três e ainda sem Orçamento de Estado, com uma inflação elevada, com a subida das taxas de juro, com o aumento das matérias-primas e dos custos dos combustíveis e da eletricidade e tendo ainda ao Município recebido mais competências, sendo que o respetivo pacote financeiro que as acompanha, que apesar de revisto, fica como já foi referido, ainda aquém de todas as despesas associadas, logo, mais



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

despesa para o Município. Pelo facto também de percebermos que apesar dos Municípios prestarem um serviço público às populações não serão contemplados, por exemplo, com a redução do IVA na eletricidade, ou com gasóleo a custo controlado, pelo menos para as máquinas, camiões e outros veículos de trabalho. Assim esta decisão do Município relativamente aos impostos e às taxas é uma clara demonstração que está ao lado da sua população, numa altura que certamente não será fácil, sobretudo para as famílias, reduzindo aos mínimos as taxas de IMI, devolvendo dois por cento IRS e cobrando apenas zero vírgula cinco por cento de derrama e desculpem por me repetir, mas estas percentagens apresentam dois vírgula três milhões de euros a menos no orçamento Municipal. Nesta conformidade não poderiam os Deputados eleitos pelo MIAP ter votado de outra forma que não fosse o voto favorável às propostas apresentadas pelo Executivo. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Vamos então agora ao **ponto décimo apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do projeto final do regulamento geral de ação social do Município de Anadia de acordo com o estabelecido no RAMA.** Não sei se a Senhora Presidente quererá apresentar este tema, deixará para perguntas e esclarecimentos que queiram que queiram oferecer. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só aqui dar uma achega, na verdade o regulamento social já existia o que houve aqui efetivamente foi algum ajustamento, nomeadamente no cálculo daquilo que é o rendimento per capita das famílias, dos valores que se têm em conta para o cálculo do rendimento per capita, na questão das bolsas foi verificar, portanto enfim, já o cálculo é feito de uma maneira diferente em relação àquilo que se fazia no passado e relativamente aos outros apoios também aumentámos a percentagem sobre o rendimento per capita, o que quer dizer que acabam por ser mais famílias abrangidas em relação àquilo que tínhamos no regulamento anterior, portanto, ajustamentos basicamente possibilitando o maior número de famílias ou das bolsas de estudo, enfim, já temos a possibilidade de analisar de uma outra forma. -----

----- **Senhora Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Não havendo, desculpe há sim Senhor o Senhor Presidente da Junta de Sangalhos Artur Salvador, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, apenas para dar uma nota e, no fundo, mostrar o meu regozijo neste ponto e nomeadamente no regulamento de atribuição do subsídio relativo às bolsas de estudo, portanto, é uma matéria que acompanho já alguns anos e, portanto, carecia aqui de uma mudança que se colocasse verdadeiramente ao lado das famílias e dos estudantes do ensino Superior e, portanto, e é com bastante agrado que vejo que finalmente e depois de várias referências da minha parte até em mandato anterior e dos colegas da Assembleia que também vieram a participar nesta discussão. De facto, havia aqui alguma injustiça que seria



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

urgente de reverter e creio que pela análise que faço desta proposta está aqui, está aqui alguma equidade na atribuição de bolsas e, portanto, está aqui eventualmente a possibilidade de mais famílias poderem vir a ser contempladas, isso é um grande passo que estamos a dar aqui em Anadia. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, penso que não, penso que talvez não fosse este o ponto. Muito bem, mas ficou a sua, ficou a sua nota. Não sei se a Senhora Presidente querará comentar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu acho que tudo tem o seu tempo, obviamente, há uns anos atrás ou até esta data, enfim, as famílias tinham determinados salários, enfim, era feita a avaliação de uma determinada forma. Hoje a inflação, os ordenados, tudo isto e as dificuldades também são outras e, logicamente, permite-nos aqui fazer um ajustamento. Quanto ao número de bolsas é algo que está no regulamento e obviamente que será deliberado tanto o número de bolsas em função daquilo que ficar terminado, não temos é que elas fases, porque penso que à partida fica logo tudo definido numa primeira fase e não andarmos aqui a fazer segundas fases ou terceiras fases para fazer repescagem e agora fica tudo muito mais claro, portanto, quando o Município lançar as candidaturas das bolsas, enfim, se são vinte, são vinte, se são trinta, são trinta, as pessoas concorrem, portanto, as contas ficam logo claras e transparentes. Também eram transparentes antes, peço desculpa Senhor Presidente, é que às vezes a gente usa as palavras, só que eram feitas por várias fases também e, portanto, agora com esta possibilidade deixa de haver fases e fica logo tudo resolvido de uma só vez. Haverá sempre a questão e nas bolsas, mas deviam ser, em vez de ser vinte deviam ser trinta, se forem quarenta deviam ser cinquenta, se forem cinquenta deviam ser cem, essa é sempre uma questão, obviamente de discussão, mas depois os rendimentos é outra coisa. E terminei. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, não havendo mais intervenções porei então à votação este ponto número dez e que passo então a palavra primeira fila, quem vota a favor, segunda fila, quem vota a favor, terceira fila, quem vota a favor, quarta fila, quem vota a favor, Mesa, e portanto, a Assembleia Municipal no uso da competência estabelecida na alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Projeto Final de Regulamento Geral de Ação Social do Município de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Entramos então no **ponto décimo primeiro apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do protocolo de geminação do Município de Anadia com a província de Maysan, da República do Iraque, nos termos da alínea t) do número um do artigo terceiro do RAMA.** Dou a palavra à Senhora Presidente. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- A proposta também é simples e eu acho que, enfim, para quem acompanha um bocadinho também aquilo que se vai passando até nomeadamente no centro de alto rendimento percebe que, efetivamente já tem havido alguns contactos, não são de agora, desde alguns anos até esta parte, nomeadamente com o Comité Olímpico do Iraque com, enfim, tendo aqui também equipas a estagiar, a praticar, etc, e, de facto, as relações foram-se aprofundando a ponto de, enfim, já não ser só com o Comité Olímpico, mas a vontade também já de aprofundar as relações que passarão a relações já mais do foro político também, mas mais entrando no foro empresarial. E também, obviamente, quando fazemos geminações elas acabam por se alargar a outras áreas. Claro que um processo de geminação as pessoas levantaram aqui algumas dúvidas de custos, etc, dizer não estamos nessa fase, estamos na fase de dar aqui um voto de confiança que permita ao Município também estabelecerem um acordo, um protocolo com a província, o Governo de Maysan no sentido de aprofundarmos e estreitarmos essas relações e permitir-lhes também as visitas institucionais, que nós acompanharemos também e apenas somos aqui também a entidade que encaminha e que dá credibilidade, nomeadamente a visitas a empresas, às universidades, enfim, hospitais o que seja, porque na verdade nestes processos de geminação aquilo que eles também pretendem é também conhecer um pouco mais daquilo que é o nosso, o nosso país, o nosso território. Mas acima de tudo têm necessidade de ter algo mais e de ter sobretudo que também mais conhecimento. E essa é a vontade da parte deles e nós, obviamente, nós também não estamos cá sozinhos e também aprendemos uns com os outros, mas basicamente é um estreitar de relações institucionais e, obviamente, comerciais, desportivas, culturais, como por norma também acontece nestes processos de geminação e, portanto, abrindo aqui a porta para que se possam estabelecer estes contactos. Sejam estágios, sejam estudantes de Erasmus, já tivemos essa experiência também e, portanto, é algo normal em qualquer processo de geminação, mas, obviamente, essa esse voto de confiança só pode existir e dando credibilidade àquilo que é a aproximação e o estreitar efetivamente os contactos e das relações se estabelecermos efetivamente um processo de geminação e é disto que se trata neste momento. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Não havendo, portanto, também nenhuma intervenção ou há? Estava tapado Senhor Deputado Fernando Barbosa, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Então muito obrigado. Gostaria de dizer alguma coisa sobre isto, que é o seguinte. O Partido Socialista de Anadia tem manifestado algumas dúvidas relativamente à proposta de geminação com a província de Maysan, chamo assim não sei se está certo, na República do Iraque. As diversidades culturais, institucionais e até político económicas das duas entidades a geminar causam algumas naturais perplexidades sobre a bondade e utilidade desta proposta e quais são os benefícios, não digo para alguns setores que já foram invocados, mas para a maioria dos municípios? No entanto no anexo informação que instruí a proposta com origem na



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Divisão de Cultura e Turismo do Município, elenca se um conjunto de áreas onde a cooperação se poderá concretizar. Muitas dessas áreas não dependendo da gestão ou responsabilidade da Câmara e, portanto, extravasam a sua capacidade de intervenção direta, como já disse a Senhora Presidente. No entanto na referida informação esclarece que os custos inerentes às atividades de cooperação não serão suportados somente pela autarquia, mas também por outras entidades. Funcionando o Município, nalguns casos, apenas como facilitador dos contactos entre a província de Maysan e as entidades sediadas em Portugal. Assim iremos dar o benefício da dúvida, votando a favor, iremos manter um acompanhamento atento no processo de aplicação e desenvolvimento deste processo. Aproveitamos para fazer um pequeno reparo na informação da Divisão de Cultura e Turismo a que já me referi, diz-se que a província de Maysan possui um milhão e quatrocentos mil habitantes e na deliberação camarária refere-se quatrocentos mil habitantes. Qual é o número correto, alguma coisa deve estar errada. Obrigado. É só. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Também só falta um. Muito bem. Fica eventualmente essa correção a fazer. Dou a palavra à Senhora deputada Paula Allen, faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Paula Allen, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Câmara, os Senhores vereadores, os colegas Deputados, o público aqui presente e em casa e os Senhores jornalistas, bem como todas as outras pessoas presentes nesta sala. Relativamente a esta intervenção do nosso Deputado do PS, eu gostaria de referir algo que também pode ser muito bom para o Concelho, que é a diversificação cultural que isso introduz, portanto, naquilo que alguns vêem uma desvantagem eu acho que poderá ser uma vantagem, uma vez que esse intercâmbio de experiências pode ser uma , uma mais-valia para o próprio Município. Além disso reitero aqui as palavras, as sábias palavras da Senhora Presidente da Câmara, porque, de facto, pode ser uma janela de oportunidades para os nossos empresários e ainda atrás de tudo o resto que já tem acontecido no âmbito do desporto poderá vir também a promoção da nossa gastronomia, dos nossos roteiros turísticos, dos nossos vinhos, agora que mercados como a Rússia, por exemplo, dado este contexto se fecharam ao escoamento dos vinhos de alguns produtores daqui também da Bairrada e a outros níveis, portanto, e pode ser uma nova janela de oportunidades e se não disser uma grande gaffe, se calhar, eles ainda precisam de reconstrução e, portanto, até para as empresas de construção civil, engenheiros e etcetera, pode ser uma boa oportunidade de negócios. Portanto acho que até pela inovação, uma vez que não é muito vulgar este tipo de também de geminação com um país destes, portanto, Oliveira do Bairro tem com França, outros têm com outros países e nós poderá estar aqui até uma janela de oportunidades para muitos setores das nossas atividades e nada mais tinha a dizer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora deputada. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Não pondo aqui em causa o que já foi dito, especialmente na parte do papel que o Município possa ter que ocupar enquanto facilitador de alguns contactos, em áreas em que até os custos não lhe são imputados. Para melhor perceber até a pertinência, se calhar, até para ajudar um pouco a compreender a importância desta geminação, acho que mais simples que isto é falar do passado e das geminações que já foram constituídas ao longo dos tempos por Anadia. Jurmala na Letónia, Boavista em Cabo Verde e julgo que há mais uma, penso eu, não é? Pronto, é um pouco falar que mais-valias é que isso trouxe o Concelho, de que forma é que foi dinamizada esta participação, de elementos de outros países na dinamização económica, que já aqui falaram dos empresários, também não só de desporto e a partir daí ficarmos com uma ideia concreta, se isto realmente tem esta pertinência ou não, que eu julgo que vai ter, mas ajuda a sustentar um pouco a proposta, obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, agora sim, passarei então à votação do ponto número onze e que versa o protocolo de geminação do Município de Anadia com a província de Maysan. Agora querem falar todos uns com os outros, então faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não, eu percebi realmente que o Senhor Deputado Rui Bastos deixou algo no ar como uma pergunta e na verdade estes processos de geminação parecem simples, mas são complexos. Ainda penso que foi esta semana ou na semana passada, tivemos aqui alguém que efetivamente veio com uma iniciativa e que nos veio solicitar também apoio, tem a ver com um dos Municípios de Cabo Verde e, portanto, isto para dizer que temos muitas geminações mas, obviamente, elas precisam de ser trabalhadas, alimentadas, mas quer nesses países, nessas localidades como aqui, quando mudam os governos é sempre uma chatice quem está à frente e, portanto, é preciso outra vez voltar a puxar pela situação e recordar e renovar. Tínhamos inclusivamente agendado, calendarizado, aliás chegámos a ter até uma candidatura para isso, para fazer um encontro em dois mil e vinte aqui das cidades que conosco estão geminadas, pronto, por força do covid isto perdeu-se um bocadinho e agora vamos voltar outra vez a recuperar esses contactos, na medida em que alguns já deixou de ser o Presidente não sei das quantas porque já mudou e em tantas outras localidades. Mas a título de exemplo dizer-lhe isto, ainda na semana passada, alguém surgiu aqui e que nos pediu apoio para fazer um contacto para chegar a uma cidade de Cabo Verde para estabelecer, pronto, uma determinada relação comercial. E claramente, okay, nós até estamos geminados com essa cidade e, portanto, aquilo que nos pediu é efetivamente para sermos facilitadores para conseguir chegar. Agora é um processo que temos que retomar novamente os contactos, porque hoje os Presidentes são outros e temos que obviamente renovar e aprofundar essas mesmas relações, do lado de cá e do lado de lá. Mas isto é algo que acontece nos processos de geminação e já tivemos pessoas aqui a estagiar, até, enfim, foram encaminhadas, por exemplo, ali para a clínica Ibervita e na Câmara, portanto, pronto, é algo que tem de ser trabalhado. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado pelo esclarecimento. Vou então passar à votação deste ponto. Quem vota a favor desta proposta, primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa, e portanto, a Assembleia Municipal no uso da competência estabelecida na alínea t) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea t) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de protocolo de geminação do Município de Anadia com a Província de Maysan, da República do Iraque, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Portanto, tínhamos dito em informação prévia de que faríamos uma análise da possibilidade de prorrogação desta sessão. Estamos no décimo segundo ponto, faltam-nos quatro pontos, penso que será de bom-tom que continuemos a sessão e que consigamos acabar, concordam? Não dei a palavra a ninguém e diz o ditado, quem cala consente. Então vamos continuar e também analisaremos, caso seja esse caso, desculpem a redundância, de tomarmos uma atitude. Vamos entrar no **ponto décimo segundo apresentação, discussão e votação da proposta de delimitação das áreas de reabilitação urbana dos aglomerados de Aguim, de Ancas, da Fogueira, de Mogofores, de Sangalhos e de Vila Nova de Monsarros, de acordo com o estabelecido no número um do artigo décimo terceiro do decreto-lei número trezentos e sete barra dois mil e nove, vinte e três de outubro.** ----

----- Dou a palavra à Senhora Presidente caso queira intervir. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Senhor Presidente mesmo sabendo que, enfim, que a hora já é um bocadinho avançada, mas obviamente que o ponto também merece isso mesmo, uma pequena explanação e, logicamente, pedia a intervenção aqui do Doutor Hugo que iria ligar o computador e fazer uma breve apresentação para que, enfim, este não ponto não fosse só tratado de uma forma mais ligeira e percebessem que, enfim, já estamos neste processo há algum tempo, dando aqui alguns passos e que isto já passou pela Câmara, que foi para a discussão pública, esteve em período de discussão pública, recolha de contributos, todos, enfim, tiveram a possibilidade de se manifestarem e de dar os seus contributos. Esse processo está fechado e aquilo que temos hoje aqui é a proposta de delimitação final, depois de todos esses percursos que tivemos e, portanto, e que iniciámos há algum tempo e, portanto, proposta delimitação das áreas de reabilitação urbana dos aglomerados de Aguim, de Ancas, da Fogueira, de Mogofores, de Sangalhos e Vila Nova de Monsarros e eu se o Hugo estiver preparado e se o Senhor Presidente autorizar então iria pedir ao Hugo para iniciar a apresentação. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Com certeza Senhor Presidente, acho pertinente. -----

----- **Senhor Dr. Hugo Fonseca:** -----

----- A Câmara Municipal deliberou elaborar as delimitações das áreas de reabilitação urbana e dos projetos de operação de reabilitação urbana destes aglomerados urbanos Aguim, Ancas,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fogueira, Mogofores, Sangalhos e Vila Nova de Monsarros. Estas propostas têm enquadramento no regime jurídico da reabilitação urbana, que no fundo é hoje em dia o principal instrumento legal que permite operacionalizar ações de reabilitação urbana nos aglomerados e como é que nós concretizamos estas ações de reabilitação? Em primeiro lugar temos que delimitar uma área de reabilitação urbana, que deve ser delimitada de acordo com os critérios e têm que seguir essa fundamentação e depois operacionalizamos essas operações de reabilitação urbana mediante um documento que é o programa estratégico de reabilitação urbana e, no fundo, é isto que foi o trabalho que foi elaborado e compete à Assembleia Municipal aprovar. Este trabalho só para dar conta que o trabalho foi elaborado a Câmara contratou um gabinete externo e nós os serviços fizemos o acompanhamento de todo o trabalho e a respetiva validação. Nós eu só vou fazer aqui um pequeno enquadramento do que é que é o regime jurídico. No fundo, temos aqui a área de reabilitação urbana, a área territorialmente delimitada que em virtude de insuficiência, degradação ou obsolência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva, dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética e salubridade, justifique uma intervenção integrada através de uma operação de reabilitação urbana, aprovada por um instrumento próprio ou em plano de pormenor. Nós, neste caso, optámos por aprovar a operação de reabilitação urbana através de instrumento próprio que é o designado programa estratégico de reabilitação urbana e abaixo temos no fundo o que é operação de reabilitação urbana é um conjunto articulado de intervenções visando de forma integrada a reabilitação urbana de uma delimitada a área, pronto, no fundo, critérios de delimitação das áreas de reabilitação urbana, culturais, urbanísticos, morfológicos, de acessibilidade e mobilidade, funcionais e dinâmicos. Nós olhamos para o território, antes disso isto é todo o processo legal, no fundo, nós temos, estamos aqui perante uma operação de reabilitação urbana sistemática, se fosse simples teríamos que ter elaborado um plano de pormenor para cada uma destas áreas, mas optámos por elaborar o programa estratégico de reabilitação urbana, o documento é elaborado a proposta de delimitação da ARU, posteriormente também elaboramos a operação de reabilitação urbana, que se traduz no programa estratégico de reabilitação urbana. A Câmara Municipal delibera à abertura da discussão pública e a obtenção do parecer do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, que é um parecer não vinculativo. De qualquer maneira nestas seis áreas estudadas o parecer do IHRU foi favorável e posteriormente à realização da discussão pública os documentos são submetidos para aprovação da Assembleia Municipal e tornam-se efetivos após a delimitação das áreas de reabilitação urbana torna-se efetiva após a publicação em Diário da República. Temos aqui as plantas com a delimitação das seis áreas. No fundo, estas áreas correspondem às áreas mais antigas dos aglomerados, temos aqui áreas com maiores densidade de ocupação urbanística, onde se evidenciam também alguns, no fundo, onde o edificado apresenta mais problemas e também os locais onde os espaços públicos carecem de ações de reabilitação. Eu vou fazer aqui uma só no fundo, dar aqui uma ideia do que é que foi o trabalho produzido. Este



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

são os objetivos estratégicos que foram definidos para intervenção nas áreas de reabilitação urbana nestas seis áreas, melhoria do sistema urbano, reabilitação e revitalização do parque edificado, qualificação dos espaços públicos e equipamentos, qualificação das infraestruturas de acessibilidade mobilidade, apoio a particulares, potenciar o desenvolvimento de outros segmentos turísticos e também a mobilidade. Nestas foram os objetivos estratégicos que depois se traduzem em algumas propostas de intervenção. como é que foi feita a abordagem, tem que se fazer uma caracterização e diagnóstico de cada uma destas áreas, esse trabalho foi feito, houve primeiro uma divisão das áreas em setores, depois todos os edifícios foram caracterizados, de acordo com o seu estado de conservação. De acordo também com o estado de ocupação dos edifícios, também foi feita uma caracterização do espaço público, onde é que existiam zonas verdes, as tipologias dos passeios, dos arruamentos, é um trabalho vasto que foi feito pelo gabinete que fez o trabalho e que no fundo depois resultou numa análise SWOT e que, no fundo, disse-nos quais é que teriam que ser as nossas prioridades de intervenção em cada uma destas seis áreas. ORU de Aguim no fundo a intervenção, as intervenções prioritárias que nós delineámos para estas áreas e a reabilitação da Casa dos Castilho e a requalificação do Largo Doutor Luís Navega. A par disso temos depois também aqui a requalificação global de todo o espaço público. No fundo quisemos aqui diferenciar duas intervenções mais emblemáticas, que depois também tem o seu correspondente cronograma de execução e também um valor, uma estimativa orçamental para a sua execução. É importante no fundo a referenciação destas ações para depois no futuro no fundo para o financiamento futuro nós temos tudo isto enquadrado num documento que, no fundo, vai dar suporte depois a um possível financiamento das ações a desenvolver. Na ORU de Ancas foi definido aqui uma intervenção prioritária no Largo da Igreja. A par disso também se propõe uma requalificação global de espaço público. Eu estou a falar no fundo aqui das intervenções que cabem ao Município e depois mais à frente irei falar no fundo que oportunidades é que também os privados podem beneficiar para intervir sobre o património edificado privado. Mais uma vez aqui o cronograma de intervenção temporal e também a estimativa orçamental. ORU da Fogueira. Temos aqui a intervenção proposta para o Largo da Feira e também a requalificação global do espaço público, no fundo o Largo da Feira temos ali o centro da Fogueira e é essa área que temos que intervir já e depois teremos que também pensar na requalificação global de espaço público. Em Mogofores temos aqui duas áreas de intervenção, o Largo da Estação e a Rua da Nossa Senhora Auxiliadora e a Rua Visconde de Seabra, estas duas áreas considerámos que eram prioritárias de intervenção. A par disso também a requalificação global de espaço público. Mais uma vez aqui o cronograma temporal e a estimativa orçamental destas áreas, para a execução das obras de requalificação destas áreas. ARU de Sangalhos é a maior área de reabilitação urbana destas seis. Temos aqui no fundo aqui três intervenções prioritárias, requalificação do Largo do Cruzeiro e depois a norte e a sul aqui a requalificação do Largo Nossa Senhora da Piedade e também a requalificação global da Rua do Comércio e temos aqui uma obra que já tem algumas intervenções que a Câmara já foi fazendo ao longo dos últimos anos. De qualquer maneira pretende-se também intervir ao



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

longo de todo o arruamento, no fundo, naquilo que falta. Mais uma vez aqui o cronograma temporal das intervenções preconizadas, aqui em Sangalhos também se prevê também o reforço, no fundo, dos corredores verdes, e criação de novos corredores verdes e também a requalificação global do espaço público e, mais uma vez, a estimativa orçamental das intervenções prioritárias. E, finalmente, a ARU de Vila Nova de Monsarros. Temos aqui definida uma intervenção prioritária na zona envolvente à Igreja de Vila Nova de Monsarros e a par disso também a requalificação global de espaço público. Benefícios fiscais e incentivos fiscais para os particulares é aqui que, no fundo, a Câmara Municipal intervém sobre o espaço público e também sobre o, no fundo, o edificado que que pertence e os privados podem também ter aqui um incentivo para intervenção no seu património edificado e, no fundo, os benefícios fiscais que estão aqui previsto, são aqueles que decorrem do estatuto dos benefícios fiscais, a Câmara Municipal aqui não tem nenhuma decisão, não é, no fundo, isto são regras que vêm do estatuto dos benefícios fiscais. A isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões a isenção também do IMI por um período de três anos, que pode ser prorrogado. Atenção que estas isenções só acontecem se as intervenções de reabilitação o que resultar de uma intervenção de reabilitação o estado de conservação da habitação subir dois níveis, ou seja, o estado de conservação traduz-se em cinco níveis e se tivermos um incremento de dois níveis nessa intervenção de reabilitação do edificado, os titulares daqueles imóveis podem então beneficiar destas isenções. Também a taxa de IVA reduzida para as empreitadas de reabilitação urbana, já é possível mesmo sendo em ARU, já há empreitadas de reabilitação urbana que podem beneficiar disso. As taxas de avaliação do estado de conservação, porque quem quiser beneficiar da isenção do imposto do IMT e do IMI tem que solicitar à Câmara se faça a avaliação do estado de conservação do imóvel antes da intervenção e no final da intervenção e existe essa redução da taxa da vistoria e também temos aqui as taxas municipais, aqui a Câmara já deliberou isso está no regulamento de taxas da Câmara, que temos aqui uma redução das taxas referentes à ocupação do espaço público, logicamente, sabendo que são os territórios onde o espaço público o espaço público não tem uma dimensão tão confortável para a colocação, no fundo, todo o material relativo à empreitada, existe aqui esta também redução da ocupação do espaço público. E depois também temos aqui um conjunto de programas e incentivos de apoio à reabilitação e ao arrendamento que podem, não são programas do Município ou antes o Município só participa aqui num que é na estratégia local de habitação, todos outros são programas que são do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, mas que são também mais um incentivo para que os particulares possam, no fundo, reabilitar o património edificado que existe nas áreas de reabilitação urbana. Como é que isto funciona? A Câmara Municipal, logicamente, é a entidade que está aqui a gerir e a coordenar as intervenções nas áreas de habitação urbana, promove a execução de, no fundo, o que é o espaço público e os privados intervêm sobre os edifícios que são proprietários. O âmbito temporal que foi definido para estas seis operações de reabilitação urbana foi de oito anos. Este prazo pode ser prorrogado até quinze, ou seja, imagine-se que não se consegue concluir todas as intervenções propostas,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

depois pode ainda ocorrer uma prorrogação do prazo da validade das operações de reabilitação urbana. E era isto que tinha para apresentar e estou disponível para esclarecimento de dúvidas.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Presidente quer usar da palavra? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu acho que se alguém tiver alguma questão a colocar que aproveitem e que apresentem e ou eu ou o Dr. Hugo estaremos disponíveis para o esclarecimento. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Dou a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito boa tarde. Uma das perguntas que eu tenho concretamente na base de saber, sendo a Câmara a entidade responsável e gestora da requalificação, se entender que dentro desta área delimitada há edifícios privados que precisam de ser renovados ou requalificados e podendo e tendo a possibilidade, tanto quanto consegui ler no curto espaço de tempo que foi disponibilizado este material todo, pode coercivamente obrigar a entidade a fazer as obras. Mas se a obra não fizer a Câmara possa substituir e fazendo as obras poderá depois estabelecer, tanto quanto eu percebi, um parâmetro de ser ressarcida da importância. A minha pergunta concretamente é que verba é que existe disponível para esse tipo de ação nestas seis áreas de requalificação que foi apresentada? Esta é a primeira pergunta. A segunda é se a Câmara depois é que determina se pode ser para arrendamento se pode ser para venda, se tem que chegar a um acordo com neste caso com o proprietário? Uma vez que faz obra coercivamente. Imaginando que tem uma proposta depois de venda, mesmo que pessoa não a queira vender, mas também não quer alugar. Qual é a resolução desta situação? -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Quer responder Senhor Doutor ou Senhora Presidente? -----

----- **Senhor Dr. Hugo Fonseca:** -----

----- Sim. Existem uma série de instrumentos para, no fundo, obrigar os proprietários à promoção da reabilitação urbana e em último caso até se pode chegar à expropriação do imóvel. Por isso é que nessas questões depois o imóvel é arrendado ou se faz-se a venda para depois pagar aquela intervenção que a Câmara faz, não existindo esse acordo depois pode-se chegar, em último caso, à via da expropriação, mas, no fundo, tudo isto que se realize dentro de uma área de reabilitação urbana e com este programa estratégico de reabilitação aprovado, existe um conjunto de instrumentos para, no fundo, obrigar a promoção da reabilitação urbana. Em relação à questão da verba é uma questão que ultrapassa é uma questão mais fina, de gestão da Câmara Municipal e opção de política. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Dou a palavra ao Senhor Deputado para? Complementar? Faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- A minha pergunta agora é no sentido de, portanto, fazendo a requalificação e sem discutir à



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bocadinho disse que no prazo de oito anos, era o prazo que estava previsto podia ser alargado até quinze, aliás que é o que prevê o decreto-lei, essa ampliação poderá acontecer se não forem conseguidos os objetivos e agora a pergunta é qual é a percentagem de objetivos de prédios que se pretendem requalificar ou se é a totalidade da área delimitada ou se é uma parte. Qual é a percentagem neste momento esta requalificação terá que fazer em cada uma das áreas para se considerar que se atingiu aquilo que nós à partida estamos a tentar obter? -----

----- **Senhor Dr. Hugo Fonseca:** -----

----- Neste momento não foi definido nenhum objetivo de percentagem ou quantitativo de quantos imóveis é que iríamos reabilitar. Eu falei mais na perspetiva das intervenções que cabiam ao Município, ou seja, se o Município definiu aquelas intervenções prioritárias e se não as conseguir concretizar dentro daquele período, pode também prorrogar o prazo de validade até operação de reabilitação urbana. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, vou tentar não cair na mesma pergunta que foi feita anteriormente, mas um pouco para perceber os critérios que foram utilizados, não sei se será consigo ou com a Senhora Presidente. Numa análise geral destas ARUS percebe-se perfeitamente que são necessárias e tendo em conta os objetivos alguns dos quais aqui já mencionei, verificamos que, efetivamente, a percentagem de edifícios em ruína e elevada. Temos aqui oscilações que vão nuns casos de quatro por cento e noutros que chegam as oito por cento. A pergunta que lhe colocaria era se em termos das delimitações foram considerados outros projetos estruturantes existentes e aprovados em Anadia, nomeadamente no caso da habitação, para uma eventualidade e tomada de ação, como já foi aqui falado, para que esses edifícios possam reverter, no fundo, para colmatar estas lacunas existentes e que estão identificadas. Depois uma segunda questão, estou em crer que os Senhores Presidentes de Junta acho que foram convidados a participar do processo, julgo eu, de que forma é que foram e aqui é para Senhor Presidente, de que forma é que foram decidida esta calendarização e a questão que eu lhe coloco é por dois motivos, o primeiro tem a ver com o facto da contemplação de uma intervenção na Rua do Comércio na Fogueira, rua essa que já tem sido alvo de algumas intervenções pequenas, não é, mas também nesse sentido o melhoramento de arruamentos e não só. E a segunda questão tem a ver com Vila Nova de Monsarros onde nós temos aqui uma requalificação, que até das que em termos de estimativa de valor é das mais pequenas, mas que, no entanto, tem aqui um prazo dilatado de um, dois, três, quatro, cinco, seis anos. O que é que levou a tomar esta decisão, quer optar pela Rua do Comércio uma vez que ela até tem sido alvo de algumas melhorias e nesta questão de Vila Nova de Monsarros com um prazo tão alargado. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Faz favor Senhor Doutor. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Dr. Hugo Fonseca:** -----

----- Relativamente a se estes documentos tiveram também ou foi definido teve em conta outros documentos estratégicos do Município, estou-me a lembrar da questão da estratégia local da habitação, não houve essa colagem, porque a estratégia local de habitação está direcionada para identificar as situações de habitação indigna que existem, ou seja, aqueles agregados familiares que vivem numa situação indigna e têm um instrumento próprio que é o primeiro direito para ser resolvido essas situações. É lógico essas habitações se estão em enquadradas dentro das áreas de reabilitação urbana se ocorrer uma ação de reabilitação urbana os titulares dessas habitações podem depois ter o tal benefício da isenção do IMI, do IMT, mas não houve aqui, ou seja, a estratégia local de habitação só identifica quem vive em situação indigna. Não estamos não podemos escolher habitações por exemplo que estão em ruína e não vive lá ninguém, tem que viver pessoas dentro, ou seja, pessoas que vivem numa situação indigna temos que lhes dar uma habitação digna e, no fundo, é essa a estratégia local de habitação. Aqui nas ARUS estamos a olhar para o território de uma forma integrada e vemos ali um conjunto, uma área que tem ali alguns problemas. No fundo são as áreas mais centrais dos aglomerados e que carecem de uma intervenção global. A Câmara intervém mais no espaço público e os privados têm um conjunto de incentivos e benefícios fiscais para promoverem intervenção no edificado. Relativamente à Rua do Comércio, no fundo, temos ali é o eixo estrutural do aglomerado de Sangalhos, apesar de já ter tido algumas intervenções pontuais, é preciso coser todas essas intervenções e, no fundo, também afirmar aquele arruamento que outrora foi um eixo muito importante no aglomerado e tentar trazer uma outra vivência urbana para aquele eixo importante do aglomerado. Finalmente, em relação a Vila Nova de Monsarros toda esta programação que está aqui nestes documentos foi discutida com a Câmara Municipal, com a equipa técnica e a Câmara e quer dizer, penso que a Câmara Municipal não pode fazer todas intervenções ao mesmo tempo, tem que ter determinadas prioridades e, neste caso, estabeleceu-se esse período de execução, não quer dizer que se amanhã a existir, penso eu, que se insira a oportunidade de intervir já que não se possa avançar já para essa área, mas no fundo, temos aí esse horizonte temporal que depois poderá ser, se iniciar mais cedo ou mais tarde. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Doutor, Senhor Deputado Rui Bastos queria para? Faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Quando lhe falei nos documentos estruturantes vi que as suas respostas incidiam muito na questão da estratégia local de habitação no que diz respeito às famílias carenciadas, mas não podemos esquecer que noutros momentos e estou a ver, por exemplo, o documento operacional na ordem do dia onde tínhamos uma situação, por exemplo, de habitação a custos controlados, onde se falava também pelo meio, a fixação de jovens no Concelho que tem vindo também à vaila numa das medidas que o Município quer combater e até a própria vivência que falou, maior vivência, que creio ser uma das muitas medidas que tentam inverter um pouco este rumo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que é a fuga dos jovens, a fuga da população e era nesse contexto que eu, no fundo, lhe estava a sugerir e a pedir-lhe que enquadrasse percebe, mas deu para perceber. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Queria dizer à Senhora Engenheira se queria completar alguma coisa, alguma informação? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Desde logo agradecer ao Hugo pela exposição e dar-vos nota do seguinte. Nós não podemos pensar que as ARUS ou as ORUS vêm resolver os problemas todos do edificado, nem pensar. Já temos essa experiência também aqui Anadia que foi a primeira ARU que foi criada, que abrange todo o perímetro geográfico da cidade, portanto, que apanha a Malaposta e por aí fora e até hoje os pedidos de intervenção dos privados, começaram com algum entusiasmo, mas até hoje os pedidos em termos de benefícios serão dois, três, não há mais. Mais uma vez entrámos sempre naqueles períodos complicados, é a troika e é a inflação e por aí fora e depois os privados têm dificuldade, obviamente, fazer a intervenção. Naquilo que é o investimento público, nomeadamente em Anadia, Pronto, vamos fazendo a intervenção de acordo com o plano que estava delineado, mas também agora a propósito do edificado também que está em ruínas, obviamente que nós temos que pressionar, os próprios impostos, o próprio IMI já faz majoração para agravamento do valor do IMI nessas situações e, portanto, temos que dar nota disso às Finanças, pressionar, obviamente, as pessoas a fazer intervenções. Agora a tomada de posse coerciva isto tem muito que se lhe diga e pronto ou oferece perigo para a via pública e para a segurança de pessoas e bens ou então temos aqui um problema jurídico de todo tamanho. Isto dar-vos um exemplo, quando há bom entendimento e há dias, sem ter nada a ver com isto, em, por exemplo, em Sangalhos tínhamos uma casa a cair. Ok falámos com o Senhor, enfim, e tentámos ver se era possível deitar a casa abaixo porque, de facto, ela estava a cair sobre a via pública, portanto, a Rua do Comércio, penso que já se chama Rua do Comércio. Portanto, logicamente qual foi o entendimento é tentar, obviamente, entrarmos neste processo e aqui foi quase uma parceria que foi, foi mesmo uma parceria que foi feita e nós assumimos uns custos e a pessoa o privado assumiu outros, porque se não toda a gente cai aqui em cima da Câmara para a Câmara limpar tudo o que é entulho, e portanto, as pessoas até vendem o terreno, porque vale mais o terreno limpo de que vale o terreno com as ruínas nos locais, portanto, é preciso algum cuidado na forma como se tratam estas coisas, isto das ARUS tem efetivamente algumas vantagens, responsabilidades para o Município sobretudo quando está a assumir intervenções em espaço público e alguns benefícios, obviamente, para os privados. Na altura criou-se um tal instrumento financeiro que parecia que iam dar tudo a fundo perdido, mas na verdade, não era mais que um empréstimo bancário, portanto, e aí as pessoas começaram a desistir, porque, na verdade, as condições, algumas delas, eram menos vantajosas do que aquelas que elas tinham diretamente se fossem à banca. Mas pronto, com a conjuntura, de facto, não vimos esse investimento e essa vontade expressa de fazer essas intervenções na intervenção no edificado. Há pouco, só dar esta nota, porque apontou o caso de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vila Nova de Monsarros, está aqui o Senhor Presidente da Junta e para quem nos ouve lá em casa, que não se dê a ideia que não temos nada para fazer em Vila Nova de Monsarros. Lembrar-se-ão os Senhores Presidentes de Junta e todos os que estão aqui. Para já este processo já começou há alguns anos, não é agora, nós estamos agora a ultimar mas já tem algum tempo atrás e quando estamos, por exemplo, a identificar a intervenção no Largo da Fogueira nós já começámos e a ORU ainda estava aqui a desenvolver, por exemplo, o caso de Vila Nova de Monsarros não vamos continuamente andar a requalificar aquilo que já está qualificado e se houve um lugar que começou por ser qualificado, foi precisamente o Centro de Vila Nova de Monsarros onde fez um grande investimento, uma boa requalificação, para inveja, obviamente, das outras Freguesias, portanto, é preciso aqui também haver um bom senso da parte das pessoas e que entendam os Senhores Presidentes de Junta, que não podemos estar, efetivamente, a fazer sempre investimento sobre investimento e, portanto, reconhecer onde é que é preciso essa tal intervenção em espaço público e o caso de estar calendarizada para dois mil e não sei quê não quer dizer que não se possa antecipar, assim como pode acontecer que algumas possam a derrapar no tempo, portanto, mas impunha-se esta calendarização física e também de investimento, sendo que alguns investimentos que estão aí apontado estarão muito aquém daquilo que é necessário fazer. Porque atrás de uma requalificação, dirão alguns, lá vem com esta situação, mas é verdade, atrás de alguma requalificação urbana é preciso, por exemplo, substituir a rede de água e só a rede de água tem um custo que não está ali contemplado e, portanto, depois é preciso a reposição dos passeios e os pavimentos e a sinalização e o mobiliário urbano e por aí fora, portanto, de certeza absoluta que ficará muito para além de tudo aquilo que está, a expectativa é que possamos, obviamente, continuar nestes processos de intervenção e de requalificação, também com a disponibilidade também das Juntas de Freguesia, dos Senhores Presidentes de Junta, que também vão identificando e se vão também associando a estes processos de intervenção e eu recorde, por exemplo, o caso de Aguim que a Junta de Freguesia, no âmbito dos seus acordos pontuais, também fez investimento um bocadinho ali no centro de Aguim. mas, pronto, isto é, darmos todos a mão um bocadinho para tentarmos, pronto, alcançar os objetivos. E para já era só isto que se me oferecia dizer e para clarificar aqui algumas situações. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, muito obrigado Senhor Doutor. Você quando colocar é quando eu lhe disser para colocar, está marcada aqui, mas há outros primeiro, está bem? Muito obrigado não era por aí, mas parece-me bem. Ao Senhor Deputado João Gaspar. Eu daqui a bocadinho vou também voltar, isto é para fazer uma pausa. Vou voltar à história de porventura considerarem a continuidade ou não, porque eu daqui do alto do meu terceiro andar, tenho visto alguns João Pestana e alguma queda, portanto, de atenção nestas coisas que se calhar vocês é que dirão ser de mais de um lado que de outro, porque, na verdade, ele anda aí. Dou a palavra então ao Senhor Deputado João Gaspar, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A minha pergunta agora sim são uma dúvida que me surgiu, entretanto, se aquelas intervenções que nós já falámos aqui acerca dos trinta e três fogos que vão ser feitos para os carenciados e os outros fogos que vão ser feitos, que há uma percentagem de cinquenta por cento do particular e dos fundos. Se estão incluídos dentro da área de requalificação ou se não podem estar incluídos ou se estão incluídos dentro desse projeto se por acaso nesta requalificação, algum projeto desses esteja inserido dentro destas áreas? -----

----- **Senhor Dr. Hugo Fonseca:** -----

----- Alguns dos agregados que foram identificados na estratégia local de habitação podem estar dentro das ARUS, nós é assim é uma informação que é confidencial, porque foi no fundo, o serviço de ação social que fez esse levantamento. Mas o facto de estar dentro da ARU, foi o que eu disse há pouco pois se fizerem uma intervenção ao abrigo do primeiro direito, e se essa intervenção da reabilitação subir o nível de conservação do imóvel em dois níveis, depois podem até beneficiar, no fundo, de isenção do IMI. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Doutor. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos para uma pequena perguntinha, não é? -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Peço desculpas ó Hugo, nas patologias que vocês definem aqui, vê-se que vocês elencam, descrevem perfeitamente o médio e o bom, o degradado e a ruína. A utilização da obra foi conque fim? A obra, obra. É a única que não aparece aqui uma descrição, foi utilizado para identificar o edifício que precisa meramente de pequenos ajustes, de pequenas obras ou tem outro propósito? -----

----- **Senhor Dr. Hugo Fonseca:** -----

----- Foi para identificar os edifícios que estavam em obra, uma obra execução, sim, sim, que tinham, que estava a decorrer no momento uma obra. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Já acabaram o diálogo não? Acabaram já? Pronto obrigado. Senhora Engenheira defina o destino aqui do nosso Doutor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu agradeço ao Hugo e só dizer que hoje, se calhar, estamos aqui a colocar perguntas quando nós tivemos sessões, obviamente, para explicar estas situações e esclarecer estas dúvidas, portanto, era só o que eu queria dizer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Salvei-o. Portanto, terminadas as intervenções e os esclarecimentos relativamente a este ponto, o ponto décimo segundo discussão e votação da proposta de delimitação das áreas de reabilitação urbana, dos aglomerados de Aguim, Ancas, Fogueira, Mogofores, Sangalhos e Vila Nova de Monsarros, ponha à votação quem vota a favor desta proposta: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa, e portanto, a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida no n.º 1 do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, deliberou,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana e respetivos Projetos de Operação de Reabilitação Urbana dos aglomerados de Aguium, de Ancas, de Fogueira, de Mogofores, de Sangalhos e de Vila Nova de Monsarros, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passando de imediato, não sei se querem fazer um Intervalozinho de cinco minutos, dez minutos, é melhor é não perturbar o sono de alguns, isso é que é chato. Ora bem, então passaremos então o **ponto número treze apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação do júri de recrutamento dos cargos de direção intermédia, de acordo com o estabelecido no artigo décimo terceiro da Lei número quarenta e nove, dois mil e doze de vinte e nove de agosto.** -----

----- Dou, portanto, a palavra à Senhora engenheira, para eventual apresentação, se não darei ao plenário. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Apenas de que cabe à Assembleia Municipal concordar ou não com o júri que a Câmara propôs para estes procedimentos concursais, portanto, isto é simples, não é? Nada mais a acrescentar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Assim sendo, não havendo intervenção. Vamos proceder à votação. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa, e portanto, a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida no art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de nomeação do júri de recrutamento dos cargos de direção intermédia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. --

----- Passaremos agora o penúltimo ponto. Faltam dois, **ponto catorze da ordem do dia apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do projeto final de regulamento de incentivos e benefícios fiscais do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido regimentalmente.** -----

----- Portanto dou a palavra à Senhora Presidente, faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Bom isto, o fundo, também é um compilar de algumas medidas que o Município de Anadia já tinha, nomeadamente no âmbito do regulamento do Invest Anadia e que, Estão-me a fazer sinal mas é questão do som, portanto, o regulamento investe Anadia e que, no fundo, com estas medidas deixa de ter efeito outro regulamento e, portanto, passamos a guiar-nos por este regulamento. Por outro lado também elencando um conjunto de benefícios fiscais que se refletem de certa maneira ou que vão beber àquelas decisões que já tivemos nos pontos anteriores, portanto, relativamente à questão, nomeadamente, da derrama, da isenção do IMI, etc, e, portanto, com esta regulamentação não é necessário estar à espera da Assembleia Municipal para pontualmente tomarmos estas decisões, portanto, elas ficam regulamentadas e,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

logicamente, carece de instrução de um processo de candidatura que terá que ser apreciado tecnicamente, obviamente, economicamente e por aí fora. E depois irá à reunião de Câmara para poder deliberar sobre os pedidos que nos possam vir a surgir. Eu não sei eu acho que deixava um bocadinho à vossa, deixava à vossa disponibilidade para vocês colocarem as questões que entenderem por bem apresentar, dizer-vos também algumas isenções nas taxas urbanísticas também já existem. Elas estão vertidas também como há bocadinho também o Doutor Hugo dizia, portanto, no regulamento de taxas municipais que também já foi aprovado e, portanto, e que tem em conta também o REMUEMA, portanto, o regulamento Municipal das edificações urbanas, pronto, definidos os critérios para a concessão dos incentivos ao investimento, que estão definidos, os incentivos à reabilitação urbana que, de certa maneira, também se refletem na questão do IMI e do IMT, portanto, as condições que serão necessários a ter em conta para essa situação. A isenção e taxas reduzidas da derrama também e depois os benefícios também às famílias, nomeadamente no que se refere ao IMI, que já deliberámos também no anterior ponto, portanto, na redução do valor de IMI a pagar para os agregados familiares em função dos seus dependentes, portanto, seja um filho, dois, três ou mais, portanto, vinte, quarenta e setenta euros, respetivamente. Os tais benefícios ao associativismo. E aos benefícios de carácter ambiental. E dou-vos aqui, por exemplo, nesta questão do associativismo, mas o que é isto, dou-vos aqui um exemplo, há aqui uma associação que de boa-fé resolveu pronto registar o seu património, um campo uns balneários e não sei quê e de repente leva com uma cartinha da autoridade tributária e tem um valor de IMI astronómico para pagar. E diz a associação então, mas eu agi na boa-fé a registar o património e agora vou ter que pagar IMI? E é um valor significativo. Claro que no passado quem é que registava os campos de futebol, os balneários ou por aí fora, ninguém o fazia, portanto, agora temos esta questão de registo do património, dos terrenos e por aí fora, mas depois também há estas questões que podem vir a surgir e, portanto, está aqui também contemplada neste regulamento. Pronto, os benefícios de carácter ambiental, portanto, as condições também de benefício para efeitos de dedução. E depois os apoios financeiros para a instalação dos novos negócios, ou realocização dos negócios existentes. Um bocadinho diferente daquilo que estava no Investe Anadia, portanto, já com novos valores e, portanto, de apoio. Isto é um bocadinho basto, mas pronto, basicamente também apoio a criação do próprio emprego, portanto, com um período de um ano, o que poderá representar um apoio de duzentos euros mensais, no total do ano serão dois mil e quatrocentos euros ou no apoio ao arrendamento comercial e a instalação de novos negócios ou para a realocização para o Concelho de negócios existentes, portanto, o apoio de cinquenta por cento do valor da renda, até um máximo de duzentos euros, portanto, durante um ano isto representará também dois mil e quatrocentos euros. Ou eventualmente também apoio à requalificação e beneficiação dos negócios, também com limites do apoio até três mil euros ou também à instalação de novos negócios, que também terá um limite de apoio até os cinco mil euros. Pronto e, basicamente, há aqui um conjunto de benefícios fiscais, já vertidos também como disse nas outras taxas e, portanto, já deliberámos, mas que agora se



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

refletem neste regulamento, para outras isenções que o Município, enfim, venha a conceder em função, obviamente, dos pedidos que vierem a ser recebidos e, logicamente, devidamente justificados. De resto coloco-me à disposição e, portanto, qualquer questão mais técnica também temos aqui o Doutor João Paulo que acompanhou neste processo e, portanto, também, se for caso disso lhe darei a palavra se assim for oportuno. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigada Senhora Engenheira, pelos vistos não há questões. Então passarei à votação da proposta da Câmara Municipal do projeto final do regulamento de incentivos e benefícios fiscais do Município de Anadia, conforme o regimento. Quem vota a favor: primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa, e portanto, a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Projeto Final de Regulamento de Incentivos e Benefícios Fiscais do Município de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passarei agora à apresentação, passarei à apresentação não, apresentarei o **ponto quinze, é o último apresentação, discussão e votação da proposta Câmara Municipal do projeto final de regulamento de atribuição de bolsas de estágio a empresas, de bolsas de emprego qualificado e de bolsas de doutoramento do Município de Anadia, conforme o regimento.** -----

----- Dou mais uma vez a palavra à Senhora Presidente se quiser fazer a apresentação mais pormenorizada deste ponto. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Obviamente de uma forma muito resumida, porque se não iria estar aqui a ler o regulamento e acho que todos leram e perceberam que esta é uma vontade, obviamente, e uma oportunidade que estamos a dar aqui sobretudo aos jovens. Que, pronto, que não conseguem facilmente também ter a oportunidade no mercado de trabalho e, portanto, também aqui dar um incentivo à empresa que possa também acolher esse jovem, seja ele jovem tem que ter o ensino secundário concluído, mas também a jovens licenciados. Neste caso, portanto, nas duas situações nós temos a hipótese de as empresas concorrerem e, portanto, assim sendo será empresa que se candidatará. dando a possibilidade de um estágio ou de uma bolsa por empresa, durante um período de meio ano. O número de bolsas que estamos aqui a definir por ano serão vinte. Isto representará para o Município cerca de vinte seis mil quinhentos e noventa e dois euros. No entanto, poderá haver caso a empresa conclua que efetivamente esse jovem durante esse período, enfim, correspondeu às expectativas, criar contrato com esse jovem, portanto, nessa oportunidade, nesse sentido, estamos aqui também a dar uma compensação adicional de mil euros, para que possa a empresa também ter aqui um incentivo para contratar esse mesmo jovem, portanto, no total, nesta situação com a bolsa e com essa possibilidade do



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

adicional, isto representa um investimento para estas vinte bolsas de quarenta e seis mil quinhentos e noventa e dois euros. No caso das bolsas de emprego qualificado, portanto, já estamos a falar para jovens licenciados também dando a oportunidade de cada empresa receber um jovem licenciado e aí estamos a falar de uma bolsa pelo período de um ano, portanto, e já representará estas vinte bolsas, portanto, durante o ano, o investimento de cento e seis mil trezentos e sessenta e oito euros. Também da mesma forma a oportunidade de caso a empresa contratualize com esse jovem finalizado esse período de um ano de estágio, portanto, um adicional de mil euros para que possa também contratar esse jovem. Portanto, isto para o bolsa de emprego qualificado. Também aqui criando um incentivo, enfim, para pessoas que possam vir a fazer e tenham interesse manifesto de criar o seu doutoramento, uma oportunidade de apoiar também no seu doutoramento, aqui uma bolsa que nós chamamos bolsa de doutoramento e, obviamente, aquilo que se pretende é que as áreas sejam definidas em função do interesse que a mesma possa corresponder e ser uma mais-valia, obviamente, também para a empresa, portanto, aqui o valor das duas bolsas por ano, representam um investimento de cinco mil euros. No total o programa de investimento, entre as bolsas de estágio em empresas, as bolsas de emprego qualificado e as bolsas de doutoramento, isto representa um investimento de cento e setenta e sete mil novecentos e sessenta euros. Este regulamento também seguiu vários passos, portanto, que são necessários recebemos os contributos que foram possíveis, obviamente que havia aqui um incentivo para reforçar ainda mais este número de estágios por empresas. Entendemos que isto para nós é uma experiência e, obviamente, trata-se de um investimento de cento e setenta e sete mil novecentos e sessenta euros por ano, vamos ver, efetivamente, quem são as empresas que se vão candidatar a estes estágios, enfim, para os alunos do ensino secundário ou profissional ou para os licenciados, porque, na verdade, isto também representa um encargo para as próprias empresas, que têm que assumir o seguro do jovem ou a própria alimentação, portanto, não é tudo à borla, portanto, nós damos aqui uma ajuda mas, obviamente, há sempre os encargos também para as empresas, portanto, vamos ver como é que este processo evolui e se as empresas, efetivamente se manifestam interessadas no acolhimento destes jovens e, obviamente, dar aqui a possibilidade de que eles se fixem por Anadia e que encontrem, obviamente, no seu Concelho a possibilidade de desenvolver também as suas as habilitações profissionais. É isto que se me oferece neste momento. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Dou palavra ao plenário, dou a palavra então ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente. Isto é um pouco equacionar o que é que pode acontecer, porque nós no fundo estamos aqui a aprovar um regulamento que se pressupõe contribuir um pouco o desenvolvimento local e a valorização dos nossos jovens. Não é? Reparei que no artigo dezanove, no ponto três e cinco, refere relativamente às bolsas não, desculpe às bolsas sim, de



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estágio em empresas em que há uma limitação de vinte bolsas anuais, mas depois tem outra limitação no ponto cinco, onde diz que é apenas uma por entidade beneficiária. Bom, nós temos vários cursos profissionais que decorrem no Concelho, jovens muitos deles do Concelho e sabemos que a capacidade de resposta, no fundo, para acolher estes jovens e falo enquanto um pouco de uma certa experiência na formação, em contexto de trabalho ou seja os estágios que a gente tem que procurar, essa capacidade de receção não é igual de empresa para empresa. Nós temos facilmente empresas que podem absorver um, dois jovens e até fazer um complemento brutal num estágio próprio para eles e temos outras empresas que depois destes estágios têm alguma dificuldade em os receber. O que eu lhe perguntava também para o caso dos jovens num emprego qualificado, é a mesma história temos de vários engenheiros que só podem ser vinte por ano. Deus queira que se formem mais, eu estou aqui numa posição otimista que vai haver muitos engenheiros aqui formados no Concelho e não só. Teremos direito apenas a vinte bolsas e das quais apenas uma por entidade, a mesma situação. Agora equacionamos o seguinte que eventualmente temos os vinte, mas que desses vinte coincide que três sejam numa empresa que tem capacidade para os receber. Dois vão ter de deixar de entrar, porque a limitação é só um, seja há dois jovens que não vão poder ficar no Concelho, se assim se pode dizer, ou naquela empresa que foi a única que se mostrou disponível para os receber e vão ter que procurar noutra Concelho. Digamos o que eu propunha era talvez, se calhar, alguma adenda aqui, não impor um limite de majoração, mas se calhar o poder equacionar, se isto se verificar, poder dar abertura a que estes jovens fossem efetivamente valorizados e aproveitados para que se mantivessem no nosso Concelho. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Quer comentar Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- O que eu disse isto para nós vai ser uma experiência e, obviamente, isto também depende da comunicação que fizemos com as empresas. Portanto, são vinte estágios em empresas, que podem uma empresa pode acumular um estágio de um jovem por meio ano, se for no ensino regular e profissional, e pode acumular com um estágio de uma licenciatura, por exemplo. Agora empresa para lá ficar com os três. Nós só pagamos é um, como é óbvio, por empresa e isto também para impedir, entre aspas, que uma empresa fique com todos e, portanto, também temos que perceber qual é o interesse das empresas no nosso Concelho e, enfim, das diversas áreas que temos no Concelho no acolhimento destes jovens, portanto, também dar oportunidade e, portanto, vamos ver como é que efetivamente as nossas empresas também reagem, não é? Agora, enfim, correndo tudo bem, obviamente, e dando essa confiança aos empresários, obviamente também com a possibilidade de contratação. Mas, como eu disse, isto não é tudo de borla, porque a empresa também tem que pagar o seguro, porque a empresa também tem que pagar a alimentação e pode pagar o quiser aos jovens estagiários, isso depois é problema dela. Nós comparticipamos com aquele valor e, portanto, o jovem também tem que, enfim, tem que dar o seu melhor para dar credibilidade, obviamente, ao seu trabalho e



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

convencer também empresa a poder ficar com ele. Portanto, é um caminho que vamos fazer e não estamos aqui a pensar na empresa A, B, C ou D, estamos a pensar numa diversidade de empresas, das diversas áreas, dos diversos setores e, portanto, dando oportunidade a todos para que possam acolher os jovens. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente. Não havendo mais, ai desculpe, faz favor, Senhor Deputado Marcelino Rasga. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhora Presidente em tempo mandei, enviei um e-mail à Câmara exatamente com algumas sugestões. Parte delas foram atendidas outras menos entendidas, no entanto, a Senhora Presidente já explicou e eu aceito a explicação como aceitável, de maneira a que fiz, serve também como declaração de voto. O artigo quarto estabelece como principais objetivos potenciar a empregabilidade de jovens do Concelho de Anadia. Segundo incentivar o regresso ao Concelho de Anadia de jovens recém-licenciados. Terceiro associar a investigação científica à economia local. Quarto potenciar a empregabilidade de jovens e a fixação de população. Que para nós que se consideram pertinentes, Daí a proposta feita em tempo à Câmara de alargamento do número de bolseiros, que sendo o agravamento no orçamento seria perfeitamente compensado pela fixação de mais juventude no Concelho e transmitia ao trabalhador e ao empregador a imagem de presença da Câmara no mundo do trabalho e na renovação etária da população. Não está na totalidade conforme se propôs, mas aceita-se a melhora introduzida. Daí o nosso voto a favor. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado. Portanto, não havendo mais, ai quer falar Senhora Presidente, faz favor. --

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim, já agora se me permitem, é que nós, de facto, trata-se do orçamento da Câmara e ainda há bocadinho estávamos aqui a deliberar sobre as taxas e nós falamos, okay, estamos aqui a deixar de receber dois milhões e trezentos mil euros e outros apoios que, entretanto, damos às pessoas. Não podemos esquecer daquilo que damos no apoio às ligações de água, ao saneamento, por aí fora, mais o escalão A mais e o escalão B da ação social escolar e por aí fora. Isso são tudo contas que depois terão que ser, pronto, devidamente explicadas, porque na verdade é muito dinheiro que o Município deixa de receber e, portanto, mais uma vez aqui estamos a dar um bocadinho daquilo que é o orçamento Municipal e, portanto, também aquela alteração ao anterior regulamento já vem trazer, já vem diminuir também nosso orçamento e, portanto, aqui também estamos há bocadinho, falamos no regulamento social da parte social, teremos a possibilidade de dar mais apoios sociais ainda, para além daquilo que já dávamos e a natalidade e por aí fora. Com este programa e tal como o Senhor o tinha apresentado, nós estamos a falar, estaríamos a falar de um agravamento de mais duzentos e tal mil euros. Claro que é dinheiro, claro que é benefício para os nossos jovens, mas vamos lá primeiro perceber aquilo que é o programa tal como está concebido, a aceitação por parte das empresas, dos



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nossos jovens e pronto, e também nada é estanque, qualquer alteração ao regulamento pode ser feita e a decisão caberá depois à Câmara, enfim, do número de bolsas ou de estágios, com essa alteração do regulamento. Mas só dar esta nota que esta proposta que tinha feito implicava mais duzentos mil euros sobre os quase duzentos mil euros que já representa o programa e, portanto, temos que ir dando passinhos ou paços, com segurança, porque também não podemos dar tudo, como é óbvio, mas vamos ver como é que efetivamente, tudo isto vai correr. Vai correr bem de certeza porque as empresas também darão essa oportunidade também aos nossos jovens, tenham eles também vontade. terminei Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhora Presidente, Senhor Deputado para que era? Sim, faz favor. Faz favor. --

----- **Senhor Deputado Municipal Marcelino Rasga, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhora Presidente como lhe disse eu entendi e entendo que o os duzentos e quarenta euros mais ou menos mais em relação ó que estava contratual, portanto, seria compensado com um acréscimo de juventude e a possibilidade de aumentarmos todo o setor etário e de qualidade no nosso Concelho. De qualquer maneira eu congratulo-me com a sua disponibilidade para introduzir alterações, se felizmente elas vierem a ser necessárias. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, vou dar a palavra ao Senhor Presidente de Junta Artur Salvador. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, muito rapidamente para falar sobre este regulamento, que me parece extremamente importante. Ele vem em linha, em toda uma estratégica que Câmara nos tem vindo a apresentar, que tem a ver com empresas, jovens. Este regulamento é mais um projeto que pretende fazer caminho em Anadia. Não só queremos os jovens universitários a virem dormir nas nossas residências universitárias em breve, espero, mas também que eles possam ter uma experiência de trabalho nas nossas empresas e com isso possam cá ficar. Deixava uma recomendação para o futuro, portanto, acho que este projeto está bem concebido, ele vai ter que fazer o caminho para avaliar o interesse, mas também deixar uma recomendação à Senhora Presidente, é que nós temos muitos jovens em Anadia que estudam coisas da função pública, da gestão pública e creio que as Juntas de Freguesia poderiam ser também aqui um segmento interessante a constituir uma bolsa também de interessados, porque as Juntas de Freguesia são cada vez mais o braço direito da Câmara na gestão de proximidade com as pessoas e a perspetivar as competência que já chegaram ao Município e que vão chegar nos próximos tempos, se calhar as Junta de Freguesia também teriam interesse em poder contar com um apoio à contratação que é difícil. Tem um encargo que muitas vezes pode ser considerado incomportável, mas a mais-valia que um licenciado ou um doutorado têm, por exemplo, numa unta de Freguesia para ajudar a fazer esta ponte, entre o que é a gestão tradicional para uma gestão inovadora, que precisa de dotar as Freguesias de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais conhecimento, novas estratégias de gestão do território, de dinâmicas com as suas comunidades, pode ser interessante no futuro também abrir aqui uma bolsa, são dez bolsas, eventualmente uma Freguesia. Parece-me interessante que possa haver este compromisso no futuro. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, tem a palavra a Senhor Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Bom, nós não podemos misturar aquilo que é o privado e o público e não podemos aqui encapotar contratações públicas à custa destes programas como sabe. Agora é assim temos os PEPAIS. Isso é um programa de, enfim, da Direção-geral das Autarquias Locais, que era bom que aumentasse porque já andamos há anos também a ouvi dizer que querem abrir que se quer abrir a oportunidade a não sei quantos jovens e a não sei quando estágios e na verdade, enfim, é tudo um bocadinho limitado. Embora também é verdade que, por vezes, os Municípios têm tentado alguns estágios, nós já passamos por isso e depois quando vamos abrir o estágio não aparece ninguém, quer dizer isto às vezes também pensa-se que é assim muito fácil, mas muitas vezes também tivemos essa dificuldade e depois tivemos que fazer opções de outras áreas, porque senão não seríamos contemplados. Portanto, aquilo que que seria de bom-tom é que também houvesse essa oportunidade para as próprias Juntas de Freguesia, à semelhança daquilo que acontece com as Câmaras municipais, que neste momento não existem estão fechados. Agora não podemos é confundir este apoio, que é no fundo apoio às empresas e, portanto, ao setor privado, com a função pública, não é, e, portanto, aqui pode haver aqui alguma delicadeza, enfim, nestas situações. Nem sei se é legal, quanto mais, tenho algumas dúvidas. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Faz favor Senhor Presidente de Junta. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Só para reforçar, obviamente que são coisas completamente distintas, mas quando o Governo falha perante as Freguesias o que eu disse é uma recomendação para o futuro, que possa, eventualmente, obviamente, não neste enquadramento. Não estamos aqui a falar em a Câmara encapotar de maneira nenhuma a contratação pública é uma coisa, a Junta de Freguesia e a Câmara não contrata quem querem, não é são concursos públicos, agora havendo falhas e havendo necessidade de contratação se calhar especializada, que não seja a possibilidade das Juntas não terem dinheiro para contratar um licenciado, que pudesse haver um mecanismo que pudesse fazer esta ponte. Obviamente que antes de uma contratação para um quadro de uma Junta ou até da Câmara há um período de experiência, não é, e esse período de experiência pode produzir trabalho muito bom numa Freguesia, que pode eventualmente no futuro isso sim, vir a transformar-se numa vaga de trabalho aberta no contexto público, pode não ser para essa pessoa, mas para aquilo que essa pessoa ajudou a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

construir, era neste sentido a esclarecer isso. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Presidente quer comentar, tecer mais alguma coisa? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só dizer que, provavelmente, isso até já existe em Freguesias de grande dimensão. E, logicamente, porque têm uma estrutura financeira completamente diferente e, portanto, de certeza que terão essas oportunidades. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Fica a recomendação, muito obrigado. Neste pressuposto de não haver mais ninguém, mais ninguém isto é inscrito, vamos pôr à votação, portanto, a proposta da Câmara Municipal do projeto final do regulamento de atribuição de bolsas de estágio a empresas, bolsas de emprego qualificado e de bolsas de doutoramento do Município de Anadia. Quem vota a favor desta proposta na fila um, fila dois, fila três, fila quatro, Mesa, e portanto, a Assembleia Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea g) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – deliberou, por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Projeto Final de Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estágios em Empresas, de Bolsas de Emprego Qualificado e de Bolsas de Doutoramento do Município de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante.-----

----- Chegámos ao fim da análise destes pontos, entrou aqui na Mesa uma proposta de aprovação em minuta a fim de produzirem efeitos imediatos nos termos do que dispõe o número quatro do artigo quinquagésimo terceiro do Regimento da Assembleia Municipal dos pontos três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze e quinze. Ponho então à votação quem vota a favor primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, Mesa, aprovado por unanimidade. São vinte horas e dez minutos. Foi uma maratonazita. De qualquer das formas agradeço o empenhamento e a disponibilidade que todos tiveram na abordagem das dos assuntos que constavam desta Assembleia Municipal. Não vos desejo um bom apetite, porque de certeza que já o têm e se calhar em excesso. O público tu não me deste nada é porque não há, portanto, o público não está cá, não há inscrições. -----

----- Declaro, portanto, encerrada a sessão, são vinte horas e dez minutos da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Segunda Secretária -

